

# Terra Indígena Wajãpi



Os Wajãpi, no Amapá, se encontram agora confinados em uma terra demarcada com 607.017 hectares. Sua população de cerca 1000 pessoas, ocupa permanentemente ou intermitentemente 49 aldeias. Fato é que, hoje, a mobilidade característica de seu sistema de ocupação territorial diminuiu significativamente, devido à dependência de uma estrutura assistencial. A escassez de recursos ambientais já se faz sentir em algumas regiões da terra indígena, especialmente nas aldeias próximas dos postos. Por esse motivo, os Wajãpi estão organizando um plano de gestão de sua terra, discutindo possíveis soluções para os problemas que eles diagnosticaram e construindo consensos para colocar algumas dessas alternativas em prática.

da demarcação  
às experiências de  
gestão territorial

# Terra Indígena Wajãpi

da demarcação  
às experiências de  
gestão territorial

O lepé é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2002, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento cultural e político e para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas que vivem no Amapá e norte do Pará, proporcionando-lhes assessoria especializada e capacitação técnica diversificada, para que se organizem e possam enfrentar, de forma articulada, os desafios crescentes que se colocam hoje às suas comunidades e organizações, para a defesa de seus interesses.

#### Conselho Diretor

Denise Fajardo Grupioni (Presidente)

Lux Boelitz Vidal (Tesoureira)

Dominique Tilkin Gallois (Secretária)

#### Coordenador Executivo

Luis Donisete Benzi Grupioni

#### Coordenador Executivo Adjunto

Décio Horita Yokota

#### Coordenadora do Programa Wajãpi

Simone Ribeiro

#### Assessor Terra e Ambiente

Bruno Walter Caporrino

Para saber mais sobre o lepé consulte [www.institutoiepe.org.br](http://www.institutoiepe.org.br)

#### realização



#### apoio institucional



#### apoio à publicação deste livro



Embaixada dos Países Baixos

#### parceria institucional



Ministério da  
Cultura



#### lepé São Paulo

Rua Professor Monjardino, 19 - Vila Sônia

05625-160 – São Paulo – SP

Tel. 11-3746-7912 e 3569-4973

sede-sp@institutoiepe.org.br

#### lepé Macapá

Av. Raimundo Álvares da Costa, 1689 - Central

68900-074 – Macapá – AP

Tel. 96-3223-7633 e 3223-2052

sede-macapa@institutoiepe.org.br

# Terra Indígena Wajãpi

da demarcação  
às experiências de  
gestão territorial

Dominique Tilkin Gallois

*lepé*

2011

ensaio  
1

A série **ensaio** visa a publicação de estudos, documentos, coletâneas de artigos e estudos de caso, preparados no âmbito das atividades do Iepé.

en  
sa  
io  
1

## Terra Indígena Wajãpi da demarcação às experiências de gestão territorial

Dominique Tilkin Gallois

revisão

Denise Fajardo Grupioni

agradecimentos

Lúcia Szmrecsányi

projeto gráfico

Renata Alves Souza | Tipográfico Comunicação

foto da capa

Festa de Surubim, aldeia Aramirã, Terra Indígena Wajãpi, Dominique Tilkin Gallois, 2010

fotos

Dominique Tilkin Gallois, Joana Cabral de Oliveira, Bruno Walter Caporrino, Militino Mendes, Simone Ribeiro e Bo Mathisen / Arquivo Iepé

desenhos e mapas

Wajãpi / Arquivo Iepé

Copyright © Iepé, 2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gallois, Dominique Tilkin

Terra Indígena Wajãpi : da demarcação às experiências de  
gestão territorial / Dominique Tilkin Gallois. -- São Paulo : Iepé, 2011. --  
(Coleção ensaios ; 1)

Bibliografia

1. Áreas de conservação de recursos naturais
  2. Índios Wajãpi - Amapá
  3. Índios da América do Sul - Brasil
  4. Meio ambiente
  5. Povos indígenas - Amapá
  6. Proteção ambiental - Amapá
  7. Reservas indígenas - Amapá
- I. Título. II. Série.

11-12897

CDD-980.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Índios Wajãpi : Terras indígenas :  
Conservação da natureza 980.3



Em busca dos Wajãpi isolados, Rio Mutura / 1993 DTG

Dedico este livro à Kumai, que tanto lutou pela expulsão dos garimpeiros e pela demarcação da TIW. Foi capaz de mobilizar todos os chefes mais velhos, inclusive contrapondo-se a eles, quando necessário.

Aos chefes de todas as aldeias Wajãpi, com especial carinho para Waiwai, Matapi, Kasiripinã e Kumare. Como dizem hoje os jovens: “foram eles, os nossos avós, que demarcaram essa terra para nós”. Kumai, no entanto, se preocupava: “não sabemos como nossos filhos e netos vão querer viver, se eles vão cuidar da terra, ou se vão entregá-la aos karaiçõ”.



# Índice

## 14 Apresentação

## 16 Parte 1. Modos de viver na Terra Indígena

- 17 Breve caracterização da TIW
- 18 Organização social e política
- 19 Evolução demográfica
- 20 Mobilidade entre roças e aldeias
- 22 Cuidar das roças
- 23 Caça, pesca e coleta
- 26 Diversificação das atividades produtivas
- 28 Por que estamos ocupando os limites

## 30 Parte 2. Histórico da demarcação e situação atual da TIW

- 32 Anos 70: a Funai chega na região do Amapari
- 34 Anos 80: os Wajãpi expulsam os invasores
- 35 Anos 90: demarcação e vigilância
- 38 Histórico da regularização fundiária da TIW
- 53 Relatos da demarcação
- 61 Um mosaico de áreas protegidas no Oeste do Amapá
- 64 Proposta de faixa de amortecimento e gestão compartilhada entre os Wajãpi e seus vizinhos

## 72 Parte 3. Projetos e diagnósticos realizados na TIW

- 74 Controle territorial e desenvolvimento local
- 78 Alguns resultados e dificuldades encontradas
- 90 Diagnósticos socioambientais realizados na TIW
- 92 Identificando problemas socioambientais

## 110 Parte 4. Construindo um plano de gestão socioambiental

- 112 A preocupação dos mais velhos com o futuro
- 113 Problemas identificados pelos mais jovens
- 116 Em busca de soluções
- 117 Em busca de parcerias
- 119 Alguns procedimentos para um bom plano de gestão

## 120 Alguns documentos utilizados para organizar este livro



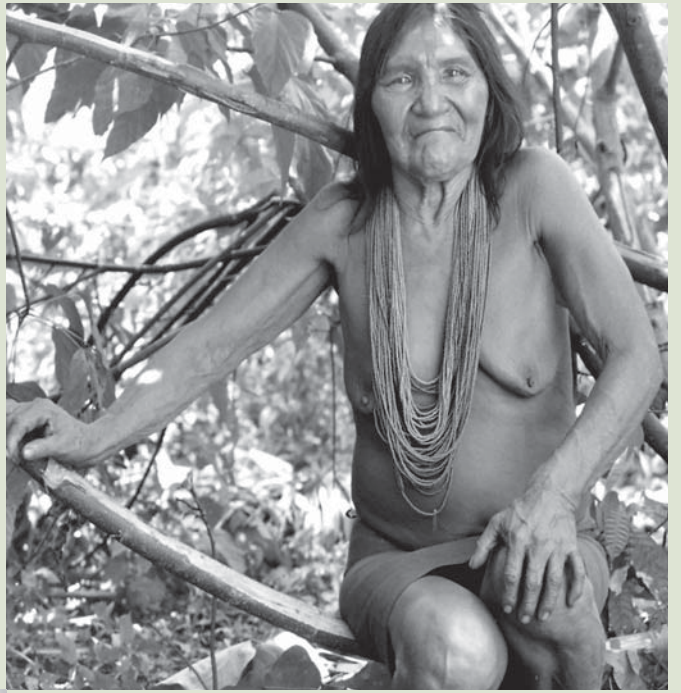
# Avós



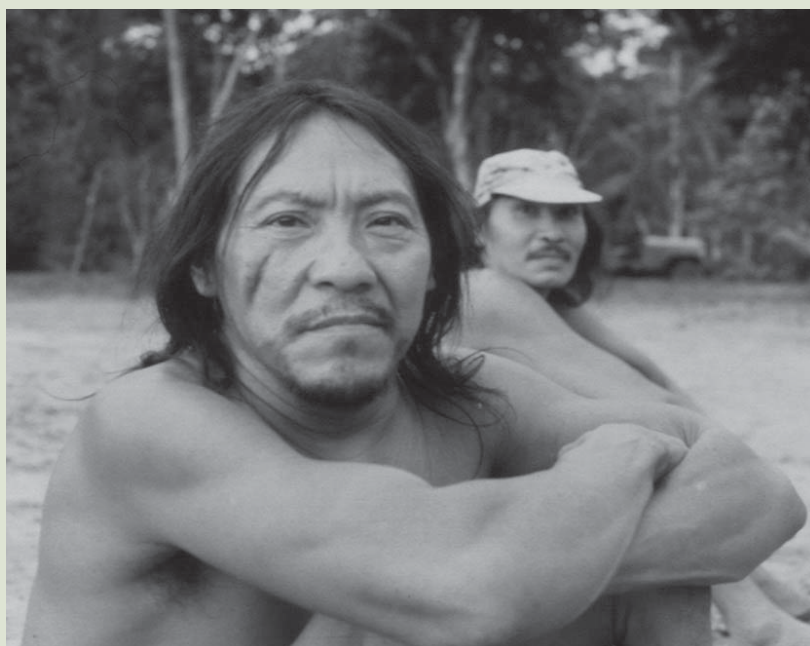


# Avós





# Avós





# Apresentação

Este livro apresenta um breve histórico dos trabalhos realizados pelos Wajãpi para a defesa e conservação de sua terra, realizados em parceria inicialmente com o Centro de Trabalho Indigenista/CTI e depois com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena / Iepé, que deu continuidade ao programa iniciado em 1992.

O Programa Wajãpi, tal como é designado dentro do Iepé o conjunto de ações indigenistas junto a esse povo, visa proporcionar apoio direto às iniciativas dos Wajãpi para o controle territorial e ambiental de sua terra, assim como incrementar sua capacidade de gestão de alternativas de desenvolvimento adequadas à sua realidade. As atividades de educação e de valorização cultural, voltadas principalmente à formação de jovens e adultos, têm também como meta o fortalecimento de sua capacidade de atuar em defesa dos interesses de suas comunidades, contribuindo assim para a auto-determinação de seu povo.

Nas diferentes áreas temáticas abrangidas pelo Programa Wajãpi as atividades desenvolvidas visam ajudar os Wajãpi a:

Manter sua qualidade de vida - que depende de sua mobilidade territorial - nos termos definidos pelas próprias comunidades, minimizando os impactos negativos de sua atual dependência em relação à assistência e à necessidade de aquisição de mercadorias já incorporadas em seu cotidiano.

Melhorar sua organização interna e capacidade de tomada de decisões coletivas, envolvendo as diferentes comunidades wajãpi. Aumentar, assim, sua capacidade de controlar as intervenções realizadas pelas agências que atuam na terra indígena.

Capacitar-se para novas demandas, seja em termos da aquisição de conhecimentos técnicos que lhes permitam executar e/ou acompanhar projetos que lhes digam respeito, seja por meio da consolidação de canais de diálogo entre os diversos grupos e gerações wajãpi e do fortalecimento de suas instâncias de organização coletiva.

Entender, distinguir e saber se relacionar com os diversos interesses que agentes da sociedade nacional e internacional têm sobre eles e sobre seu território.

A primeira parte do livro traz uma caracterização básica dos modos de viver dos Wajãpi. A segunda e a terceira partes trazem informações sobre a história e contexto dos projetos desenvolvidos desde 1992, avaliando algumas dificuldades e resultados alcançados. Na última parte, são apresentadas algumas contribuições para a atual discussão e construção de um plano de gestão territorial e ambiental para a Terra Indígena Wajãpi.



parte 1

# modos de viver na terra indígena

## Breve caracterização da TIW

A Terra Indígena Wajãpi está localizada nos municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, no Amapá. Estende-se entre as bacias dos rios Jari (a oeste), Amapari (a leste) e Oiapoque (ao norte). Sua demarcação física foi homologada em 1996 (DOU, 24/05/96), com uma extensão territorial de 6.070,17 km<sup>2</sup>, ou seja, 607.017,24 ha. A área é de floresta tropical densa e tem relevo acidentado, integrando o complexo das Montanhas do Tumucumaque.

A TIW foi identificada nos anos 1970, mas sua delimitação formal só ocorreu em 1980. Depois disso, a área sofreu sucessivas tentativas de redução, como relatado na segunda parte deste livro. A demarcação foi realizada entre 1994 e 1996, com intensa participação dos Wajãpi, numa iniciativa pioneira coordenada pela Funai, com apoio da Agência de Cooperação Alemã (GTZ) e do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Foi nesse contexto da demarcação que o Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina foi criado.

Os Wajãpi falam uma língua tupi-guarani e são praticamente todos bilíngües, com exceção de alguns casais mais idosos, que falam apenas a língua indígena. As escolas de Ensino Fundamental das aldeias funcionam de acordo com um currículo diferenciado e bilíngüe, elaborado pelos próprios professores indígenas com o objetivo de fortalecer a língua e a cultura desse povo indígena.

Os Wajãpi que vivem na TIW somam hoje pouco mais de 1000 pessoas, distribuídas em 49 pequenas aldeias dispersas por toda a TIW. Todas as famílias vivem da agricultura, da caça, da pesca e da coleta, mudando periodicamente a localização de suas aldeias para permitir a recuperação ambiental das áreas ocupadas. O acesso às aldeias se dá pela estrada, pelos rios e igarapés que cortam a TIW e por trilhas abertas no meio da floresta. Para que a auto-subsistência continuasse garantida no padrão de fartura que os Wajãpi consideram adequado, foi fundamental a retomada do modelo de ocupação e exploração territorial dispersa, que mantém a qualidade de vida do povo e, ao mesmo tempo, garante a vigilância territorial.

As famílias adquirem alguns instrumentos de trabalho e mercadorias através da renda dos aposentados e dos agentes comunitários contratados pelo governo. Entre estes, há professores indígenas, agentes de saúde e agentes de saneamento. Os 20 pesquisadores wajãpi – que não são assalariados – também atuam em vários programas comunitários, especialmente na construção de um plano de gestão territorial.

# Organização social e política

A organização sociopolítica dos Wajãpi se baseia na ampla dispersão dos grupos familiares pelo território. Os Wajãpi atribuem grande valor à autonomia econômica e política de cada grupo familiar.

Entre os Wajãpi, o casamento é importante fator de mobilidade: é pelos casamentos que as famílias se deslocam de uma aldeia para outra. Uma pessoa pode viver em diferentes aldeias ao longo de sua vida e também visitando outras aldeias, onde vivem seus parentes. Esse conjunto de aldeias em que vivem famílias com laços de parentesco é chamado de grupo local, ou seja, cada grupo local agrega várias aldeias. Os Wajãpi chamam esses grupos de “wanã”. Estes grupos são maiores do que os grupos familiares que formam as aldeias. Uma pessoa de um “wanã” só pode morar na região de outro “wanã” se casar com uma mulher desse grupo.

O chefe de cada aldeia ou de um setor de uma aldeia não tem poder absoluto sobre os demais Wajãpi. Suas qualidades principais são justamente a capacidade de conseguir aliados e o domínio de um discurso firme.

Na trajetória do contato mais recente, este padrão de organização e representação interna foi se transformando, de forma positiva, na medida em que preservou os princípios relacionados à autonomia pessoal e à independência das aldeias. Hoje, coexistem o tradicional faccionalismo interno e outras formas de representação, diretamente articuladas com a gestão das relações externas à comunidade e que se fortalecem à medida que os Wajãpi vêm sentindo a necessidade de articulações e gestões mais abrangentes, ou coletivas.

*Não existe um cacique geral de todos os Wajãpi. Nós não somos um grupo só, somos muitos grupos. Cada grupo familiar tem um chefe, e um chefe não manda no outro chefe. Nenhum chefe representa todos os Wajãpi.*

*O chefe de uma aldeia é o fundador da aldeia. Nossas aldeias são formadas por grupos de parentes que moram juntos. A Terra Indígena Wajãpi é dividida em vários grupos políticos chamados “wanã”. Esses grupos são maiores do que os grupos familiares que formam as aldeias. Uma pessoa de um “wanã” só pode morar na região de outro “wanã” se casar com uma mulher desse grupo. Entre nós, quando um homem casa, ele precisa morar junto com o sogro dele por algum tempo. Depois, ele pode levar sua esposa e seus filhos para morar na região do seu pai, se toda a família e os sogros concordarem.*

*Nós sabemos que para conversar com os não-índios, principalmente com o governo, precisamos ter representantes. Por isso nós criamos uma organização para representar os Wajãpi na frente dos não-índios: o Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina. Nós sabemos que para ficar fortes na frente dos não-índios precisamos fazer acordos entre nós primeiro. Por isso não tem uma pessoa que manda no Apina. Só um cacique não pode falar em nome de todos os Wajãpi. Quem decide as coisas é o conselho de todos os chefes, que conversam entre eles. A diretoria do Apina só representa os chefes, ela não decide nada sozinha. Todos os chefes participam do Conselho das Aldeias. Por isso dizemos que só o Apina pode falar em nome de todos os Wajãpi. Existe outra organização wajãpi, a Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari – APIWATA, que representa poucas famílias e por isso não pode falar em nome de todos os Wajãpi. Se um órgão do governo quer decidir alguma coisa com os Wajãpi, precisa conversar com a diretoria do Apina e a diretoria vai consultar os chefes pelo rádio. Se os caciques acharem necessário, os órgãos do governo precisam fazer uma reunião grande com todos os caciques, para todos decidirem juntos.*

Além do Conselho das Aldeias - Apina, que nasceu em 1994 e da APIWATA, criada em 1996, os Wajãpi fundaram recentemente outra organização representativa: a Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura – AWATAC.

## Evolução demográfica

Em 38 anos, a população wajãpi cresceu de 151 para mais de 1000 pessoas. De 1973, quando foi realizado o primeiro censo, até hoje, a população se multiplicou mais de 6 vezes. Também aumentou muito o número de aldeias. Eram 5 na época da chegada da Funai, quando todos foram agrupados em torno do posto de assistência. Pouco a pouco, nos anos 80, os grupos locais foram recuperando suas áreas de ocupação. Hoje, os Wajãpi se distribuem em 49 aldeias.

Mas está acontecendo um novo processo de sedentarização, nas margens da estrada, onde estão se fixando numerosas famílias em pequenas aldeias. Mesmo assim, em sua maioria, as aldeias encontram-se dispersas nos limites da TIW.

Ano	População total	Homens	Mulheres	Aldeias
1973	151			3
1977	167			6
1978	203			6
1980	209	107	102	7
1981	224			8
1982	225	119	106	5
1983	242	124	118	6
1985	308	159	149	
1987	343	175	168	
1989	374	190	184	
1993	434	222	212	
1995	444	228	216	12
1997	487	250	237	11
1998	521	263	258	11
1999	511			13
2000	501			23
2001	537	268	269	26
2005	695			43
2007	779			49
2008	905			48
2011	1009	485	524	48

## Mobilidade entre roças e aldeias

*Nós Wajãpi não fazemos aldeias sempre no mesmo lugar, porque não fazemos nossas roças sempre no mesmo lugar. Cada ano abrimos uma roça em um lugar diferente. Por exemplo: no primeiro ano, uma família wajãpi faz uma roça, e no ano seguinte faz outra roça perto da primeira, deixando um pouco da mata no meio. Nós sabemos como escolher um lugar bom para viver: Se tem muita terra boa, com coco de minhoca e areia misturada; se o lugar é plano; se não tem muito angelim; se a terra é preta ou vermelha, aquela família continua todos os anos fazendo roças por perto. Se a terra boa acaba, aquela família vai procurar outro lugar para fazer suas roças. Quando encontra outro lugar bom, essa família não muda para lá de uma vez. No primeiro ano, faz só um tapiri e planta uma roça, depois volta para sua aldeia velha. Também tem que abrir caminhos. Demora muito tempo para criar um lugar novo para morar.*

*Depois de mais ou menos três meses que abriu a roça no lugar novo, a família wajãpi volta para lá, para ver se já tem milho. A família passa um tempo lá, comendo o milho verde, capinando sua roça e construindo uma casa pequena (tāpainã). Depois, a família guarda a semente do milho na casa nova e volta para sua aldeia velha, porque a mandioca da roça nova ainda não criou raiz.*

*No verão seguinte, a família wajãpi volta para esse lugar para derrubar mais um pedaço de mata e abrir outra roça, depois volta novamente para a aldeia velha. Quando chega a época de plantio, a família vai para sua aldeia nova plantar a segunda roça e fazer as casas para moradia definitiva. Mas as famílias wajãpi nunca abandonam suas aldeias velhas: sempre voltam lá para comer as frutas que ficam nos pátios e nas capoeiras, cuidando das plantas que produzem todos os anos, como a pupunha, o caju, o cupuaçu, a manga, o limão, a ingá, a laranja, etc.*

*Hoje em dia, nós também voltamos sempre para as aldeias velhas porque os não índios que trabalham na saúde e na escola só ficam nessas aldeias. Hoje em dia, nós precisamos de assistência à saúde e de apoio para nossos trabalhos de educação nas aldeias novas. No futuro, nós também vamos mudar das aldeias que fundamos nos últimos anos, onde queremos morar agora. Mas isso não vai acontecer rápido. Antes de nos mudar para um lugar distante, nós sempre fazemos pequenas mudanças dentro da mesma região. Conforme as crianças vão crescendo e formando novas famílias, vão fundando pequenas aldeias novas perto da aldeia de seus pais. Nosso jeito de ocupar a terra é formando esses conjuntos de aldeias pequenas em torno de lugares centrais. Nós não gostamos de viver em aldeias grandes, com muita gente, porque pode dar problema de falta de recursos e podem acontecer desentendimentos entre as famílias. Por isso, sempre preferimos fazer várias aldeias pequenas próximas umas das outras.*

*Nós fazemos aldeias novas na mesma região até sobrarem poucos recursos naturais (caça, materiais para construção de casas, solo para plantar) para nos manter, e só aí que mudamos para outro lugar distante. Geralmente, isso demora uns 20 anos. É por isso que, para nós, algumas aldeias velhas já não são lugares bons*

*para viver: por exemplo, Mariry e Taitetuwa, que foram fundadas há quase 30 anos. Lá não tem mesmo condições para a vida dos Wajãpi. Depois que saímos de um lugar, esperamos muitos anos, até a mata crescer de novo, para ocupar outra vez aquela região. Assim, os recursos da nossa Terra Indígena nunca vão acabar.*

*Isso é um conhecimento importante, que faz parte da nossa cultura. Nós sabemos fazer manejo dos recursos naturais da floresta. Também tem regiões dentro da Terra Indígena Wajãpi que deixamos reservadas só para a caça; ninguém pode fazer roça nesses lugares, para deixar para os animais se reproduzirem. Tem lugares menores, como por exemplo as margens do igarapé Mariry, e tem também áreas maiores, onde os animais nem conhecem as pessoas, como por exemplo a região de uma serra que chamamos Wãramamopy, no sul da nossa terra.*

## Cuidar das roças

Nos últimos anos os Wajãpi vêm relatando um aumento da dificuldade de se encontrar locais adequados ao cultivo de roças nas aldeias, que, segundo eles, estão ficando velhas, obrigando à implantação das roças em locais cada vez mais distantes das áreas de habitação. Ao mesmo tempo, enfrentam o aumento da incidência de pragas sobre determinadas espécies, como algodão, o fumo, a batata e os frutos em geral.

*Plantamos na roça vários tipos de pupunha, vários tipos de milho, vários tipos de mandioca (42 tipos), a “mãe da mandioca”, vários tipos de banana, vários tipos de batata doce, macaxeira, limão, vários tipos de mamão, amendoim, ware´a (um tipo de raiz), fava, ananás, vários tipos de cará, vários tipos de jerimum, vários tipos de cana de açúcar, vários tipos de pimenta, caju, vários tipos de algodão, urucum, cuiá, tabaco, kōnami, vários tipos de remédios, kurawa (um tipo de fibra), flechal, (vyva) vários tipos de cabaça, gengibre, etc.*

## Caça, pesca e coleta

*Nossa alimentação é: carne de veado, de anta, de guariba, de preguiça, de tamanduá, de vários tipos de macaco, jacamim, arara, mutum, tucano, queixada, caititu, paca, jacaré, cutia, jabuti, trairão, tartaruga, poraquê, surubim, sarapó, outros tipos de peixes, caranguejo, etc. Também comemos corós que comem o tronco de palmeiras (pisu), saúvas, mel, vários tipos de castanhas, bacuri, pequiá, inajá, abiurana, pupunha, fruta de maçaranduba, bacaba, açaí, a fruta do jatobá, cupuí, cupuaçu, taperebá, ingá, cacau da floresta, muitas frutas da floresta.*









As atividades de caça, de pesca e de coleta estão associadas entre si, uma vez que os Wajãpi, quando saem para a mata, seguem percursos escolhidos de acordo com a abundância sazonal de frutas de que se alimentam os animais e peixes. Nessas expedições, sobretudo quando se estendem por mais de um dia, caça, pesca e coleta são realizadas concomitantemente.

A pesca, ao contrário da caça, é realizada tanto pelos homens como pelas mulheres, que usam técnicas diferentes: as mulheres pescam com anzóis pequenos ou com o veneno kunami, à beira das lagoas situadas na proximidade das aldeias ou acampamentos; os homens, na estação propícia, realizam expedições mais distantes, em que usam anzóis e tarrafas; no verão, as aldeias se reúnem para pescarias coletivas, quando se usa timbó.

Nos mesmos percursos trilhados para a caça, a pesca e o deslocamento entre suas aldeias, os Wajãpi coletam uma grande variedade de produtos vegetais, usados na alimentação, na construção de casas e na confecção de artefatos, na preparação de produtos medicinais e de pinturas corporais. Outra atividade realizada periodicamente pelos Wajãpi é a coleta de invertebrados e de produtos de origem animal. A coleta de mel produzido por abelhas silvestres, realizada sazonalmente.

## Diversificação das atividades produtivas

Há várias décadas, os Wajãpi estão engajados num processo que conjuga a diversificação de suas atividades produtivas e a aquisição de bens industrializados, cujo consumo vem aumentando significativamente desde esse período. O ciclo anual de atividades não inclui apenas as tarefas voltadas à subsistência, pois - para suprir as dependências adquiridas já no início dos anos 70 na convivência com os postos de assistência, todas as famílias também alocam parte importante de seu tempo à produção destinada à comercialização: artesanato, produtos vegetais e ouro aluvionar. Nas três alternativas, a produção é pequena. O ganho principal está na sua origem: trata-se de produtos extrativistas e esta atividade, que seja mineral ou vegetal, é necessariamente dispersa e intermitente, reforçando a autonomia das unidades familiares, tanto ao nível da produção quanto da distribuição. Esta fórmula, adaptada à estrutura social, promove a fiscalização territorial. O mesmo pode ser dito das práticas agrícolas, também caracterizadas por uma intensa rotatividade, que garante tanto o equilíbrio social (dispersão dos grupos locais) quanto a recuperação dos solos. Todas as atividades estão imbricadas no calendário que estrutura as relações sociais inter-comunitárias: há um tempo para as roças, outro para a coleta, outro para o garimpo, outro para a vida ritual nas aldeias.

Além do extrativismo destinado à subsistência e à fabricação de utensílios para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, os Wajãpi passaram a incrementar a produção e ampliar o rol das espécies exploradas, a fim de suprir as necessidades novas, criadas por sua crescente demanda de bens industrializados. A coleta de produtos como a castanha, o óleo da copaíba e de andiroba, frutos e vegetais diversos, ao lado da confecção de artesanato e da extração de ouro aluvionar (ver 3a parte), foram as alternativas encontradas, ainda no final dos anos 80, para obter o dinheiro necessário para suprir esta demanda. Na época, outra fonte para obter recursos monetários era a prestação de serviços intermitente no posto da FUNAI. A grande biodiversidade atraía os interesses de colonos da Perimetral Norte, de alguns funcionários das agências de assistência e de prestadores de serviço, que além de vir pescar ou caçar na área, compravam dos índios animais silvestres (aves, jabotis, macacos).

A produção de artesanato é uma alternativa econômica praticada desde os anos 70, quando foi incentivada pela Funai, ainda no tempo do Posto de Atração. A produção inclui diversos itens, como cestos, adornos de penas, redes e tipóias. É uma atividade que a maior parte dos Wajãpi considera pouco rentável, mas reconhecem que a venda de algumas peças já pode subsidiar necessidades básicas como a compra de pilhas, painéis e pano. Os Wajãpi demonstram sua criatividade no atendimento à demanda externa, produzindo objetos exclusivamente voltados à venda, como colares, brincos, miniaturas de cerâmica, etc. A partir do final da década de 90, organizaram um Fundo de Artesanato, que é gerido pelo Apina (ver 3a parte).

Para assegurar a permanência dos Wajãpi por mais tempo em assentamentos próximos dos postos, onde os recursos necessários à sua sobrevivência tornavam-se escassos, os órgãos de assistência (em especial a FUNAI) promoveram diversas tentativas de intervenção no sistema de produção indígena, tais como o plantio de roças comunitárias com sementes exógenas, introdução de novas espécies e variedades de plantas, uso de fertilizantes químicos, criação de galinhas, piscicultura, utilização de pesticidas para o combate às pragas da roça, etc. Algumas intervenções mais assistencialistas também foram feitas, como a distribuição de merenda escolar por Secretarias do Estado ou Prefeituras, tendo havido inclusive uma tentativa de distribuição de alimentos do Programa Fome Zero.

De modo geral, estas iniciativas não apresentam nenhuma sustentabilidade e muitas delas provocam danos ambientais, além de fomentar uma crescente dependência dos Wajãpi em relação a insumos, conhecimentos e assistência externos. De qualquer modo, elas não foram capazes de garantir os níveis de qualidade a que os Wajãpi estavam acostumados em seu modo de vida tradicional – pelo contrário, causaram uma queda no padrão alimentar, contribuindo para a perda da sua diversidade.

Para fazer frente a estes problemas – e, ainda, para fiscalizar os limites de sua terra impedindo eventuais invasões – os Wajãpi, com apoio do Programa Wajãpi (então do

Centro de Trabalho Indigenista e atualmente do Iepé), iniciaram um movimento de descentralização de suas aldeias, visando retomar um modelo de ocupação territorial tradicional e investindo no manejo sustentável dos recursos naturais. Este movimento vem se consolidando ano a ano, mas ainda enfrenta muita resistência dos órgãos de assistência, para os quais a dispersão territorial dos Wajãpi representa mais trabalho e mais gastos.

## Por que estamos ocupando os limites

*Decidimos há muito tempo ocupar os limites da Terra Indígena Wajãpi porque assim podemos proteger nossa terra das invasões dos não índios. Fica fácil fazer a vigilância se moramos junto dos limites. E ali temos muita caça e lugares bons para abrir nossas roças. Nós já sabemos há muito tempo que a mudança de aldeias melhora nossa saúde, porque os lugares novos têm muita fartura e nossas famílias vão se alimentar bem.*

*Mas queremos morar nos limites com saúde e com tudo que precisamos para nossos trabalhos de educação. Nas aldeias dos limites tem menos doenças da cidade, como a gripe, mas tem outras doenças fortes, como a malária. Também é muito difícil trazer os doentes de lá até as aldeias centrais velhas, quando acontece um acidente, como, por exemplo, uma picada de cobra. Por isso, tem que ter posto de saúde nos limites da área, não só nas aldeias centrais velhas (as aldeias centrais velhas são Mariry, Taitetuwa, Ytuwasu, além do Posto Aramirã).*

*Não são só os agentes indígenas de saúde que vão cuidar da nossa saúde nas aldeias novas. Os profissionais não índios também têm que ir para as aldeias nos limites, junto com os AIS. Se os AIS forem morar sozinhos nos limites, não vão aprender bem como cuidar das doenças, porque não vão acompanhar o trabalho de profissionais mais capacitados.*

*Nas aldeias novas também temos menos doenças vindas da cidade. E vamos ter menos lixo trazido da cidade, porque nessas aldeias tem muita comida e não precisamos comprar alimentos industrializados. Lá é mais fácil de fazer nossas festas todos os meses, porque temos muitos recursos para preparar a festa e oferecer bebida e comida aos convidados. Podemos convidar nossos parentes que moram longe, porque é fácil conseguir alimentação para muita gente. Nossas festas também são muito importantes para nossa saúde.*



parte 2

# histórico da demarcação e situação atual da TIW

O processo de reconhecimento oficial da TIW durou mais de 20 anos e foi marcado por avanços e recuos, determinados pela fragilidade da política indigenista oficial brasileira no período. Situada na chamada faixa de fronteira e detentora de um subsolo percorrido por diversos veios minerais, a TIW enfrentou sucessivos entraves políticos para sua demarcação, desde as primeiras propostas, idealizadas já no início da década de 70.

*Antes, não sabíamos que tínhamos “limites”, só sabíamos que tudo era floresta... Agora, demarcamos nossa área, porque é só o que sobra dos lugares ocupados pelos antigos. Os nossos netos precisam defender esta terra para continuar vivendo como Wajãpi.*

(Kumai, março 1996)

*Agora estamos satisfeitos, porque vamos poder continuar a dispersar nossas aldeias, visitar uns aos outros, passear de aldeia em aldeia e os netos poderão abrir novos caminhos de caça, longe...*

(Nazaré, Aramirã, julho 1995)

*Antes, não havia limite. Só floresta. Não precisava estabelecer limites. Toda essa floresta era nossa. Os antigos só falavam das roças, onde ficavam suas moradas. A partir delas, abriam caminhos para caçar e viajar de uma aldeia à outra. Nossos antepassados só abriam caminhos de caça. Só marcavam esses trechos, só andavam nesses percursos. Quando acabava a caça numa área, abriam caminhos em outra direção. E lá ficavam de novo...*

(Waiwai, março 1995)



## Anos 70: a Funai chega na região do Amapari

No final dos anos 60, os Wajãpi já tinham encontrado caçadores de pele - conhecidos como “gateiros” e também garimpeiros que circulavam nas bacias dos rios Jari e Amapari. A frente garimpeira atingiu primeiro as aldeias do alto rio Jari e no início da década de 70, outra frente chegava aos afluentes do rio Amapari, onde garimpeiros conviveram por cerca de dois anos com os índios.

Na época, o Governo Federal estava dando início aos trabalhos de construção da rodovia Perimetral Norte, a BR-210. Pelo projeto original, a rodovia deveria cortar todo o território ocupado pelos Wajãpi, como também cortaria as terras dos Wayana, Aparai, Zo’ê, Waiwai, até chegar aos Yanomami em Roraima. Mas, quando a construção da BR 201 foi interrompida em 1976, somente as terras dos Wajãpi estavam cortadas ao meio, com cerca 30 quilômetros de estrada, até Jakaré. Na outra ponta, as terras dos Yanomami também foram muito impactadas pela Rodovia.

Em 1973, para “liberar” a área onde passaria a estrada, a Funai criou uma frente de atração que deveria “pacificar” os índios que viviam na região do Amapari. As primeiras informações sobre a presença dos Wajãpi na região haviam sido repassadas pelos garimpeiros e pela empresa de mineração ICOMI, que já havia feito prospecção nos rios Amapari e Inipuku, fazendo inclusive contato com os Wajãpi.

Quando a Funai se mobilizou para chegar ao Amapari, os garimpeiros estavam saindo da região onde estavam instalados, perto das aldeias da região de Karavõvõ. Uma epidemia de sarampo havia matado cerca de 50 indivíduos, sobretudo os mais idosos e muitas crianças. Em outra parcela da área, no igarapé Visagem - ou Ari - encontros com garimpeiros e suas doenças haviam praticamente eliminado o grupo local que ali vivia. A frente de atração da Funai encontrou os Wajãpi após esses trágicos acontecimentos e se empenhou em reuni-los em torno de um posto de assistência, instalado primeiro em Aramirã e depois em Yymitiku, próximo de Taitetuwa. O primeiro censo feito pelo sertanista Fiorello Parise contou 151 Wajãpi dispersos em várias partes da área.

Enquanto os Wajãpi se agrupavam em torno do posto da Funai, os garimpeiros entravam cada vez mais numerosos nas áreas desocupadas pelos índios, ocupação tanto ao norte (bacias do Inipuku e do Aimã) como no sul (bacia do Karapanaty). Até o final dos anos 80, as invasões aumentaram continuamente.



## Anos 80: os Wajãpi expulsam os invasores

Na década de 80, gradativamente, todos os diferentes grupos locais que estavam concentrados em torno dos postos de assistência da Funai (Aramirã, Yymitiku e depois Mariry), decidiram voltar para suas áreas de ocupação. Estavam cansados de esperar o apoio que a Funai prometia para expulsar os invasores. Sob o comando de seus chefes, tomaram a iniciativa de enfrentar os pequenos grupos de invasores, que trabalhavam escondidos tanto na região do Aimã, como do Karavõvõ, e posteriormente também no igarapé Visagem (ou Ari) e na região hoje conhecida como Okakai. Nesse movimento, para controlar os lugares antes ocupados por invasores, os Wajãpi assumiram gradativamente o controle das áreas invadidas, aprendendo com os garimpeiros a extrair manualmente ouro aluvionar. Até o início dos anos 1990, todos os invasores foram expulsos.

Nessa época, cerca de um terço das famílias Wajãpi desenvolviam atividades de faiscação de ouro aluvionar, em escala familiar e ritmo intermitente (estadias de 20 a 30 dias por ano, intercaladas no seu ciclo de atividades de subsistência, durante o verão). A produção familiar por estadia nunca passou de 6 a 10 gramas, sendo a média de 4 a 5 gramas. Era vendida diretamente pelo chefe de família, em Macapá, permitindo a aquisição de alguns objetos que fazem parte de seu cotidiano: munição para armas de fogo, panelas, panos, etc. O aprendizado das técnicas dos garimpeiros, entretanto, incluía o uso de mercúrio, que os Wajãpi adquiriam no momento em que vendiam sua pequena produção na cidade (ver 3ª parte).

Nesse mesmo período, sucessivas propostas para a demarcação da Terra Indígena estavam sendo encaminhadas à Funai, em acordo com limites definidos com os Wajãpi. Mas o processo de regularização fundiária da TIW levou 16 anos para ser concluído.

## Anos 90: demarcação e vigilância

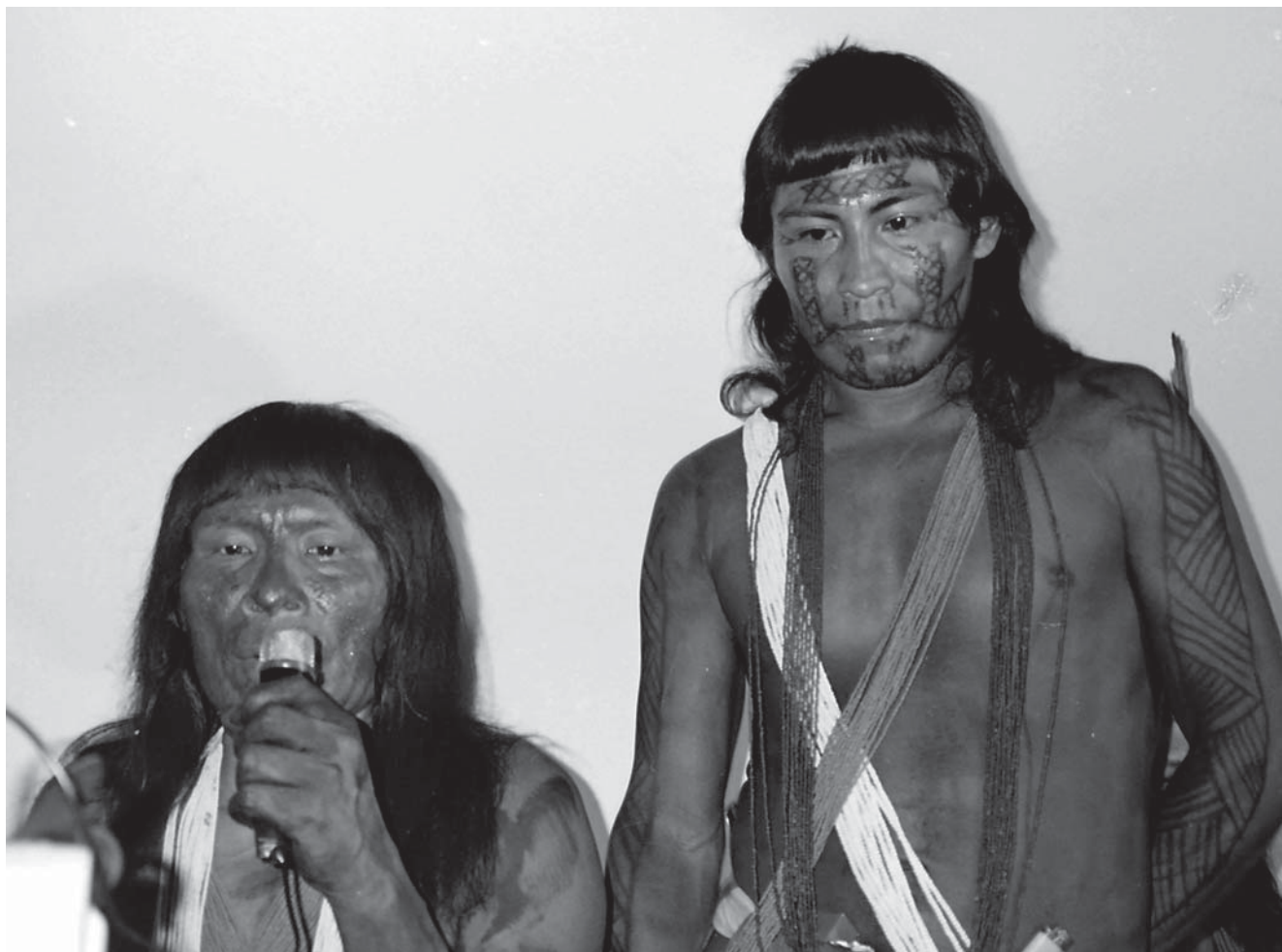
O Programa de Vigilância e Fiscalização da TI Wajãpi, desenvolvido pelo Programa Wajãpi / CTI com apoio do PPTAL-Funai, foi idealizado em 1996, durante as etapas finais da demarcação. Desde aquela época, (inserir vírgula) estava definida a prioridade de apoiar os Wajãpi no seu sistema de ocupação dispersa do território. É uma maneira de viver que permite que a vigilância continue sempre sendo feita como parte das atividades do dia-a-dia e, principalmente, garante a manutenção da qualidade de vida dos Wajãpi, ao contrário da sedentarização em torno dos postos de assistência, que cria muitos problemas sociais, políticos e ambientais.

Mesmo com o Programa de Vigilância aprovado no início de 1997, as atividades previstas não puderam ser iniciadas nesta época, devido à “Guerra dos Papéis”, ou seja, a polêmica criada por políticos do Amapá em torno da parceria do Apina com o CTI. Mesmo assim, nesse período de conflitos, o Programa Wajãpi/CTI conseguiu recursos para que os Wajãpi conseguissem fazer expedições de fiscalização nos limites sul e norte da terra demarcada. Apenas no final de 1999 foi possível retomar sistematicamente os trabalhos, desta vez com recursos do PPTAL/Funai. A prioridade do trabalho continuou sendo a de apoiar as iniciativas de vigilância que os Wajãpi realizavam em acordo com seu calendário de atividades de subsistência, que sempre inclui deslocamentos para zonas distantes dos postos. Além disso, foi incluído no projeto financiado pelo PPTAL/Funai um programa de formação em gestão, indispensável para fortalecer a capacidade de gestão coletiva dos Wajãpi, através do Apina.

Hoje, os Wajãpi estão organizados para continuar realizando, por conta própria, expedições regulares de vigilância nos limites de terra demarcada. O apoio recebido durante 3 anos pelos grupos locais que se mobilizaram para escolher, planejar ou implantar aldeias novas em lugares estratégicos da terra wajãpi foi fundamental para integrar permanentemente a fiscalização ao ciclo de atividades cotidianas das famílias wajãpi. Ao mesmo tempo, a criação destas aldeias novas fortalece a organização social dos Wajãpi e melhora suas condições de vida. Um reforço desse processo de descentralização das aldeias – e portanto da vigilância – será garantido através de um projeto aprovado pelo PDPI/MMA, ser iniciado em janeiro de 2004.







## Histórico da regularização fundiária da TIW

### A interdição de áreas descontínuas

A primeira medida de proteção legal para a área resultou na interdição, para fins de pacificação, de três porções da área então ocupada pelos Wajãpi, através do decreto número 74.172, de 10/06/74 (DOU, ano CXIII, nº 110, pág. 6637). No entanto, as coordenadas geográficas do memorial descritivo que acompanhava o decreto estavam duplamente erradas, pois não correspondiam nem à realidade geográfica da região nem às áreas de ocupação dos Wajãpi. A interdição dessas áreas descontínuas não considerava as trilhas percorridas para as atividades de subsistência dos Wajãpi, tampouco as zonas de ocupação sazonal e de trânsito entre as aldeias.

Após esse primeiro decreto de 1974, foram realizadas sucessivas tentativas para resguardar as áreas tradicionalmente ocupadas pelos Wajãpi, que sempre eram recusadas ou postergadas, até a assinatura e publicação da portaria de 23/10/91, que determinou a demarcação da TIW. Segue um breve histórico desse processo.

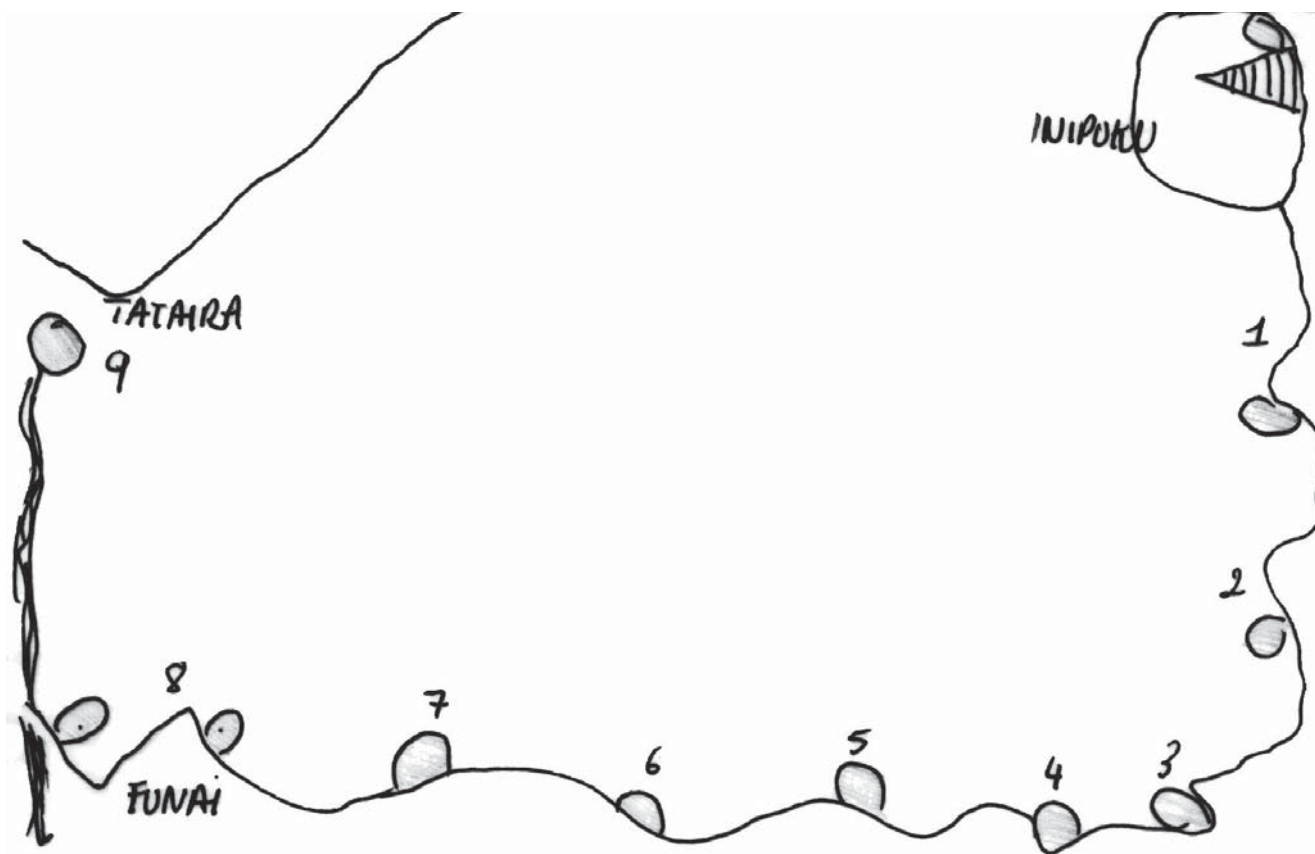
## O processo de identificação



Em 1976, o antropólogo Alan Campbell elaborou uma primeira proposta de reserva, fundamentada em uma detalhada descrição das áreas de ocupação indígena - respectivamente, Karapanaty, Mariry, Aimã, Masiwa, Inipuku e Onça. Estas parcelas da área foram classificadas segundo o grau de utilização pelos índios - zonas habitadas, zonas de reserva e zonas recentemente abandonadas. A proposta preconizava a demarcação da totalidade dessas áreas sob a forma de uma reserva contínua e propugnava ainda uma alternativa para uma demarcação parcial e provisória da reserva. Tratava-se de uma situação específica, quando a sobrevivência física dos Wajãpi estava seriamente ameaçada pela construção da Perimetral Norte.

No mesmo ano (1976), o sertanista responsável pela área, Fiorello Parise, elaborou uma nova proposta que, entretanto, não abrangia a totalidade das áreas ocupadas pelos Wajãpi antes do contato oficial. Propunha a delimitação de duas áreas separadas, uma ao norte (Inipuku) e outra ao sul (Felício), com uma superfície total de cerca 147.000 ha. Este projeto também se inscrevia no contexto dos anos 1975-76, quando a penetração da estrada na TI e a presença maciça de garimpeiros - que haviam rechaçado os índios de parte de suas áreas - exigiam medidas urgentes.





No ano seguinte (1977), o mesmo sertanista elaborou outra proposta para a reserva, com limites aproximativos, mas que englobavam desta vez todas as áreas ocupadas e utilizadas pelos índios do Inipuku e do Onça/Karapanaty, atingindo uma superfície de cerca de 500.000 ha. Essa proposta apresentava-se sob a forma de um meio círculo limitado a oeste pelo rio Inipuku.

Em julho de 1979, a antropóloga D.T. Gallois apresentou uma proposta de reserva que abarcava a área indicada nas propostas do sertanista Parise, mas com limites definidos por linhas naturais. Incluía, também, em continuidade ao Inipuku, a região do rio Cuc, afluente do alto rio Jari. A superfície proposta era de aproximadamente 900.000 ha. O sensível aumento da superfície da área a ser demarcada devia-se à inclusão da área ocupada pelo grupo que até então vivia no alto rio Jari (estendendo sua ocupação até o rio Cuc, de onde se originava), bem como ao aprimoramento do conhecimento da ocupação indígena na área do Amapari.

Como nenhuma dessas propostas apresentadas à Funai observava alguns requisitos da burocracia do órgão, um GT foi criado no início de 1980 (portaria 677/E, de 15/02/80, retificada pela portaria 684/E, de 26/02/80), para proceder a eleição da TI Wajãpi, sob coordenação da antropóloga D. T. Gallois. O GT efetuou os levantamentos necessários e apresentou seus resultados em relatório datado de 17/06/80, que propunha uma área de 965.000 ha. O problema principal que levou a Funai a recusar a área proposta pelo GT foi a extensão necessária para incluir o grupo Wajãpi que vivia em Molokopata, no alto rio Jari. Mesmo recusada, na ocasião, a Funai previa que a área seria demarcada até o final daquele ano.



Em abril de 1981, a antropóloga Sílvia Tafuri, da Funai, foi encarregada de verificar se a delimitação proposta pelo GT, em 1980, correspondia realmente à área reivindicada pelos índios. Em visita de dois dias à sede do posto Amapari e à aldeia Molokopata, a antropóloga confirmou a delimitação anterior, exceto quanto ao Molokopata. Foi decidido que o grupo do alto Jari deveria ser removido para o igarapé Onça. A transferência do líder Sarapó, realizada às pressas pelo sertanista João Evangelista Carvalho, resultou numa tragédia e os sobreviventes da aldeia Molokopata acabaram sendo levados ao Parque Indígena de Tumucumaque, onde seus descendentes vivem até hoje.

No início de 1982, o delegado da Funai em Belém, P.C. de Abreu, após consulta ao governador do Amapá e sensibilizado com o requerimento de terras para mineração no interior da TI proposta pelo GT de identificação, propôs demarcar como reserva para os Wajãpi apenas três áreas interditas em 1974, ligando-as apenas por linhas secas através do traçado da Perimetral Norte. Felizmente, a Funai não levou adiante essa iniciativa.



Dez anos depois da primeira interdição, em janeiro de 1984, nova proposta de identificação dos limites para a TI Wajãpi foi apresentada à Funai pela antropóloga D.T. Gallois. Ainda neste ano, as portarias 1651/E, de 14/06/84, e 1669/E, de 17/07/84, constituíram um novo GT destinado à “proceder aos estudos de identificação e ao levantamento ocupacional da TI Wajãpi”, com base na proposta encaminhada por Gallois em janeiro. Esse segundo GT propôs a demarcação de uma área com 543.000 ha.

Esta proposta de delimitação foi então encaminhada ao GTI (Decreto 88.118/83) tendo sido aprovada em reunião de 03/05/85. Nos dois anos seguintes, em vários momentos, a Funai anunciou a iminente demarcação da área, em acordo com os limites propostos pelo GT de 1984 e aprovados pelo GTI, em 1985.

No entanto, em setembro de 1988, os limites da TI são redefinidos num esboço rascunhado a lápis sobre a planta de delimitação da TI Wajãpi (Parecer nº 193/88). De acordo com esta proposta, a área seria reduzida em cerca de 50%, mantendo-se nos limites da TI apenas a porção central das terras, habitadas pelo grupo, e excluindo-se da mesma não apenas algumas aldeias habitadas como também todas as trilhas e áreas de acampamento, roças, de caça, pesca e coleta. Essa parcela excluída da TI seria transformada numa Floresta Nacional, uma categoria jurídica recém criada para permitir a exploração dos recursos naturais.

No dia 14/04/89, uma nova proposta de limites para a área reduz sua extensão de 543.000 para 416.000 ha, sendo 217.000 ha transformados em Floresta Nacional. Com intuito de discutir essa redução com os representantes do GTI, três chefes Wajãpi vão a Brasília, onde obtêm apoio da Procuradoria Geral da República e de alguns deputados federais. Diante das manifestações decorrentes dessas gestões, o GTI deixa de encaminhar a criação da Floresta Nacional Wajãpi.





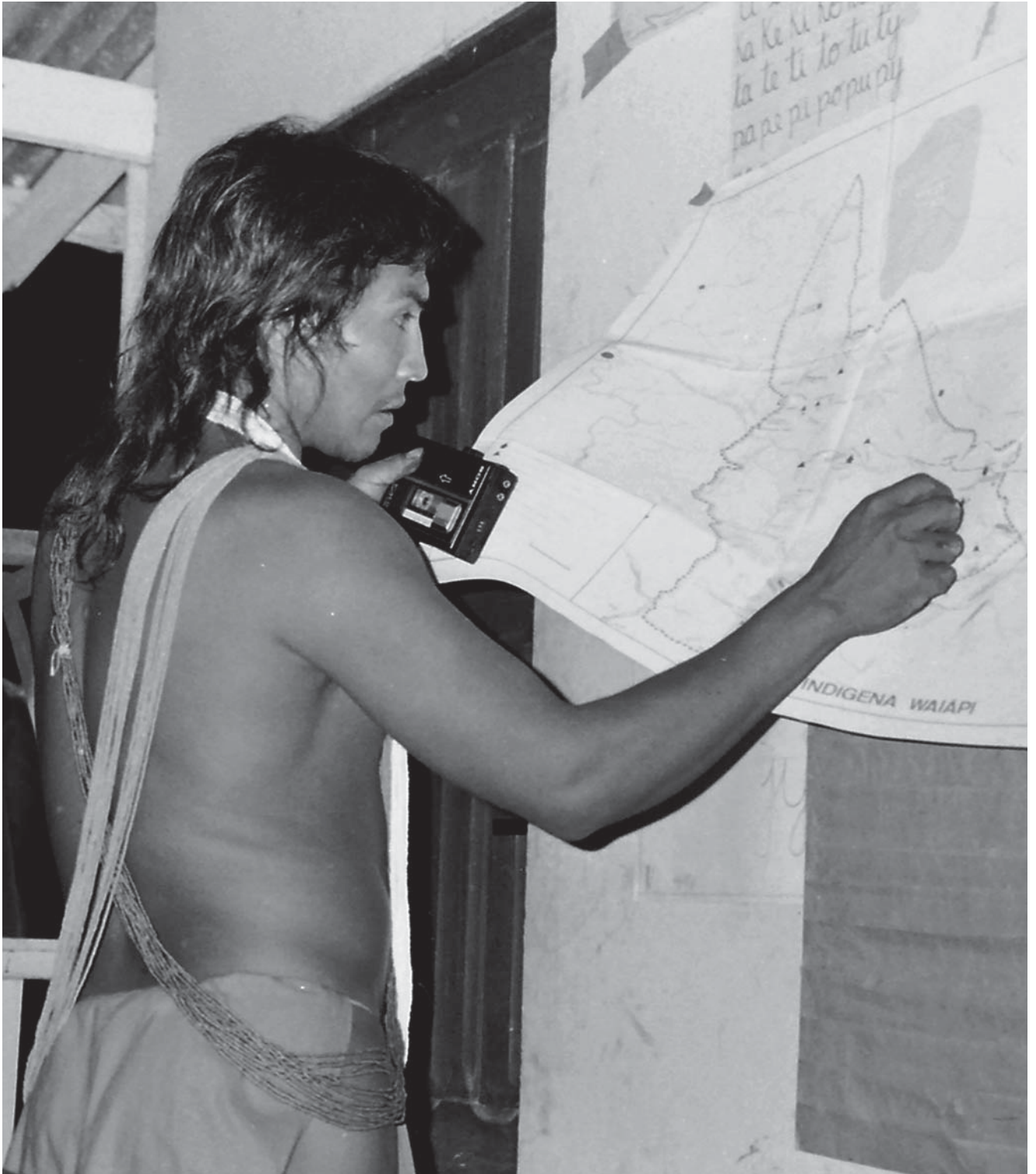
## A declaração de posse permanente

Em agosto de 1990, o presidente interino da Funai, Airton Alcântara Gomes, assina a portaria nº 771, interditando os 543.000 ha da TI Wajãpi a fim de estancar as incursões de garimpeiros e outros intrusos sobre as terras.

Em agosto de 1991, através do comunicado 005/CEA/91, a antropóloga D.T.Gallois é incumbida de receber, da comunidade Wajãpi, a anuência quanto os limites definidos no ano anterior. Na oportunidade, os Wajãpi reivindicam a inclusão de uma faixa na parcela sul da área, estabelecendo como limite o rio Riozinho.

A Portaria nº 544, de 23 de outubro de 1991, do Ministério da Justiça (DOU de 24/10/91), declara a área de posse permanente indígena e determina a demarcação de 573.000 ha., incluindo em seus limites a faixa sul reivindicada pelos Wajãpi. É com base no memorial descritivo desta portaria que os trabalhos de demarcação física foram iniciados, dois anos mais tarde.





## O Projeto Demarcação Wajãpi/ PDW

Programar e executar uma demarcação instalando marcos para sua sustentabilidade foi a meta do Projeto Demarcação Wajãpi / PDW, que testou um formato de demarcação em que a participação dos índios era ao mesmo tempo a origem e um novo produto do trabalho. A experiência de controle territorial que este povo vinha incrementando, por iniciativa própria desde o final dos anos 80 e com assessoria do CTI desde 1991, constituiu um antecedente determinante na capacidade dos índios de assumir, em moldes próprios, a direção dos trabalhos. Antecedente esse que permitiu agregar o indispensável apoio das instituições parceiras - Funai e GTZ - quando elegeram a área Wajãpi como alvo de uma experiência de demarcação não-convencional, capaz de trazer alternativas ao Programa de Demarcações do PPG7.

Além da gestão dos recursos do PDW e da contratação das equipes técnicas para a realização de trabalhos específicos da demarcação física dos limites, coube sobretudo ao CTI acompanhar e dar suporte aos interesses dos diferentes grupos locais Wajãpi, facilitando sua relação direta com todas as instituições que se envolveram no processo.

Em termos políticos, os benefícios que os Wajãpi exigiram como contrapartida a sua participação, extremamente árdua, nos trabalhos demarcatórios, eram:

- | respeito à autonomia dos grupos locais que se responsabilizaram separadamente pelos trabalhos em diferentes porções dos limites, que cada um desses grupos ocupa, explora e, portanto, conhece;
- | respeito às formas tradicionais de organização do trabalho e de sua capacidade de decisão na composição e reposição das equipes;
- | respeito ao seu calendário, uma vez que desejavam realizar, simultaneamente às tarefas da demarcação, outras atividades de seu ciclo habitual); impuseram tal flexibilidade especialmente para garantir atividades do calendário social (visitas entre membros de grupos distintos, ciclo de festas tradicionais, ética...).
- | concomitante aos trabalhos demarcatórios, as expedições indígenas serviram para a realização de um zoneamento da área, resultante numa rede densa de trilhas novas, visando a implantação de novos locais para aldeias e acampamentos e o incremento de atividades extrativistas, que deveriam ser apoiadas na continuidade do programa de monitoramento e/ou por projetos subseqüentes.

Além da formação de suas equipes, os Wajãpi opinaram sobre a seleção dos suprimentos necessários para as expedições e sua distribuição entre os membros de cada equipe. Esse processo também seguiu o modo tradicional, cabendo aos líderes a dis-



tribuição dos itens entre seus subordinados. Consideramos que foi fundamental para os Wajãpi assumirem de forma autônoma a direção da distribuição dos suprimentos, pois era mais uma oportunidade para superar o padrão assistencialista que sempre dominou as relações entre eles e os agentes dos postos. Em comum acordo com os índios, decidiu-se que apenas as famílias que participassem dos trabalhos teriam acesso aos suprimentos.

Como escreviam os professores wajãpi em formação, no curso de março de 1994:

*Na nossa Área Indígena tem mais 450 pessoas Wajãpi morando. Estamos querendo demarcar a nossa área, por causa de madeireiros, fazendeiros, garimpeiros e de outras pessoas que querem invadir as nossas terras. Queremos a demarcação de nossa Área para preservar florestas, para preservar os animais, para preservar os Wajãpi. Queremos a colaboração de algumas autoridades de cada País e de cada Estado. Queremos recursos para a demarcação. Queremos dinheiro para comprar munições: para matar a caça e comer durante a demarcação. Nós não usamos mais nossas armas. Nós Wajãpi usamos só armas dos brancos porque os próprios brancos é que deram as armas deles para nós. Queremos dinheiro para pagar os operadores de motosserra. Os Wajãpi não sabem operar motosserra. Por isso nós Wajãpi vamos pegar três operadores de motosserra para derrubar as árvores enormes. Queremos dinheiro para comprar ferramentas, que são: machados, terçados, limas. Quem está demarcando a área somos nós mesmos, os Wajãpi.*

Os procedimentos acordados deixam claro que os Wajãpi não constituíram, apenas, a “mão de obra” ou o “grupo alvo” da demarcação. Eles trabalharam intensamente em todas as etapas, mas sempre na perspectiva de dirigir esse processo. Acordaram não serem remunerados pelo trabalho, para que as equipes indígenas colocadas à disposição pela Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque, elas sim contratadas para “trabalhar”, pudessem ser remuneradas. Em contrapartida, exigiram a aquisição de equipamentos (um veículo, um sistema integrado de radiofonia, duas canoas motorizadas) que deveriam ser colocados imediatamente sob seu controle. Seu interesse nesta infra-estrutura era de poder usar os equipamentos quando e onde quisessem, e em longo prazo, para quebrar o isolamento de áreas mais afastadas em relação aos postos de assistência. Esta exigência foi apoiada no sentido de adensar a meta do PDW, na medida em que encorajava a dispersão na ocupação da área, fator importante para a fiscalização dos limites demarcados. Além disso, os equipamentos facilitariam a comercialização de frutos que seriam produzidos em trechos das picadas.

O entrelaçamento das atividades sociais, rituais, produtivas e de controle territorial com as tarefas da demarcação foi uma exigência dos Wajãpi, enquanto mediadores do processo, em campo. Por este motivo, na capacitação e no apoio aos Wajãpi, a equipe do CTI teve a preocupação constante de fazer com que a demarcação não pesasse demasiadamente no cotidiano das famílias nas aldeias, cujas tarefas deveriam continuar. Para evitar um desvio de toda a força de trabalho das aldeias para a obra demarcatória, foram apoiadas as soluções encontradas pelos Wajãpi para fazer coincidir seus trabalhos habituais com os da demarcação. Tal coincidência de interesses - com impactos previsíveis, mas controlados, sobre o cronograma - nem sempre foi bem aceita pelos técnicos externos. Por exemplo, os Wajãpi interromperam várias vezes o andamento das expedições para participar de festas de caxiri; vários homens jovens, que seriam a primeira vista os “melhores carregadores” ou “guias”, tiveram de interromper sua participação para obedecer a resguardos culturalmente definidos; em muitos momentos, as caminhadas rumo às clareiras ou o trabalho das picadas se tornou mais lento porque as equipes indígenas incorporavam mulheres e crianças; ocorreu também que líderes de aldeia enviassem para a frente da demarcação indivíduos menos dispostos porque reservavam os mais preparados para outras atividades – como a abertura das roças e seu plantio – consideradas prioritárias para a comunidade. Ou seja, o desempenho dos Wajãpi não se submeteu às formas de trabalho alheias aos seus próprios padrões de organização e de gestão do tempo.





## Os trabalhos de demarcação física dos limites

– Foi bom, porque os jovens conheceram os limites.

– Não fizemos a demarcação à toa. Conhecendo, os netos sempre voltarão aos lugares que eles percorreram comigo, para saber se algum invasor está entrando.

– Assim está certo!

(Waiwai, dialogando com Kumai, 1996)

Antes do início das expedições demarcatórias, ocorreram sucessivas reuniões nas, e entre, as aldeias, para indicar as equipes de trabalho. Estas corresponderam a grupos familiares, agregados segundo critérios waiãpi, basicamente orientados pela divisão territorial e política dos “donos” e conhecedores de respectivas parcelas da área. A maioria das equipes correspondeu a agregados preexistentes e, por isso, relativamente coesos. No entanto, nos momentos em que os trabalhos demarcatórios exigiram a participação de mais gente, as equipes se abriram para indivíduos provenientes de outras aldeias, resultando numa mistura satisfatória tanto para o desempenho nos trabalhos, quanto para a transmissão de conhecimentos tradicionais. Ao todo, sete equipes Wajãpi participaram da demarcação, cada em sua área de ocupação - mantendo praticamente inalteradas ao longo de todos os trabalhos e até hoje responsáveis pelos trabalhos de vigilância dos limites demarcados e na manutenção dos plantios nas picadas.

De acordo com os acertos realizados entre as instituições participantes e os Wajãpi, os trabalhos foram divididos em seis etapas:

- 1 A **identificação das cabeceiras dos rios limítrofes**, abrindo trilhas e clareiras no lugar considerado “a verdadeira cabeceira” dos rios Inipuku, Y’yākã, Pakwarã, Kupa’y, entre outros. Esse trabalho foi realizado sob responsabilidade exclusiva dos Wajãpi, organizados em diferentes equipes.
- 2 O **levantamento geodésico** foi feito por técnicos especializados, nas clareiras das cabeceiras e embocaduras dos rios limítrofes. Uma primeira etapa do levantamento foi realizada por técnicos da Universidade Federal de Pernambuco UFPE. A etapa seguinte, de topografia para o alinhamento das picadas, foi realizada por uma empresa particular que operava na região, a SERTOPGEL. Os técnicos da ADR Belém contribuíram significativamente no levantamento topográfico do divisor de águas que constitui o limite nordeste. O Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá - IEPA contribuiu com a digitalização dos limites demarcados. Todos esses trabalhos envolveram diretamente as equipes indígenas, sempre constituídas por uma maioria de Wajãpi e com um pequeno apoio de equipes de índios do Oiapoque, remunerados para este fim.

- 3 O **plaqueamento de toda a extensão do rio Inipuku e de sua embocadura no rio Jari**, que constituem o limite oeste da TI foi feito pelos Wajãpi e constituiu uma visita de rememoração da história do grupo, contando com a disputada participação de membros de todas as aldeias.
- 4 A **abertura das picadas nos limites secos**, que foi a etapa mais longa e mais difícil, na avaliação dos Wajãpi.
- 5 A **demarcação do divisor de águas Ari-Pakwarã**, no limite nordeste, um limite natural que foi balizado por clareiras e marcos no topo das montanhas da cordilheira.
- 6 Os **plantios agro-florestais nas picadas** foram executados em diferentes momentos do programa, mas se adensaram em um trabalho sistemático em trechos das picadas do limite leste.

## Homologação e registro no Serviço de Patrimônio da União - SPU

Após a conclusão da demarcação física, por não ter sido objeto de contestação, conforme assegura o atual decreto 1.775, o Presidente da República homologou a TI Wajãpi através do decreto sem número de 23/05/96 (DOU, seção 1, 24/05/96), com uma superfície de 607.017 ha, incluindo aí as correções de limites realizadas ao longo dos trabalhos de demarcação física, nas faixas norte e nordeste da TI.

# Relatos da demarcação

Siro, Kurapi´a, Parikura, Tapenaky e Waiwai contam como as equipes Waiãpi iniciaram os trabalhos de demarcação da terra indígena.

## Siro conta a expedição até a cabeceira do rio Kumakary

*No primeiro dia dormimos no Pyrakepirã, porque caminhávamos devagar. No segundo dia, dormimos no igarapé Tukanawa, que também chamamos Tapanaõty. Atravessamos esse igarapé e seu afluente Arapoty. No terceiro dia chegamos à aldeia do Teju, que chama Kumakary mesmo.*

*Quando saímos daquela aldeia, chegamos primeiro no lugar que os antigos chamavam Kumesity. A partir dali abrimos um caminho para chegar até a cabeceira do Kumakary. Um lugar de muita pedra. A gente tinha que parar o tempo todo para afiar os terçados, porque batiam na pedra e tínhamos que afiar de novo.*

*Ficamos no lugar que chamamos Janejarã tapererã, um grande lajeado que foi a moradia do criador. Dormimos lá. A clareira que abrimos fica além de Janejarã tapererã. No meio do lajeado, só tem açai. Tem água no pé da montanha, mas é difícil chegar. Todas as cabeceiras saem dali. A cabeceira do Amapari sai de um lado, outra de outro lado, saem do meio da pedra. É lá que Janejarã fez as serras. Em cima de cada cabeceira tem pedra, nas bordas do grande lajeado.*

*No dia seguinte, chegamos à cabeceira do Kumakary e ficamos lá. Só fizemos um tapiri pequeno com algumas folhas de bacaba. Por ali não tem mesmo palha preta para cobrir o tapiri, e com bacaba é difícil. Mas ficamos lá.*

*No outro dia, brocamos o lugar escolhido para a clareira. Mas tem pedra por tudo. O chão está coberto de pedras. Passamos o dia limpando. Paramos por causa da chuva. Fazia muito frio, teve muito vento durante a noite. O vento apagava o fogo, que ficava baixinho. A gente abanava o fogo, mas ele apagava de novo. O sereno pousava na cabeça da gente, pousava na rede. Tudo ficava frio. Durante a noite, o sereno molhou tudo que estava nos cestos. É*

*muito ruim, lá na cabeceira do Kumakary, por causa do frio. E o frio doía. Doíam os olhos, o nariz, as orelhas... Os antigos sabiam que fazia frio por lá, mas nunca haviam falado do sereno. Só falavam do vento, diziam que Janejarã mesmo faz o vento. Tem uma pedra enorme na beira do lajeado, na borda do precipício. Por baixo é um buraco. É dali que sai o vento. A pedra fica em cima do vazio. Embaixo da pedra é muito escuro. É de lá que sai o frio, que sai uma fumaça... Não se enxergava nada na mata, tinha muito sereno, muita fumaça. É como quando os karaikõ fazem fumaça com bomba de DDT.*

*Chamamos os lugares como esse de Janejarã tapererã. Não tem árvores, só capim. Só tem algumas árvores, como se fosse uma roça. Só tem um açaí, no meio, um mesmo. Não tem palmeira warakuri, nem kurua, nem murumuru. Não tem wiri, não tem árvore jita'y, nem marariapy. Não tem paipaio, nem pykau, nem tucano. Esses pássaros não gostam de frio. Não tem namu, nem su'i. No Kumakary não tem coatá, que não gosta de frio. Não existe outro lugar tão cheio de pedras quanto ali. No Inipuku tem pedra, mas não faz esse frio. Nem tem vento como no Kumakary. Não tem pedras na mata como naquela região. Não tem sereno e, por isso, no Inipuku não faz frio à noite. No Kumakary, tem uma lagoa no topo de uma das montanhas. Por isso tem mosquitos que mordem à noite. Isso é como no Inipuku.*

*Só tem alguns pés de bacaba. Não tem angelim, nem sumaumeira. Não tem árvores grandes. O mato é todo baixo, da altura daquela mangueira ali no pátio. Mas tem paira, pau dárco. Teju rachou um deles, para tirá-lo depois. Tem muito galo da serra. Tem japu'ã, o pássaro que grita "põka..."; como se fosse um rádio. O galo da serra mora nas pedras, é uma criatura do dono das pedras.*

*Mas é um lugar de muita caça. Matamos queixada, caititu, anta. Também moqueamos mutum e jacamim. Não tem cotia, acho que não gosta de frio. Ali só comemos caça. Não tem peixe, porque é cabeceira. Também há muito mel por ali, vários tipos de mel. Comemos de quatro tipos diferentes.*

*Ali os garimpeiros limparam um pouco a mata. Mas derrubaram pouco. Não trabalharam por lá. Só abriram um caminho, que pasa exatamente pela cabeceira do Kumakary. Tem bastante rastros, mas não tem sinais de que trabalharam. Seus rastros mostram que entraram na nossa área, para trabalhar no igarapé Janypary. Ali*

*é um lugar onde tem pedra preta. As mesmas pedras pretas que existem no nosso garimpo Yjy Pijõ.*

*No rio Amapá - ou Visagem, como o chamam os brasileiros - tem tudo. Pró baixo tem tudo. Provavelmente na cabeceira não tem nada, deve ser como na cabeceira do Kumakary. A cabeceira do Amapá não é distante da do Kumakary. Elas se encontram. Faz tempo que nós queremos que o limite da TI passe pelo Amapá. Agora nossa área vai ter o Amapá como limite, assim está certo, o limite vai passar por ali. Estamos contentes. Vamos fazer outra clareira naquela cabeceira.*

## **Kurapi'a fala do curso baixo do rio Visagem (que os Waiãpi chamam Ari ou Amapá).**

*Fui com meu genro, com meu neto Kamirã e meu irmão Tukurumã; Parikura e Ororiwo também foram. Fomos com dois motores, porque a farinha era muito pesada. Trabalhamos três dias na clareira. Quando acabamos, fomos embora no dia seguinte.*

*Por lá, não tem rastro de branco na mata. Eles só andam de motor, pelo rio. Por isso, na mata, a caça não tem medo. Exisrem muitas capoeiras dos antigos na cabeceira do Amapá. Pró baixo, só existe um caminho dos antigos. Não o vi desta vez, mas já o percorri há muito tempo atrás.*

*A caça não tem medo. Mas tem poucos bichos. Tem muita preguiça, acho que é porque os brancos não comem esse bicho. Naquela região tem também bastante tracajá. É bom porque no resto da Área, quase não existe tracajá.*

*Lá, a terra é do tipo que chamamos yvo'i reposi, fezes de minhoca; é uma terra preta, como no Pypyiny. Comentamos entre nós que é exatamente o mesmo tipo de terra. É uma terra boa, mas parece lama. Um tipo de lama, com muita minhoca. Os antigos gostavam de encontrar terra assim. Ficavam muito felizes, porque o milho cresce bem nessa terra. Por isso, a chamamos awasirorypa. Todas as plantas se dão bem nela: a mandioca, o milho, a banana. Qualquer caroço que a gente planta nasce bem. Por isso, já plantamos na clareira, logo quando terminamos de derrubar.*



*Plantamos algumas coisas no pé de um angelim queimados. Também plantamos pupunha.*

*Os brancos que passaram por lá comeram melancia e jogaram as sementes, que brotaram. Nós derrubamos tudo isso, plantamos de novo e já nasceu! Está cheio de melancia. Essa roça, na boca do Visagem, vai dar uma boa plantação.*

*No Visagem a floresta é igual a daqui. Tem muito piquiá e muita bacaba. Tem muito curuá. Não tem palha preta. Tem murumuru e tem patari, que é alto, com muito espinho. Açaí, tem pouco mesmo. Se temos bastante por aqui, no Aramirã, é porque nós o plantamos. Não é que o plantamos mesmo, mas estamos sempre jogando as sementes das frutas que comemos, e aí cresce. Se não morássemos aqui, não teria tanto açaí.*

## Parikura fala das cachoeiras do rio Felício

*No verão é muito difícil chegar até essa região, por causa das cachoeiras. Para chegar lá, a primeira cachoeira não é perigosa. Nós a chamamos Buracão ytu. Na boca do igarapé Onça tem outra cachoeira pequena. Durante esta expedição, nós demos um novo nome àquela cachoeira: é Tare'y kai ytu, a cachoeira do trairão queimado, porque Pejanã queimou o peixe que íamos comer. A terceira cachoeira é a do Japi'i ra'yry, muito difícil no verão. Dá pra passar ao lado delam, puxando a canoa. Na cachoeira do Visagem mesmo, não tem lugar para passar a canoa. Chama-se Kuriwa ytu. E, prá baixo do Visagem, tem a cachoeira comprida, Pokopoko ytu. Essa é forte mesmo, só dá para passar com duas canoas. Uma fica em cima, outra embaixo. Mas no inverno não é muito perigoso. No verão, é!*

## Tapenaiky escreve a respeito da expedição rumo ao Y'yakã

*Torramos farinha e quando terminamos, começamos a caminhar. Dormimos na cabeceira do igarapé Kuju. Chegamos no Najaty, mas não fomos para a aldeia. É longe. Dormimos na cabeceira do Kuju e de manhã caminhamos de novo. Parámos no lugar que, agora,*

*tem o nome de “cabeça do garimpeiro”, por causa do garimpeiro que morreu aqui no meio do rio Inipuku. Eu acho que do Kuju até o lugar do Karai kā´werã, gastamos dois dias só.*

*De manhã, caminhamos de novo. Depois, procuramos um lugar para atravessar o rio Inipuku. O rio Inipuku estava muito cheio e não conseguimos achar uma travessia. Só tinha um anelinho caído. Achamos que estava muito alto, aí derrubamos uma árvore. Depois, abrimos um caminho para achar o Etonewaka, mas não chegamos lá. Era só floresta, só queixada. Procurávamos o Etonewaka para abrir a clareira onde termina o rio, no igarapé Y’yãkã. O Etonewaka está no meio da área Indígena. Nós fomos abrir a clareira na cabeceira do Y’yãkã. É o limite da área.*

*Waiãpi tem o sol para guiar o caminho. O sol nasce pra cá, a leste, e cai pra cá, a oeste. É assim que sabemos. Porque o sol fica pra cá.*

*No outro dia, meus parentes foram pra cabeceira, porque ninguém conhece. Não sabiam que era o Y’yãkã, iam caçar por ali, mas não sabiam. Meu pai sabe. Ela já tinha andado por ali há muito tempo, para caçar, por isso sabia que a cabeceira era por ali.*

*Nós encontramos primeiro o meio do igarapé, seu curso médio. Depois levamos o caminho até a beira, onde o igarapé acaba. Tem muita serra. A cabeceira é igual filtro de água. É como um filtro que tá pingando. É uma fonte. No outro dia, meus parentes foram roçar em cima da montanha. Depois, nós derrubamos a clareira.*

## **Waiwai conta a expedição rumo à cabeceira do igarapé Pakwarã**

*Saímos de minha aldeia, Najaty. Para chegar lá, dormimos primeiro no Wyrarewry, depois no garimpo Yjy Pijõ. Depois no Parananypykai. Aí chegamos no Najaty.*

*Quando chegamos, saí para abrir um caminho. Fui eu que comencei a fazer o caminho. No outro dia, já seguimos todos rumo ao Pakwarã, mas não levamos rede. Só levamos as redes no terceiro dia. Dormimos primeiro no lugar chamado Mytu py’amã, o mutum amarrado. No outro dia, continuamos abrindo o caminho e não levamos rede. Mas*

*construímos um tapiri. Chamamos o lugar Pinovu tetã, o abrigo de folha de bacaba, porque não tem palha preta. Derrubamos todas as bacabeiras do lugar para fazer o tapiri. No dia seguinte, levamos as redes. No outro, levamos também. Abrindo caminho, doía muito o punho, é uma mata fechada.*

*É um caminho no meio da mata, que segue primeiro rumo ao rio, para chegar à beira do igarapé Pakwarã. Não dá para fazer o caminho pela beira, porque tem muita curva. De vez em quando, eu ia até a beira para reconhecer a distância até a cabeceira. Abrimos um caminho bem reto. Eu ia e voltava, do rio ao caminho.*

*Então, dormimos no lugar que chamamos Murumuru tetã, o abrigo de murumuru. Um lugar muito difícil, onde não tem palha para cobertura. Furamos nossas mãos, com os espinhos do murumuru. É difícil mesmo, tem muito espinho no tronco e nas folhas. No outro dia, dormimos num lugar que tinha palha boa, um igarapé pequeno que chamamos Warakurityary, o igarapé da palha preta. No dia seguinte, também ficamos naquele lugar. E voltamos a procurar o rumo da cabeceira do Pakwarã.*

*Tem taravovo naquela floresta, é algo que faz um barulho assim: “pai.pai,pai”, e assobia “bo bo bo...”. Nós não sabíamos o que era. Sua moradia fica à distância de uma roça, não muito longe de onde estávamos. Bem perto, escutávamos “taravo vo vo vo vo vo...”. E ficamos com medo. O caminho que abrimos ia naquela direção. Fui nele, mas voltei e decidi levar o caminho numa outra direção. O que nós chamamos de taravovo não é bicho, não é gente. E quando ouvimos isso, sentimos medo, é como quando tem alguém olhando nas nossas costas.*

*Depois, levamos o caminho até um lugar que chamamos Yjysōwa, o lugar da argila roxa. A argila é bem roxa, azul mesmo. Demos esse nome. No Yjy Pijõ, a terra é preta. Ali, era diferente, roxa. Dormimos e, no dia seguinte, deixamos as redes no tapiri. Perdemos o rumo da cabeceira do Pakwarã e chegamos à cabeceira do rio Amapari. Eu me perdi mesmo! Subimos numa montanha grande, subimos, subimos, com pressa, voltamos correndo, correndo mesmo. Chegamos de tardezinha para dormir e no outro dia, deixamos de novo as redes no tapiri. Continuamos a buscar a cabeceira do Pakwarã.*

*Eu estava fraco. A farinha tinha acabado, era só um saco, que Japarupira carregou. Acabou rápido. Nós levamos um também, que molhou no caminho e apodreceu. Eu levei bem pouca, agora quero levar dois. Só usamos forno de barro para beiju, bem pequeno, não dá para fazer muita farinha. Meu neto quase morreu no mato. Serete estava muito fraco, não andava mais. Diarréia, diarréia. Comemos queixada, comemos coamba, comemos bacaba. Comemos muito e ficamos com diarréia! Então ficamos fracos, magros de novo. Como não tinha farinha, tomávamos só o suco de bacaba, sem chibé.*

*Então meu neto voltou ao Najaty para buscar beiju. No dia seguinte, eu continuei o trabalho e meu genro voltou. Um de seus filhos estava quase morrendo. Ele voltou porque não tinha comida. Só caça. O menino não queria mais comer carne. Então eu fui de novo buscar a cabaceira do Pakwarã. Quando ficamos com diarréia, eu achei uma casca de árvore. Cozinhamos a casca e todos nós tomamos. Ficamos bons! É de uma árvore pareceida com a que chamamos mó'a tai.*

*Depois, chegamos à cabeceira do Pakwarã, que sai de uma montanha, muito íngreme. Procurávamos água, não tinha água. É difícil por lá. Dá pra ver tudo lá de cima, é impressionante ver de cima. Tudo é montanha por lá e é perigoso porque tem muita onça. Elas ficam nas montanhas. Quando a gente desce, elas vêm por trás e atacam. Não encontramos nenhuma, mas vimos bastante rastro. Carregávamos uma panela pequena com água, porque era difícil encontrar água por lá. Como não dava para cozinhar, só moqueamos, queixada e mutum.*

*Aí começamos a derrubar. No dia seguinte de nossa chegada, brocamos, num dia. No outro dia, derrubamos. Começamos cedo, trabalhamos o dia inteiro e acabamos à noite. Num dia. Todos trabalharam. Capitão Sa'ku estava junto. Todos nós brocamos. Mas são os nossos netos que derrubaram. Os machados trincaram. Só os do pessoal do Sa'ku, os nossos não, eram machados bons, não trincaram. Os mais compridos quebraram. É que por lá, todas as árvores são muito duras, parece que não tem árvore mole. Derrubamos no topo da montanha. Dalí saem várias cabeceiras, é um divisor de águas: de um lado um igarapé, outro do outro lado. Derrubamos no plano. Onde não tem mais água. Bem no topo. O Pakwarã tem o tamanho do igarapé que passa aqui perto, no Mariry. Tem muito trairão.*

*Depois voltei e fiquei no Najaty. Sa'ku só dormiu um dia e depois foi direto pra aldeia dele. Eu fiquei porque minha esposa ia ter filho. Nasceu um menino. Ela teve muita febre, febre, febre. Tremia. Como a criança não mamava, morreu rápido. Ali mesmo. Morreu no terceiro dia. Eu acho que foi porque eu estava muito cansado, porque eu havia trabalhado muito, estava exausto quando me mostraram meu filho recém-nascido. É por causa disso que ele morreu rápido. Ele ficou cansado, respirava mal, e morreu. É que eu estava cansado quando cheguei perto dele, passei isso para ele.*

*A boca do Pakwarã fica bem perto da minha aldeia. Não tem montanha até chegar na cabeceira. Pra baixo é bem plano. A cabeceira do Pakwarã fica perto da do igarapé Ypysi, afluente do Inipuku, um pouco pra cima. Na chuva, é difícil chegar até a cabeceira do Inipuku, porque é muito alagado. Daqui a dois meses, vem a seca e vai dar para andar. Não vai ter muita lama. É uma região que conhecemos muito bem.*

*Antigamente, quando íamos até o Oiapoque, dormíamos primeiro na beira do Kuju. No outro dia, no Pinotymiti. No outro, no Ypisi, no lugar chamado Ysigawa. No outro, no Janypawyry. No outro, no Kamaraõry. Depois, no Kaenduakai. No outro dia, no Panaypyne. No outro, no Warakurisiny, quase chegando no Pirawiri. E no dia seguinte chegávamos à beira do Pirawiri. Dormíamos primeiro perto da cabeceira, no dia seguinte já bem pra baixo. Antigamente, nós andávamos muito longe. Não era nem tão longe! Não fazíamos caminho na beira d'água, porque tem muita curva. Viajávamos um mês. Quando chegávamos à cabeceira do Oiapoque, tomávamos muito caxiri, muito mesmo, e daí voltávamos. Pelo mesmo caminho. Ninguém se perdia. A viagem nunca passava de uma lua.*

# Um mosaico de áreas protegidas no Oeste do Amapá



Atualmente, a TIW está cercada de outras áreas protegidas, que fazem parte de um mosaico de Terras Indígenas e de Unidades de Conservação, no oeste do Amapá, como mostra a tabela abaixo. A extensão total desse mosaico é de 12.310.175 hectares e abrange 11 municípios no Amapá e 5 no norte do Pará.

Isso porque uma área protegida – que seja uma TI ou uma UC – não ficará menos protegida se ela estiver isolada. Isso porque a floresta se estende além dos limites de cada área. Os animais, as plantas e as pessoas passam de uma área para a outra. Por isso, é importante pensar em como todas essas áreas estão interligadas, como cada uma depende das outras para continuarem protegidas.

Quando falamos de meio ambiente também estamos falando das pessoas, dos modos como as pessoas se relacionam com a floresta. Por isso, quando falamos de defesa do meio ambiente e de áreas protegidas também estamos falando da defesa dos direitos das pessoas. As leis brasileiras entendem isso e garantem a possibilidade de pensarmos em todas essas áreas ligadas, na forma de um mosaico.

Denominação	Jurisdição	Base Legal	Grupo	Extensão (ha)	Municípios Abrangidos
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Federal	Decreto Federal s/n, de 22/08/2002	Proteção Integral	3.867.000,00 (aprox.)	Calçoene, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio (AP); Almeirim (PA)
Floresta Nacional do Amapá	Federal	Decreto-Lei Federal Nº 97.630, de 10/04/1989	Uso Sustentável	412.000,00	Amapá, Ferreira Gomes, Pracuúba (AP)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Estadual	Lei Estadual Nº 392, de 11/12/1997	Uso Sustentável	806.184,00	Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari (AP)
Floresta Estadual do Amapá*	Estadual	Lei Estadual Nº 1028, de 12/07/2006	Uso Sustentável	2.369.400,00	Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Serra do Navio, Tartarugalzinho (AP)
Parque Natural Municipal do Canção	Municipal	Decreto Municipal Nº 085, de 14/11/2007	Proteção Integral	370,26	Serra do Navio (AP)
Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo**	Municipal	Decreto Municipal Nº 139, de 19/11/2007	Uso Sustentável	68.524,20	Pedra Branca do Amapari (AP)
Terra Indígena Wajãpi	Federal	Decreto federal s/n, de 23/05/1996	Usufruto exclusivo indígena	607.017,00	Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari (AP)
Terra Indígena Parque do Tumucumaque	Federal	Decreto Federal Nº 213, publicado no DOU em 04/11/1997	Usufruto exclusivo indígena	3.071.067,00	Laranjal do Jari (AP); Alenquer, Almeirim, Óbidos, Oriximiná (PA)
Terra Indígena Rio Paru D'Este	Federal	Decreto Federal Nº 213, publicado no DOU em 04/11/1997	Usufruto exclusivo indígena	1.195.785,00	Alenquer, Almeirim, Monte Alegre (PA)

Em 2010, o Iepé divulgou o Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará – Plano DTBC. Esse plano foi organizado com a participação de várias instituições parceiras, em especial o IBAMA, a Secretaria de Meio Ambiente do Amapá, a FUNAI, as ONGs WWF e CI-Brasil. Representantes

de todas as áreas protegidas que fazem parte do mosaico vem se reunindo desde 2007 e, nesse contexto, os Wajãpi fizeram intercâmbios com os castanheiros da RDS Iratapuru.

O objetivo geral desse Plano de DTBC é promover a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam todo esse território, compatibilizando o desenvolvimento regional sustentável com a conservação e valorização da sociobiodiversidade.

Há também objetivos específicos para a execução do Plano DTBC, que será monitorada pelo Conselho Consultivo do Mosaico:

- | Estabelecer uma agenda para o desenvolvimento territorial em base conservacionista e com abrangência regional;
- | Promover a gestão territorial integrada e participativa das áreas protegidas que formam o Mosaico;
- | Promover a articulação entre todas as comunidades que vivem no território do Mosaico.

Algumas ações voltadas a essa articulação e ao fortalecimento das organizações representativas das comunidades foram realizadas durante o processo de criação do Mosaico e elaboração do Plano de DTBC. Essas ações já mostraram resultados e por isso geraram demandas de continuidade inseridas no Plano.

Ao longo da elaboração do Plano de DTBC, as diferentes comunidades e suas lideranças enfatizaram necessidade de acessar conhecimentos e informações de forma sistemática, por meio de programas de formação e capacitação, tanto em temáticas de legislação ambiental, como da gestão de projetos sociais, de alternativas de desenvolvimento. Assim, todos os moradores desse amplo território agora constituindo um mosaico estão interessados no desenvolvimento de atividades capazes de promover maior autonomia de comunidades estabelecidas em áreas remotas, inclusive como estratégia de suporte para fiscalização e gestão territorial.





# Proposta de faixa de amortecimento e gestão compartilhada entre os Wajãpi e seus vizinhos

Logo após a conclusão da demarcação física da TIW, o CTI, a Funai e a GTZ consolidaram sua parceria com os Wajãpi para encaminhar uma proposta conjunta de proteção dos limites da terra demarcada. Os encaminhamentos feitos em 1996 já mencionavam que:

*Na perspectiva dos Wajãpi, não há qualquer impedimento à colonização na faixa de limites, excluindo-se atividades prejudiciais ao meio ambiente desta faixa - especialmente nas cabeceiras dos formadores e afluentes dos rios que compõem os limites da terra indígena. Quanto à população que vive ou explora recursos nesta área de entorno, composta de extrativistas, pequenos produtores rurais e garimpeiros, é indispensável considerar sua demanda específica e promover o entendimento e respeito mútuo para a proteção ambiental de uma faixa compartilhada.*

Assim, a proposta feita em 1996 já mencionava a urgência de criação de uma “faixa compartilhada”. Na época, tentou-se criar essa faixa em toda a extensão dos limites da TIW. Para isso, os parceiros se apoiavam nos seguintes argumentos:

- | Garantir a integridade da TIW em acordo com a demanda desta comunidade indígena.
- | Propiciar a convivência harmoniosa entre os índios e os habitantes de uma faixa compartilhada, no entorno da terra demarcada.
- | A sustentabilidade de qualquer programa de proteção ambiental implica em medidas de desenvolvimento capazes de oferecer à população alternativas econômicas diferenciadas, geradoras de renda e não-predatória do meio-ambiente.
- | A legislação disponível a respeito da proteção do entorno de áreas indígenas prevê o envolvimento de instituições de nível estadual. Assim, a resolução número 013 de 06.12.1990 do CONAMA sugere a criação de faixas de proteção no entorno de unidades de conservação. A lei número 7754 de 14.04.89, que trata da proteção das florestas, garante a preservação das nascentes dos rios. Ambas as medidas podem ser imediatamente aplicadas ao caso da TIW.



Quinze anos se passaram e a faixa ainda não foi criada. Mas nos últimos três anos, os Wajãpi se mobilizaram muito para que a proteção do limite leste da TIW. Agora, contrariamente ao que era proposto em 1996, não se trata de criar uma faixa de proteção em todo o limite da TI, mas apenas num trecho do limite leste. Como explicam os sucessivos documentos “**Prioridades dos Wajãpi**” (2006, 2008, 2010):

*A parte da nossa terra que faz limite com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque está bem protegida contra invasões, e sabemos que, assim, a floresta vai continuar em pé. E a parte da nossa terra que faz limite com a RDS Iratapuru também está bem protegida, pois sabemos que os castanheiros são como nós Wajãpi, eles cuidam da floresta.*

*Nossa preocupação é com a parte da nossa terra que faz limite com o assentamento do INCRA, pois lá a floresta está sendo destruída pelos ocupantes. Nós Wajãpi queremos que nessa área seja criada uma faixa de amortecimento junto ao limite da TIW. Acreditamos que esta faixa vai ajudar a proteger nossa terra contra invasões e assim não vai acabar o cipó titica, as frutas, as caças e os peixes.*

*Nós Wajãpi estamos vendo que está chegando cada vez mais gente de fora na região do assentamento. Não é somente dentro do assentamento que a população está aumentando. Também estão começando a ocupar outras áreas na beira da estrada Perimetral Norte e nas duas margens do rio Riozinho, bem junto dos limites da nossa terra.*

*Nós percebemos que os colonos que moram muito perto do limite da nossa terra às vezes entram na nossa terra e matam as caças, tiram ouro, cipó titica e outros recursos. No futuro, quando aumentar a população de colonos, achamos que podem acontecer muitos conflitos com esses moradores. Não estamos preocupados só com os recursos, mas também com nossas mulheres e nossas crianças. Estamos começando a ter problemas com os moradores da Perimetral Norte. Alguns moradores estão entrando escondido na nossa terra para olhar as nossas festas, as nossas meninas. Também vemos que alguns moradores vizinhos da nossa terra estão vendendo bebidas alcoólicas para os Wajãpi, até dentro da TI. Essas bebidas causam problemas de saúde e conflitos, e nós não queremos isso.*

*Conhecemos o jeito como os não índios ocupam a terra, nós sempre vemos o que estão fazendo na Perimetral Norte. No futuro os colonos vão derrubar todas as matas e vão fazer pastos grandes para criar muitos animais como gado, porco etc. Nós Wajãpi precisamos da floresta em pé e da caça. No futuro, não queremos depender de criação de animais como os não índios.*

*Alguns colonos que moram fora dos limites da terra que o governo deu para eles (assentamento do INCRA) falam que moram aqui há muito tempo, mas nós Wajãpi moramos aqui há mais tempo ainda. Os não-índios têm que respeitar nossa terra, porque desde antigamente nossos avós já moravam aqui, não tiramos a terra dos não-índios. Para cuidar da nossa terra, nós temos que cuidar do entorno junto com os não-índios.*



*Nós queremos que o governo faça uma lei para criar uma faixa de amortecimento entre a TIW e o assentamento Perimetral Norte, porque assim os colonos vão continuar tendo um pouco de floresta para usar no futuro. Se acabar a floresta no entorno da nossa terra, isso vai ter impacto nos recursos naturais que usamos também, como a caça e os peixes. Por isso, a faixa de amortecimento é importante para proteger a nossa terra e também é boa para os moradores do assentamento.*

*Nós Wajãpi sabemos cuidar da floresta: escolhemos lugares novos para fazer roças e deixamos crescer as capoeiras. Assim nossos recursos não vão acabar no futuro. Sabemos que os não índios que tem pouca terra não podem fazer como nós, mas achamos que eles podem plantar no assentamento e usar os recursos da floresta da faixa de amortecimento de um jeito sustentável. Fazendo manejo, para eles mesmos terem sempre os recursos no futuro.*

*Se os moradores da Perimetral Norte acabarem com a caça na terra deles e na terra vizinha da deles, vão querer caçar na nossa terra. Por isso nós achamos importante ter uma faixa de amortecimento para os colonos poderem caçar, de um jeito controlado, para a caça não acabar. Também estamos preocupados com os peixes da nossa região. Queremos que os não-índios não usem malhadeira no rio Amapari, porque no verão os peixes dos nossos rios descem para esse rio e voltam só no inverno, quando o rio fica cheio. Se os pescadores acabam com os peixes do Amapari, nós não vamos ter mais peixes. As malhadeiras não prejudicam só os não-índios, nem prejudicam só os Wajãpi: elas prejudicam todo mundo.*

*Por isso nós Wajãpi temos que fazer parceria com os moradores do assentamento Perimetral Norte, para não acontecer problemas na nossa terra nem na terra deles. Por isso nós queremos o apoio dos órgãos do governo para fazer várias reuniões com os moradores da Perimetral Norte, como Funai, Incra, ICM-Bio, MDA e Rurap.*





# TERRA INDÍGENA WAJÁPI - Proposta de faixa de amortecimento



**Áreas Protegidas**

- Terra Indígena Wajápi
  - Assentamento Perimetral Norte
  - Floresta Estadual do Amapá
  - Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
  - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru
  - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Beija-Flor Brilho de Fogo
- Posto
  - Aldeia
  - Campo
  - Miradouro
  - Marcos Demarcados
  - Proposta de faixa de amortecimento
  - Hidrografia
  - Rodovia BR-210 (Perímetro Norte)



Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum WGS 84



Fontes: IBGE, GEIA, SHAM

Novembro 2008



parte 3

# projetos e diagnósticos realizados na TIW

Esta 3ª parte apresenta os projetos e os diagnósticos realizados na TIW. Começa por uma lista resumida dos projetos de controle territorial e desenvolvimento local realizados na TIW a partir de 1992, quando o Programa Wajãpi – PW iniciou, com apoio do CTI. Na sequência da lista, são citadas algumas experiências, seja porque elas não foram bem sucedidas, ou ao contrário, porque foram muito importantes para o futuro das comunidades wajãpi.

Depois, entramos na parte dos diagnósticos. Esse bloco começa com uma lista de todos os levantamentos realizados pelos Wajãpi, com apoio de vários projetos e de assessorias especializadas. Daí apresenta-se um detalhamento do diagnóstico socioambiental realizado em 2002 e complementado em 2007. Há ainda os levantamentos de caça e de matérias primas para o artesanato, feitos nos anos seguintes, que não serão detalhados neste livro, por estarem ainda necessitando consolidação.

Em conjunto, todos esses trabalhos realizados com intensa participação dos Wajãpi, constituíram longos anos de aprendizado. Assim, desde seu início, o Programa Wajãpi tinha um objetivo que continua orientando o trabalho atual: oferecer informações e capacitação adequada para consolidar a responsabilidade dos Wajãpi na proteção e controle de sua terra e de seus recursos naturais.

A parceria construída pelo CTI e depois pelo lepé com os Wajãpi é muito diferente do apoio oferecido por outras instituições, como a Funai nas décadas de 70 a 90, ou pelas Secretarias municipais e estaduais. Esses órgãos têm como obrigação trazer “assistência” e por isso suas ações são chamadas “assistencialistas”. No começo, inclusive, essa assistência era oferecida apenas no Posto, nunca nas aldeias mais distantes. Depois, criaram-se alguns outros postos de saúde na TIW, mas a situação não melhorava, considerando que os Wajãpi circulam entre muitas aldeias, dispersas por toda a TIW. Por esta razão, no final da década de 80, os Wajãpi pediram a Dominique T. Gallois ajudá-los a resolver esse problema, pois não queriam continuar vivendo na dependência dos postos. Os assessores do Programa Wajãpi continuaram lutando ao lado dos Wajãpi para que as ações de assistência sejam realizadas em todas as aldeias, especialmente as mais distantes, nos limites. Mas, até hoje, isso não acontece.

Por isso, pensamos que os resultados dos projetos realizados pelo CTI e pelo lepé nos últimos 18 anos são importantes: prepararam os Wajãpi para assumir suas escolas em todas as aldeias, prepararam agentes de saúde e de saneamento que circulam por toda a área, capacitaram jovens e adultos na gestão política e administrativa de suas organizações representativas, formaram jovens e adultos para a realização de levantamentos importantes para a gestão ambiental, para a valorização de seu patrimônio cultural, etc.

Desde 2005, o Apina organiza anualmente seu “documento de prioridades” que apresenta as reivindicações coletivas dos Wajãpi a todos os órgãos responsáveis por ações de assistência. Essa iniciativa política é, com certeza, um dos resultados da formação oferecida através dos projetos descritos nesta parte do livro.

# Controle territorial e desenvolvimento local

**1992 a 1993. Controle territorial, recuperação de áreas degradadas e garimpagem manual na Área Indígena Wajãpi. Parceria entre o CTI e a Secretaria de Meio Ambiente – SEMAM**

O objetivo desse primeiro projeto foi o de re-orientar a prática de extração de ouro aluvionar que os Wajãpi haviam aprendido com garimpeiros invasores. Aprenderam a trabalhar em moldes ambientalmente adequados, recuperando as áreas trabalhadas com plantios e eliminando por completo o uso do mercúrio. Nesse trabalho, foram assessorados pelo geólogo Luis Vessani e pela antropóloga Dominique T. Gallois.

**1993 a 1995. Controle territorial e diversificação do extrativismo Wajãpi. Parceria do CTI com a Comissão da Comunidade Européia – CEE**

Esse projeto permitiu consolidar a adequação da atividade de garimpo feita pelos Wajãpi e iniciar experiências de diversificação da produção extrativista; tentou-se a extração de óleo de andiroba e de copaíba, para fins de comercialização. Paralelamente, foi instalado um pequeno viveiro, para o plantio de cupuaçu, com o mesmo objetivo. Esse projeto também deu início a um fundo para comercialização de artesanato, gerido pelo Apina, então recém-criado. Os Wajãpi foram assessorados por Dominique, por Pedro Dias e Giovanni Musial – ver adiante: experiência dos viveiros.

**1993 a 1996. Projeto Demarcação Wajãpi. Parceria entre o CTI, a Agência Alemã de Cooperação – GTZ e Funai**

Com esse projeto, conseguiu-se realizar todas as etapas da demarcação física da TIW em 24 meses. Todas as aldeias Wajãpi participaram, com os seus chefes dirigindo as equipes que trabalhavam nas clareiras e nas picadas. O projeto instalou um sistema de radiofonia interna e as principais aldeias foram equipadas com canoas motorizadas. O viveiro foi ampliado, para plantio de cupuaçu visando futura comercialização, de pupunha e outras espécies para as picadas. As equipes indígenas de demarcação eram assessoradas por Pedro Dias e por Giovanni Musial. Dominique era responsável pelo projeto diante da GTZ, acompanhando os trabalhos em campo e as tarefas administrativas realizadas por Marco Antonio Gonçalves.

**1996. Recuperação e despoluição de áreas da TIW degradadas por garimpos. Parceria entre o Apina, o CTI e o Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA**

O projeto foi aprovado pela Comissão do Projeto Demonstrativo para a Amazônia - PD/A, mas não foi executado, em função da “guerra dos papéis” e da polêmica suscitada pelo Procurador da República em Macapá, João Bosco, que atendeu denúncia apresentada por Caubi, segundo a qual Dominique e o CTI estavam interessados em explorar o ouro da TIW – ver adiante: Experiência na garimpagem.

**1999. Seminário “A TIW e as alternativas para o desenvolvimento sustentável”. Parceria entre o CTI e a Fundação Rainforest da Noruega – RFN, com apoio do Governo do Estado do Amapá – GEA**

Essa importante reunião de trabalho, preparada pela equipe do PW-CTI, durou três dias. Lideranças de todas as aldeias wajãpi apresentaram a situação da TIW aos representantes de praticamente todos os órgãos do governo estadual, e aos representantes da Funai de Brasília e de alguns órgãos federais. Juntos planejaram a consolidação da proteção da terra demarcada e de seu entorno.

**1999 a 2003. Programa de Vigilância e fiscalização da TIW. Parceria entre o CTI e o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL/Funai**

As atividades planejadas neste programa deveriam ter iniciado em 1996, logo depois da conclusão da demarcação da TIW. Mas, com a crise em torno do Projeto de recuperação de áreas degradadas - PD/A, polêmica que os Wajãpi chamaram “a guerra dos papéis”, o Apina e o CTI não puderam receber apoios durante mais de dois anos. O programa foi desenvolvido com apoio de vários assessores, entre eles Cássio Inglês de Sousa, Francisco C. L. Garcia, Lúcia Szmrecsányi e Helder R. de Souza. A parceria com o PPTAL foi renovada em várias etapas, com atividades diversificadas, que tinham como objetivo consolidar as ações dos Wajãpi na fiscalização autônoma dos limites da terra demarcada. Com apoio deste projeto, foi feita uma nova tentativa de consolidar a experiência dos viveiros de espécies destinadas à comercialização e até trabalhos de recuperação das encostas da estrada, que estavam desmoronando. Além do apoio às expedições de vigilância sob responsabilidade dos Wajãpi, foram realizadas atividades de formação, como as oficinas de mecânica e ações de capacitação para a gestão do Apina.

### **2003. Seminário “Terras Indígenas no Amapá e norte do Pará”. Parceria entre o Iepé, a GTZ e PPTAL/Funai**

Neste seminário de três dias, que reuniu representante de todos os povos indígenas do Amapá e norte do Pará, foram discutidos três temas principais: o futuro das atividades de vigilância nas terras indígenas; a valorização dos conhecimentos indígenas e sua contribuição ao manejo sustentável dos recursos naturais; a relação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque com os povos indígenas vizinhos. O Seminário foi muito importante para dar início à construção de uma parceria entre a equipe do Parque Tumucumaque e os índios, que vem se consolidando nos últimos anos. A partir de 2003. Plano de valorização dos conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento sustentável da comunidade Wajãpi. Parceria entre o Apina, o Museu do Índio–Funai, o IPHAN-MinC, o NHII-USP e Iepé

As atividades deste programa, que mais tarde passou a ser chamado “Plano de Salvaguarda”, foram idealizadas pelos Wajãpi, no momento do encaminhamento de sua candidatura à Declaração das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, da UNESCO. Inclui ações de formação – especialmente, mas não só, para a turma de pesquisadores – e a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais, dentro e fora das aldeias. Um dos objetivos mais importantes deste Plano é o de promover formas de desenvolvimento que estejam em acordo com os modos de ocupação e práticas de manejo dos Wajãpi, ambientalmente e socialmente sustentáveis e que devem ser respeitadas e valorizadas por todos os órgãos que atuam na TIW.

### **2004 a 2006. Apoio à descentralização das aldeias Wajãpi. Parceria entre o Apina, o Iepé e o Programa de Desenvolvimento de Povos Indígenas – PDPI/MMA**

O objetivo deste projeto foi apoiar a mudança de alguns grupos locais wajãpi para aldeias novas construídas nos limites, que foram providas de equipamentos de comunicação e transporte. Com este projeto, também foi dada continuidade às atividades de formação em gestão. Os principais assessores deste projeto foram Dafran Macário, Kátia Pacheco dos Santos, Adriana Felipim e Claudia R. da Silva.

### **2007. Fortalecimento cultural e sustentabilidade na produção e consumo de alimentos dos Wajãpi do Amapari. Parceria entre o Apina, o Iepé e a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**

As atividades deste projeto incluíram manejo e resgate de plantas cultivadas, oficinas para a valorização da alimentação tradicional e a promoção de segurança alimentar; também apoiou atividades de formação em gestão no Apina. O projeto foi realizado com assessoria de Lúcia Smrecsányi, Joana Cabral de Oliveira e Juliana Rosalen.

### **2008 a 2010. Construindo uma rede de experiências indígenas e de projetos sustentáveis para o futuro. Parceria entre o Apina, o Iepé e a Fundação Rainforest da Noruega – RFN**

Este projeto abrangeu todas as terras indígenas no Amapá e norte do Pará, com objetivo de implementar experiências-piloto para resolução de problemas sócio-ambientais enfrentados por essas comunidades, por meio da associação de conhecimentos e práticas tradicionais com novos conhecimentos e técnicas de manejo. No caso dos Wajãpi, o projeto apoiou oficinas para o manejo da caça, de matérias primas para o artesanato e para criação de animais silvestres. Os trabalhos foram feitos com apoio da equipe do PW coordenada por Simone Ribeiro, e de consultores especializados.

### **2009 a 2010. Apoiando experiências indígenas em gestão territorial e ambiental no Amapá e Norte do Pará. Parceria entre o Iepé e a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, do MDA**

O projeto teve por objetivo fornecer acompanhamento técnico às experiências de manejo agrícola, de criação de animais silvestres e de manejo de matérias-primas para beneficiamento de artesanato quem vem sendo desenvolvidas pelas comunidades indígenas Tiriyo e Kaxuyana, Wayana e Aparai e Wajãpi. Foi realizado com assessoria da equipe do PW, coordenada por Simone Ribeiro.

### **2010 a 2011. Consolidação do fundo de artesanato do Apina. Parceria entre o Apina e PROMOART, do Programa Mais Cultura, MinC**

O projeto tem por objetivo retomar em novo formato a comercialização de artesanato pelo Apina, visando a sustentabilidade econômica e ambiental. É assessorado por Angela Rangel.

### **2010 a 2011. Plano de gestão ambiental da TIW a partir de conhecimentos e práticas tradicionais. Parceria entre o Apina e o PDPI/MMA**

O objetivo desse projeto é a sistematização dos conhecimentos e práticas de manejo para subsidiar a construção do plano de gestão da TIW. Conta com a assessoria de Simone Ribeiro, de Bruno W. Caporrino e de consultores especializados. Levantamento e registro dos conhecimentos tradicionais dos Wajãpi sobre os ambientes, oficinas de capacitação, produção de materiais, contribuindo com a elaboração do plano de gestão ambiental da TIW.

## Alguns resultados e dificuldades encontradas

Ao longo de 18 anos, foram 14 projetos, alguns ainda em andamento. Em todos esses projetos, os chefes bem como as famílias da maior parte das aldeias wajãpi, junto com as sucessivas diretorias do Apina, trabalharam muito, com a ajuda dos assessores do CTI e depois do Iepé. Para avaliar os resultados desse esforço coletivo, é preciso levar em conta as “palavras novas” que os Wajãpi aprenderam nesse percurso, ou seja, as idéias importantes de cada projeto. Relacionando cada palavra com todas as outras, é possível resumir o aprendizado conjunto, dos Wajãpi e de seus assessores, ao longo desses anos de experiência.

**Controle territorial:** ocupar a TIW, conservar os ambientes, fiscalizar.

**Desenvolvimento local:** melhorar as condições de vida das famílias, em acordo com suas necessidades e de modo sustentável, a partir dos recursos existentes na TIW.

**Gestão:** organizar, planejar, priorizar, decidir coletivamente.

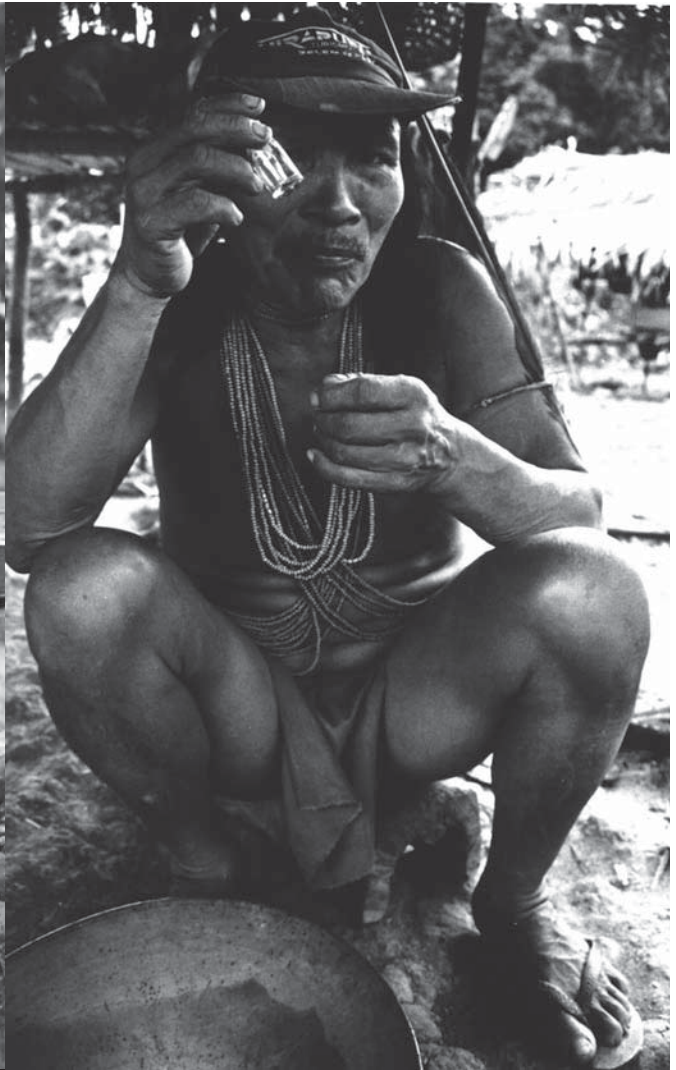
**Fortalecimento cultural:** conhecer, valorizar, praticar, divulgar.

**Sustentabilidade:** auto-sustentação, segurança alimentar, redução das dependências, conservação dos recursos para as próximas gerações.

Além de garantir a proteção e conservação da TIW através de fiscalização feita pelos próprios Wajãpi, os projetos do CTI procuravam incentivar atividades produtivas capazes de atender as necessidades dos Wajãpi, de forma auto-sustentável; se tratava de diversificar essas atividades produtivas (de artesanato, de ouro aluvionar, de frutos, de óleos vegetais, etc.) e de capacitar os Wajãpi para que eles possam assumir sozinhos, a gestão coletiva dessas atividades.

Os resultados alcançados nos projetos não foram todos iguais. Alguns trabalhos puderam ser consolidados ao longo dos anos, já que os projetos continuavam tendo os mesmos objetivos e procuravam fortalecer as experiências dos projetos anteriores. Por isso, os Wajãpi costumam dizer que o projeto PPTAL é “filho” do projeto Demarcação e que o projeto PDPI é “filho” do PPTAL.

Será importante, um dia, avaliar detalhadamente os resultados de cada uma dessas experiências de fomento à produção auto-sustentável. Aqui, não será possível discutir cada um delas. Mas é importante falar de três experiências: a do garimpo, a dos plantios agro-florestais e a extração de copaíba. É importante considerar as lições aprendidas, mesmo se esses trabalhos não tiveram continuidade. A experiência de extração de ouro teve de ser interrompida, por força da “guerra dos papéis” e de mudanças na legislação. Já a experiência dos viveiros e dos plantios, como também a extração de copaíba, não foi bem sucedida, porque naquela época, os Wajãpi não estavam muito interessados em assumir sozinhos e de forma autônoma esse tipo de trabalho.





## A experiência de extração de ouro aluvionar

*Karai kō só fala de garimpo, garimpo, garimpo! Não é isso não! Dizem que nós índios vamos virar garimpeiros. Índio não vai virar garimpeiro. Garimpeiro é quem estraga a terra. Será que karai kō vai cuidar da terra de índio? Não vai! Por isso, índio precisa aprender a trabalhar sozinho. Para se virar sozinho sem precisar pedir dinheiro aos karai kō. É isso que nos queremos!*

(Kasiripinã, então Presidente do Apina, 1997)

A atividade de garimpagem manual de ouro aluvionar foi incorporada pelos Wajãpi no seu convívio com garimpeiros invasores, na década de 70. Nos anos 80, um terço das famílias dedicava-se a essa atividade algumas semanas por ano, ao mesmo tempo em que cuidava das roças instaladas nos locais, de forma totalmente integrada ao seu ciclo sazonal. Esse extrativismo mineral praticado pelos Wajãpi tinha algumas características muito específicas:

Trabalhavam em áreas já exploradas ilegalmente por garimpeiros que os Wajãpi expulsaram gradativamente no início dos anos 80, retomando controle dos lugares onde abriram trilhas para caça, roças e moradias;

O trabalho era desenvolvido em etapas sucessivas, seja pelo mesmo grupo familiar ou por grupos distintos, que extraíam um pouco de ouro no intervalo de outras tarefas realizadas nos locais, como agricultura, caçadas ou expedições de vigilância;

A produção era, portanto, pequena e irregular, sempre comercializada diretamente pelo chefe ou pelo representante da família, em Macapá; a venda do ouro permitia adquirir itens de uso cotidiano como pano, panelas e munição (*ver o Box “Quanto ouro produziram os Wajãpi”, abaixo*).

Como haviam aprendido a extrair ouro com garimpeiros, os Wajãpi usavam mercúrio, sem dimensionar o perigo para sua saúde; quando levavam o ouro para Macapá, os compradores lhes vendiam mercúrio, o que diminuía sensivelmente o ganho das famílias. Além disso, deixavam abertos os buracos onde haviam trabalhado, como faziam os invasores. Entre 1992 e 1993, foi possível readequar essas técnicas de produção (através do projeto do FNMA) e se eliminou completamente o uso do mercúrio, que não era indispensável considerando a reduzida produção. Os compradores em Macapá, a partir desse momento, costumavam parabenizar os índios, pelo seu modo de extrair “ouro puro”, sem efeitos danosos no meio ambiente. Com apoio da assessoria técnica do geólogo Luis Vessani, também aprenderam a fechar os buracos abertos para extrair o ouro, em cima dos quais plantavam diversas espécies, para recuperar as áreas trabalhadas. O projeto também lhes permitiu adquirir pequenas bombas, que facilita-

vam a lavagem do cascalho, mantendo-se o resto do trabalho todo manual. Conseguiram assim aumentar um pouco sua produção que, no entanto, nunca passou de 40 gramas, a maior quantidade de ouro obtida por um consorcio de famílias do grupo de Mariry. A possibilidade de acessar recursos monetários para adquirir bens de primeira necessidade entusiasmava os Wajãpi, especialmente porque não precisavam trabalhar o tempo todo, mas apenas quando precisavam comprar novas armas, munição, pano e panelas. Na época, costumavam dizer que “o ouro, para os Wajãpi, é como os salários dos karai kô”. De fato, naquele tempo, os jovens professores e agentes de saúde ainda não recebiam salários e o número de aposentados era bem menor do que hoje.

### **Quanto ouro produziram os Wajãpi, em 1993 e 1994**

Em 1993 cerca de 40 famílias (de um total de 70) produziram ouro; em 1994, foram 33 (de um total de 75) o que evidencia uma diminuição em função dos trabalhos de abertura das clareiras da demarcação. Cada uma dessas unidades familiares realiza de duas a seis estadias por ano no garimpo, divididas em períodos de 10 a 15 dias, raramente permanecendo mais de um mês no local. A produção varia muito em função dos seis locais onde a atividade é realizada, dependendo do ritmo do trabalho e também das próprias grotas trabalhadas: por exemplo, a produção no garimpo Jawi Pire/Aramirã sempre foi metade mais baixa que no Yjy Pijõ/Aimã. No período aqui analisado – 1993 a 1994 – cada unidade familiar produziu, em uma de suas estadias, uma média de 5 à 8 gramas por semana. No ano de 1994, as famílias obtiveram cada uma entre 15 e 30 gramas. O preço médio do ouro em dezembro de 1994 era de R\$ 10,00 a grama. O que significou, por família, uma renda de R\$ 150 a 240. No total, foram cerca de 600 gramas de ouro, rendendo R\$ 6.000,00. Em 1993, chegaram a produzir quase um quilo.

*Extraído de: 2o Relatório do Programa do CTI para o Manejo não predatório e preservação ambiental de áreas indígenas da Amazônia Brasileira – Projeto CEE.*

No final da década de 90, os Wajãpi reduziram drasticamente sua atividade de extração de ouro, em função da polêmica gerada em torno do projeto de recuperação de áreas degradadas, encaminhado pelo Apina e pelo CTI e aprovado pelo MMA, em 1996. Mas eles continuam controlando suas zonas de garimpo mediante outras atividades, aproveitando as roças e os caminhos abertos. Atualmente, alguns afirmam que estão “guardando o ouro” para o futuro, quando esperam poder voltar essa atividade. A maior parte das famílias, no entanto, deixou de se interessar por esta alternativa – bem como se desinteressa da produção de artesanato – pois consegue adquirir os bens antes comprados com o ouro ou artesanato, através dos salários que um número crescente de pessoas passou a receber a partir dos anos 2000.

## O projeto de Recuperação de áreas da TI Wajãpi degradadas por garimpo

Para ampliar o plano de recuperação das áreas degradadas pelos garimpeiros invasores na TIW, o CTI juntamente com o Apina, idealizou um projeto que ampliaria a experiência anterior, no sentido de diversificar e adequar as atividades extrativistas – sejam minerais como também de origem vegetal (copaíba e andiroba) ao controle territorial e à recuperação ambiental. Esse projeto, aprovado em 1996 no quadro dos Projetos Demonstrativos/Amazônia - PD/A, do MMA, teve sua implantação suspensa como consequência da campanha deflagrada contra o CTI e o Apina (ver o Box “A guerra dos papéis”, abaixo). As metas do Projeto eram:

- | a recuperação ambiental de trechos da bacia do Igarapé Aimã, no coração da TIW, selecionada como alvo inicial do projeto por ser intensamente ocupada pelos índios;
- | a execução do Projeto garantindo a participação intensa de equipes indígenas de diversos grupos locais (na época, 12 aldeias - 490 pessoas) e a continuidade do controle que estes exercem sobre os recursos naturais de seu território;
- | o levantamento e caracterização das falhas e acertos de sua implementação enquanto projeto experimental e com caráter piloto, a partir da despoluição do Igarapé Aimã, visando futuramente ser adequado para a recuperação de outras zonas degradadas no sul (Karavõvõ) e no leste (Ari) da TIW, num formato que permitisse a auto-gestão pela comunidade indígena;
- | a capacitação dos Wajãpi para a gestão dos recursos monetários resultantes da produção secundária de ouro aluvionar e sua comercialização, na forma de investimentos capazes de atender demandas coletivas, sob supervisão do Apina;
- | a diversificação concomitante das atividades extrativistas e agro-florestais, num formato capaz de atender, a longo prazo, as demandas específicas das 12 aldeias; tal diversificação visando tanto a auto-subsistência quanto a produção para comercialização, que será gerida pelas comunidades locais sob supervisão do Apina.

Tecnicamente, no que se refere à questão ambiental, enquadrada por procedimentos de geologia e mineração, o projeto visava trabalhar uma área degradada através de procedimento garimpeiro tecnicamente adequado para desenvolver metodologia e treinamento concomitante com a recuperação da área; o método incluía: desmonte hidráulico, sucção de polpa e concentração gravítica. Pretendia-se lavar o rejeito e o cascalho remanescente recuperando o máximo possível de ouro e mercúrio, refazendo-se a topografia para recuperação orientada da vegetação.

Em resumo, tratava-se de consolidar uma nova orientação na atividade de extração de ouro realizada pelos Wajãpi há muitos anos, evitando-se a multiplicação de pequenos

garimpos explorados familiarmente, que serão reconduzidos num trabalho coletivo de despoluição de uma área degradada, com produção secundária de ouro.

A implementação do Projeto exigia uma mobilização intensa de todas as famílias para metas coletivas, não apenas em termos de conservação da terra demarcada, como da gestão dos recursos que irão advir da produção prevista de ouro aluvionar e de frutos dos plantios. Esses recursos, em acordo com as metas propostas, seriam alocados à aquisição de serviços ou equipamentos de uso coletivo (recuperação ou melhorias da infraestrutura de transporte e comunicação, especialmente). Cabe ressaltar que o Projeto previa compensação para todos os membros das equipes wajãpi que participariam do trabalho de recuperação no Igarapé Aimã. No entanto, considerando que a produção secundária de ouro - e a mais longo prazo, de frutíferas - visava principalmente a recuperação e conservação da área - essa remuneração das equipes indígenas envolvidas no trabalho seria menor que as aplicações destinadas ao coletivo.

Esse trabalho interessava muito, na época, aos Wajãpi pois se articulava ao esforço na implantação de plantios agro-florestais em andamento nas picadas da demarcação. É importante considerar que o trabalho previsto de despoluição e extração secundária de ouro não seria mais feito por famílias isoladas, mas coletivamente, para alcançar uma escala capaz de atender as necessidades da comunidade e fortalecer mais uma experiência de gestão coletiva. Enfim, para que esta alternativa não siga o exemplo da garimpagem degradante realizada - por terceiros e/ou pelos próprios índios - em várias TIs do país, tornava-se indispensável desenvolver metodologia social e ambientalmente adequada, como a que era proposta no projeto. É porque essas metas enquadravam-se no PDA, que o MMA interessou-se em financiá-lo.

## A guerra dos papéis

Nós estamos lutando naquele caminho mesmo. Para nós, não tem dois caminhos. (...) Não vamos estragar nossa terra. Fomos nós Wajãpi que discutimos o Projeto, todos os chefes, e criamos o Projeto do PD/A. Sabemos que vocês, autoridades, são nossos amigos, mas não estão entendendo o nosso Projeto, é preciso esclarecer para vocês. Vocês são autoridades de seu povo. Eu também sou, do meu povo. O Projeto do PD/A é para despoluir a nossa terra, mas não é só isso. É também para tirar ouro, para manter as nossas coisas. Vocês não viram ainda o nosso trabalho e, por isso, não podem prender o nosso Projeto.

*(Chefe Waiwai, 1997)*

Desde antes do contato com a Funai, os Wajãpi enfrentaram conflitos com garimpeiros. Quando, na década de 80, os Wajãpi resolveram eles mesmos explorar e usufruir desta riqueza em escala comunitária, setores políticos apoiando garimpeiros e pequenos empresários que cobiçavam a riqueza mineral da área

reagiram e trataram de inviabilizar todos os programas em andamento na TIW, pois não queriam admitir a legalidade desta atividade de extração de ouro aluvionar, controlada pelos índios, que lhes era garantida, com exclusividade, pelo Artigo 44 do Estatuto do Índio. A crise aumentou com a parceria entre os Wajãpi, o CTI e a FUNAI, para a demarcação física da TIW, que inviabilizava para sempre a presença de garimpeiros na área. Numa acirrada campanha difamatória lançada em 1996 contra o CTI e contra a antropóloga Dominique T. Gallois, esses políticos – apoiados por setores da própria Funai e da Procuradoria em Macapá – tentavam argumentar que os trabalhos realizados em parceria com o Apina eram nocivos para os índios e que acobertavam interesses sobre o ouro indígena. Sugeriu ainda que o CTI atuava clandestinamente entre este povo e que a antropóloga havia aumentado ilegalmente a terra indígena, desconsiderando os convênios, acompanhamento e financiamento pactuados com o governo federal através da FUNAI, MMA e outros órgãos. Os Wajãpi lutaram muito para que o Projeto do PD/A fosse realizado, mas não conseguiram. O MMA se dispôs a aguardar por mais de dois anos uma solução para a crise. Quando finalmente surgiu uma decisão judicial favorável à execução do projeto, o CTI optou não fazê-lo, considerando a drástica transformação em curso nas aldeias wajãpi, efeito da rápida implementação de uma política de assalariamento, pela Funai e por órgãos do Estado do Amapá, durante o período em que o CTI não podia retomar suas atividades na área.

*Extraído de: Situação atual dos Waiãpi no Amapá e viabilidade de execução do Projeto “Recuperação ambiental e despoluição de áreas degradadas por garimpo na TI Waiãpi” – CTI, 2000.*

## A experiência dos viveiros e plantios agro-florestais

O plano operacional da demarcação da TIW previa a implantação de plantios agro-florestais nas picadas abertas nas linhas secas. A sinalização de uma demarcação física, que inclui placas e marcos de cimento, mas também picadas, deve ser mantida “visível” em toda a extensão de limites. Na maioria das TIs, quando não foi previsto um programa de manutenção permanente desses sinais, torna-se necessário promover trabalhos de re-avivamentação das picadas, o que implica habitualmente em grandes esforços e custos elevados. Para evitar esse enorme trabalho de re-avivamentação, o Projeto Demarcação havia planejado uma alternativa, na forma de plantios agro-florestais. Seriam adaptados à cada uma das picadas, em função de sua localização (proximidade ou não de aldeias e de vias de acesso) e das características do ambiente (zonas planas ou montanhosas, tipos de solo, etc.).



As propostas de plantio foram feitas pelos próprios Wajãpi, a partir do zoneamento realizado durante a demarcação, quando planejaram a ocupação e o aproveitamento mais sistemático dos limites. Decidiram que pupunha, biribá, caju, flecha e urucum, seriam as espécies ideais para “marcar” os limites, em função de sua longevidade. Note-se que este sistema de sinalização da ocupação através de plantios é tradicional entre os Wajãpi, que continuam aproveitando sistematicamente das plantações de seus antepassados. Mais interessante ainda é o fato de que a população regional também se acostumou a identificar, nessas plantações (particularmente a pupunha, que só nasce “plantada”), marcas da presença indígena.

A única plantação de frutíferas selecionadas, em escala adequada à comercialização seria instalada na faixa do limite leste (picada Ari / Myrysiry / Jakareakãgoka). A proposta da comunidade, que técnicos da área ambiental consultados consideraram perfeitamente viável, é implantar uma grande plantação de cupuaçu nessa picada do limite leste. A plantação foi preparada a partir de um viveiro na aldeia Aramirã (no local onde foi construído o Centro de Formação e Documentação). Além de cupuaçu – destinado à comercialização de frutas in natura – seriam plantadas outras espécies, como pupunha e outras frutíferas, indispensáveis para o sombreamento no período de formação da plantação de cupuaçu. Nas demais picadas, muito distantes de vias de acesso para o escoamento de uma produção destinada à venda, seriam plantadas frutíferas diversificadas, cuja produção seria destinada tanto ao consumo dos Wajãpi como para “engordar a caça”.

A primeira etapa deste programa consistiu na instalação do viveiro principal em Aramirã, e de outros viveiros em algumas aldeias-base, nas clareiras e pequenas aldeias novas abertas na faixa de limites. As sementes de cupuaçu e de pupunha foram adquiridas em Belém, para assegurar a quantidade necessária. As demais espécies - especialmente urucum, pupunha e outras – foram reproduzidas a partir de sementes dos índios.

## Trechos do diário de Giovani Musial, em 1994

*Viveiro Jakaré: Armando levou 600 mudas, Joapirea, Korupe, Teju, Siro e Karimo prepararam a roça e o plantio de 500 mudas. A plantação é reconhecida como sendo de Joapiera, Korupe e Siro.*

*Viveiro Ariryrymy´a: quem tomou conta foi Kumaré, que além da clareira, abriu uma roça nova. Levou 500 pés.*

*Viveiro Kunawaru: Kumai preparou uma roça imensa, mas em dezembro os 400 pés de cupu ainda não estavam plantados.*

*Viveiro da Placa: vai ter de 1500 a 2000 pés de cupuaçu, consorciado com pupunha, para a plantação visando comercialização. Em dezembro, faltava ainda plantar, ninguém decidiu ainda quem assume a coordenação desse viveiro.*

*No Manilha, onde já existia um início de plantação, foram levados mais 300 pés.*

*Em Aramirã, além do viveiro central, tem 300 pés de cupu plantados por Kumaré em sua roça velha. O viveiro central atual é suficiente para picadas (esse viveiro comportaria cerca de 5.000 mudas de cupuaçu, que resultarão num total de cerca de 3.000 árvores produtivas, em 4 a 5 anos). Ainda temos um crédito de sementes.*

*O lugar que mais se esperava, por ser local importante para a fiscalização da picada, é Soinarã, mas nada foi plantado. As famílias não saem do posto de Ytuwasu. Na picada Myrysiry, vai dar, com alternância cupuaçu/pupunha nos trechos maiores e no resto jenipapo. Na picada do Kupa´y, é desanimador. Ninguém se interessa, mas fala-se de plantar caju e biriba. Depois, Anísio se animou e planejou plantar açai e cacau...*

Na época, a equipe do PW e os Wajãpi mais interessados na experiência dos plantios, previam colher frutos de cupu para comercialização a partir do 3º ano. Estimava-se que a produção da pupunha ficará em torno de 2 kg/pé e do cupuaçu em torno de 3 a 5 frutos/pé, no início, estabilizando-se a partir do terceiro ano em 8 frutos grandes/pé. O preço do cupuaçu-do-pará in natura era, no mercado regional, de R\$ 3,00. Cada árvore produz, em média 6 frutas, ou seja, uma produção equivalente à R\$ 18,00. Um plantio de 1.000 árvores daria uma renda bruta de R\$ 18.000,00. Outras plantações de porte menor, cada uma com 500 árvores, teriam uma renda bruta de R\$ 9.000,00 cada. A estimativa total da produção bruta dos 5 plantios seria de R\$ 54.000,00. Este valor, anual, deveria cobrir os custos sociais, de manutenção do viveiro e de produção (mão de obra dos Wajãpi, supervisão por técnico ambiental), todos relativamente baixos.

## A experiência de extração de copaíba

Na TIW, a copaíba tem ampla distribuição, mas as árvores se encontram muito dispersas. Segundo os Wajãpi, existem três tipos (branca, vermelha, negra) com diferenças significativas na produção. Das árvores mais produtivas obtêm-se em média 20 litros por ano. Tradicionalmente, os Wajãpi extraíam o óleo abrindo o tronco com machado. Segundo eles, a árvore não morre, pois o óleo “cicatrizava” o tronco. Mesmo assim, o programa do CTI introduziu um novo método de extração, com furador (ou “trado”) que permite a renovação do óleo, e também de tampas no furo para conservar a árvore.

Em 1993 e 1994, cerca de 12 famílias das aldeias Taitetuwa, Ytuwasu e Aramirã extraíram copaíba, obtendo a quantidade média de 18 litros por árvore furada, que comercializaram individualmente, para adquirir pequenos suprimentos. Era óbvio que nesta escala, o retorno foi decepcionante. No total, foram vendidos em 1994 cerca de 80 litros de copaíba.

A equipe do PW tentou convencer os Wajãpi que, para obter uma melhor colocação no mercado, deveriam estocar coletivamente sua produção em tambores de 100 litros, além de tornar a coleta mais sistemática para garantir uma “cota” suscetível de interessar algum comprador. Muitos compradores consultados em São Paulo e Belém aceitariam fechar um contrato com a comunidade Wajãpi, mas todos exigiam a remessa regular de uma cota mínima de 60 a 100 litros. Nesse caso seria importante investir na estocagem coletiva, investir também no uso de embalagens (etiquetas sinalizando a origem do produto, uma “marca wajãpi”). Mas em decorrência da decepção dos índios com o preço do óleo em Macapá, não prosseguiram na pesquisa de árvores. Pouco a pouco, deixaram de extrair copaíba. Em 1997, quando aumentou o número de assalariados, ninguém mais se interessou por essa alternativa.

## Porque as experiências de geração de renda não deram certo

Os Wajãpi não se tornaram “produtores” agroextrativistas, mas continuam praticando agro-extrativismo. Isso quer dizer que continuam se dedicando a essas atividades de forma tradicional, para atender suas necessidades de consumo familiar. Se tornar “produtor” implicaria em dedicar mais tempo e mais esforço para produzir um excedente para a venda. E, para ter efetivo retorno financeiro, esses “produtores” deveriam se organizar para que tanto a produção como a comercialização seja feita coletivamente. Isso não aconteceu. Há muitas explicações para esse relativo fracasso dos programas de geração de renda, experimentados no tempo do CTI. Uma delas diz respeito à dificuldade de passar para uma gestão coletiva. É o que explicava Dominique T. Gallois, num dos relatórios encaminhado à Comissão Européia, em 1994. Seguem alguns trechos dessa avaliação:



*Ao longo dos 18 meses deste programa, muitos passos foram dados. Sabíamos que neste prazo, os ganhos puramente econômicos seriam limitados, e que os resultados seriam sobretudo de caráter educativo. Estamos agora numa fase de transição: na passagem de atividades produtivas em pequena escala para a implantação de alternativas em maior escala, das quais espera-se rentabilidade econômica. O principal desafio desta fase intermediária está em escolher alternativas complementares - e não substitutivas - das práticas tradicionais. O extrativismo de subsistência deverá continuar garantindo a autonomia econômica ao nível familiar, mas nunca poderá cobrir a crescente demanda coletiva da comunidade (como a manutenção dos equipamentos doados pelo CTI, as estadias que precisam realizar na cidade para comercializar seus produtos e defender seus interesses junto aos órgãos oficiais, etc.). É neste contexto que os Wajãpi estão discutindo um plano de exploração mais concentrada de recursos minerais e agro-florestais. Implica numa seleção precisa de alvos e numa mudança de escala de produção, que foram amplamente discutidas entre eles e com vários assessores, ao longo deste ano, o que permitiu formular propostas concretas. Essa discussão também reflete a preocupação dos Wajãpi em responder e articular melhor as necessidades dos diferentes grupos locais, através do Apina.*

*O ponto nevrálgico da transição para a auto-sustentação não está apenas na adaptação das atividades produtivas à maior escala, mas na alteração das formas tradicionais de distribuição. Depende da capacidade dos Wajãpi em "coletivizar" parte de seus benefícios, passando de um modo de distribuição familiar a uma gestão comunitária dos recursos monetários obtidos de suas atividades produtivas. Tradicionalmente, produção e distribuição reduzem-se à escala familiar, sem necessidade de acúmulo, já que a floresta fornecia todos os recursos necessários à subsistência. Em função das dependências criadas após o contato, os Wajãpi se habituaram a produzir excedentes para atender suas necessidades domésticas que, portanto, continuam sendo geridas neste nível familiar. Esta limitação deve-se principalmente ao modelo assistencial vigente, que nunca exigiu da comunidade participação nos custos de manutenção de uma infra-estrutura que não só não lhes pertence como*

*eles não controlam. Esta concepção deve mudar a partir do momento em que pudermos repassar totalmente à comunidade não só a posse, como a responsabilidade da manutenção dos equipamentos coletivos. É também em função deste modelo “sustentado” – e não “sustentável” - que os Wajãpi habituaram-se à considerar os recursos monetários que obtêm da venda de seus excedentes como puro lucro, que podem gastar em acordo com suas necessidades e curiosidades pessoais. Enquanto os ganhos eram pequenos, limitavam-se a adquirir suprimentos estritamente necessários. Mas o aumento da produção aumentou os ganhos de algumas famílias que passaram a adquirir itens não indispensáveis (especialmente gêneros alimentícios), com recursos que poderiam ser dirigidos à melhoria ou manutenção da infra-estrutura das aldeias. Quando mais famílias passaram a receber salários, deixaram de investir no trabalho do artesanato, das frutíferas, etc. Por isso, nos empenhamos permanentemente em obter dos chefes e da APINA o compromisso de exigir de todos uma contribuição na manutenção dos equipamentos coletivos. Hoje, os Wajãpi estão conscientes de que os investimentos do CTI na manutenção desta infra-estrutura irá terminar em breve. Por isso, estão tão interessados na implantação de atividades em maior escala...*

*“Fazertudo sozinhos” é o que os Wajãpi esperam como resultado de nosso programa e é com esta expectativa que os chefes planejam o futuro das novas gerações: terem professores, enfermeiros, motoristas, mecânicos, “médicos de plantas”, secretários, todos wajãpi. Sua expectativa é implantar alternativas produtivas numa escala crescente, mas exclusivamente controlada por eles. Não admitem, por exemplo, a possibilidade de engajar trabalhadores não-índios ou permitir a presença de empresas que lhe forneceria “royalties” pela exploração de parte de suas terras. Diante desta exigência, nossa meta prioritária foi definir um sistema de capacitação suficientemente diversificado e eficaz para atender estas expectativas de auto-gestão...*

# Diagnósticos socioambientais realizados na TIW

## **2000 e 2001. Programa ambiental do CTI. Parceria com a Fundação Rainforest da Noruega**

Realização de levantamentos dos recursos naturais utilizados e manejados pelos Wajãpi, caracterização dos ambientes da TIW e oficinas para a sistematização das informações levantadas, incluindo a produção de desenhos caracterizando certos ambientes da TIW. Os trabalhos foram realizados com a assessoria de Dafran Macário, Dominique T. Gallois e colaboração de Catherine Gallois.

## **2002 a 2003. Diagnóstico etno-ambiental da TIW. Parceria do CTI com o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA/MMA**

O projeto promoveu oficinas de trabalho e levantamentos em campo, com membros de todas as aldeias, para avaliação sistemática da disponibilidade de recursos utilizados pelos Wajãpi e dos problemas sociais e ambientais que afetam as aldeias. Discussão inicial de alternativas para a gestão e sustentabilidade dos recursos ambientais na TIW. Os trabalhos foram realizados com a assessoria de Dominique T. Gallois, Dafran Macário e Giselle Lopes Fonseca.

## **2004 a 2006. Apoio à descentralização das aldeias Wajãpi. Parceria entre o Apina, o Iepé e o Programa de Desenvolvimento de Povos Indígenas – PDPI/MMA**

Além de apoiar as aldeias novas construídas nos limites, esse projeto permitiu a realização de vários mapeamentos, especialmente a 1ª etapa do levantamento da caça e o levantamento de pragas da roça. Esses trabalhos foram assessorados por Dafran Macário, Kátia Pacheco dos Santos, Adriana Felipim e Claudia Regina da Silva.

## **2006. Diagnóstico socioambiental das terras indígenas no Amapá e norte do Pará. Parceria do Iepé com a Conservation International - CI/Brasil**

Esse projeto permitiu realizar uma primeira sistematização de dados acumulados ao longo dos anos anteriores, complementados com informações produzidas pelos Wajãpi em reuniões de trabalho na TIW, com apoio de Giselle Lopes Fonseca.

## **2007. Projeto Mosaico de áreas protegidas no Oeste do Amapá e norte do Pará. Parceria do Iepé com o FNMA/MMA**

No âmbito desse projeto, foram realizadas várias visitas de intercâmbio entre índios e comunidades da região, bem como oficinas para atualização dos diagnósticos, com apoio de Giselle Lopes Fonseca, Dafran Macário e Nadja Havt.

## **2008 a 2009. Projeto Conservação Ambiental e Articulação Indígena no Amapá e Norte do Pará - Parceria CI/Brasil e Iepé**

Esse projeto apoiou a idealização e realização de um novo levantamento da caça-viva, realizado sob responsabilidade dos Wajãpi. Contou com assessoria de Dominique T. Gallois, Claudia Silva e Iori Linke.

## **2008 a 2010. Projeto Construindo uma rede de experiências indígenas e de projetos sustentáveis para o futuro. Parceria do Iepé e Apina com a Fundação Rainforest da Noruega**

O projeto apoiou, entre várias atividades na TIW, a sistematização da pesquisa de caça, bem como a realização de oficinas para o levantamento de matérias primas utilizadas no cotidiano e na produção de artesanato. Contou com assessoria de Dominique T. Gallois, Claudia Silva, Lúcia Szmrecsányi, Rachel Ribeiro Lang, Décio Yokota e Simone Ribeiro.

## **Outros levantamentos que contribuem com a gestão territorial e a valorização dos conhecimentos Wajãpi:**

O mapeamento de sítios arqueológicos que vem sendo realizado por Mariana Cabral, do Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá – IEPA, com a participação dos pesquisadores wajãpi. Foram identificados vários sítios arqueológicos e localizadas aldeias antigas, nas regiões de Okakai, Jiruruwry e Aramirã.

A expedição realizada até o igarapé Pirawiri, em janeiro de 2010, com a participação do geógrafo François-Michel Le Tourneau (CREDAL, CNRS – França), de Marcela de Marins (ICMbio), do chefe Waiwai e onze jovens Wajãpi. A partir de Okakai, chegaram à bacia do rio Cuc (Kuu), no interior do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, onde identificaram várias aldeias antigas.

# Identificando problemas socioambientais

Diferentemente das preocupações que os Wajãpi e os assessores do PW compartilhavam nos anos 90, quando experimentaram a diversificação da produção visando comercialização e geração de renda, agora, o objetivo dos trabalhos está mais voltado à conservação dos recursos da TIW e à valorização das formas de manejo tradicionais, que continuam garantindo a qualidade de vida no cotidiano da maior parte das aldeias. As experiências, agora, visam construir alternativas de futuro a partir da complementação entre práticas tradicionais e algumas tecnologias dos não-índios que os Wajãpi estão interessados em aprender.

Foi nesse contexto novo, que os 7 projetos citados acima apoiaram o levantamento e a sistematização de informações a respeito dos recursos ambientais disponíveis na TIW e as diferentes formas de uso desses recursos. Foram muitas oficinas e muitas reuniões para organizar e discutir os resultados desse trabalho de mapeamento, sempre retomando os primeiros levantamentos para complementá-los e sistematizar as informações. Inicialmente os professores e, depois, os pesquisadores wajãpi assumiram uma posição de destaque nesse trabalho, que também contou com a participação de chefes de família de todas as aldeias. Não se tratou apenas de registrar conhecimentos e práticas tradicionais, para guardar em livros e cadernos, mas de aprender a comparar a situação de cada uma das regiões da TIW, identificando problemas no acesso e na disponibilidade de recursos, para poder, então, planejar soluções e alternativas.

Os trabalhos evidenciaram a riqueza dos saberes wajãpi a respeito dos diferentes ambientes da floresta, bem como da complexidade de seu sistema agrícola. Foi nesse contexto que pesquisadores e professores escreveram o texto reproduzido a seguir, que serviu de justificativa para o 2º projeto do PDPI.



## Qual problema se pretende resolver?

*Os jovens precisam aprender bem os conhecimentos tradicionais para mostrar para as suas aldeias – e também para os não-índios – que nossa cultura tem muito valor. Se os jovens não conhecem bem a nossa cultura, não vão conseguir explicar para os não-índios e fazer eles respeitarem o nosso jeito de viver. Por isso, os trabalhos feitos pelos pesquisadores devem continuar. São esses trabalhos que vão ajudar no planejamento e na gestão ambiental da TIW.*

*Além disso, atualmente, existem problemas com o ambiente. No tempo dos nossos avós não tinha muito problema ambiental. Nossos antepassados tinham muito conhecimento sobre jeitos de cuidar do ambiente e não tinha muitos não-índios morando perto e acabando com recursos da floresta. Hoje em dia estamos perdendo um pouco esse conhecimento ambiental dos mais velhos, porque os jovens não estão aprendendo. Hoje em dia muitos jovens só pensam em ganhar dinheiro, não estão interessados em cuidar dos ambientes, não estão preocupados com o futuro da nossa terra, pensam que é melhor ir morar na cidade.*

*Muitos assalariados não querem sair de perto da estrada, porque ali podem contratar não-índios para derrubar a mata para eles com moto-serra. Perto da estrada também é mais fácil ter acesso ao atendimento à saúde e às mercadorias dos não-índios. No passado nós fizemos um projeto para ajudar na descentralização das nossas aldeias. Algumas famílias mudaram para lugares onde nossos antepassados moravam, nos limites da TIW. Esses Wajãpi que foram morar longe da estrada estão deixando a floresta se recuperar em lugares onde tinha aldeias centrais ocupadas há muito tempo. Isso é um conhecimento tradicional dos Wajãpi. Mas alguns Wajãpi não estão praticando esse conhecimento porque só querem ter acesso a coisas dos não índios.*

*Hoje em dia a população está aumentando e nós achamos que no futuro, se não cuidarmos, não vai ter tanto lugar novo para a gente se mudar dentro da nossa terra. Sabemos que a TI Wajãpi não vai aumentar no futuro.*

*Hoje em dia estamos usando ferramentas diferentes dos nossos antepassados, que conseguimos com os não-índios, como espingardas, machados e moto-serras. Então precisamos controlar o uso dos recursos: fazer roças pequenas e não matar muitos*

*animais de uma vez só. Também queremos fazer manejo de alguns recursos e criação de alguns animais. Isso é uma coisa nova para nós, para fazer isso precisamos aprender alguns conhecimentos dos não-índios e juntar com nossos conhecimentos. Por exemplo: se uma comunidade quer produzir mel, quem vai escolher o tipo de abelha e dizer onde a gente encontra a abelha são os Wajãpi; quem vai dizer como se faz as caixas da colméia e como levar as abelhas para dentro das caixas é um técnico não-índio. Depois de aprender com os técnicos não-índios, os próprios Wajãpi vão saber fazer sozinhos e ensinar uns para os outros. A mesma coisa com o plantio de ubim, com a criação de caças, etc.*

Essa explicação mostra também que muitos Wajãpi tomaram consciência do valor de suas práticas de manejo de recursos, que sempre garantiram a qualidade de seu modo de vida, caracterizado pela mobilidade entre diferentes roças e aldeias. As atividades de mapeamento foram muito importantes para que todos percebam os efeitos negativos da sedentarização em torno das aldeias centrais, onde as condições de vida são mais difíceis, em função do esgotamento dos recursos ambientais.

## **Aprendendo a fazer um mapeamento socioambiental**

Logo no início dos trabalhos de mapeamento, no ano 2000, os assessores do PW perceberam o desafio de sistematizar a imensa quantidade de recursos ambientais usados pelos Wajãpi, assim como perceberam a dificuldade de representação de um mosaico tão variado de ambientes presentes no interior das regiões da TIW. Por este motivo, os trabalhos deveriam se apoiar nas categorias usadas pelos Wajãpi, quando mencionam e descrevem esses recursos, no seu cotidiano. E assim, no início, foram registradas listas enormes de tipos de árvores, animais caçados, plantas da roça, categorias de paisagens vegetais, etc. Listas que desanimavam a todos, porque sempre faltava alguma coisa e porque o trabalho parecia se limitar à elaboração de inventários de recursos, desconexos entre si.

Os Wajãpi que participaram desse mapeamento – que, como já foi dito, foi coordenado inicialmente pelos professores e depois pelos pesquisadores – voltaram a se animar quando perceberam que o trabalho nas oficinas não servia apenas para reproduzir aquilo que eles já sabiam, mas promovia algo completamente novo, que era aprender a organizar esse complexo enorme de conhecimentos e práticas, a partir de critérios que eles mesmos iriam escolher. A construção de mapas e a elaboração de desenhos de paisagens ajudaram muito a fazer aparecer esses critérios, culturalmente significativos para os Wajãpi.

O que também ficou evidente no decorrer das sucessivas etapas do levantamento, é que os Wajãpi estavam se familiarizando com conceitos dos não-índios a respeito do que chamamos de “natureza” ou “ambiente”. Eles apreciaram muito aprender a linguagem técnica utilizada pelos karai kô para a representação em mapas, como se interessaram pelas metodologias de organização dessas informações. Por esta razão, o resultado não é um “etno-diagnóstico”, como pretendia o FNMA na linha de projetos que apoiou o trabalho na TIW em 2002. Os sucessivos diagnósticos, foram realizados “com” os Wajãpi, mas não são uma reprodução de seus modos de conhecer os ambientes. No seu cotidiano, com certeza, os Wajãpi fazem avaliações minuciosas da situação dos recursos nas áreas em que circulam, mas não é “tradicional” elaborar sistematizações ou generalizações como as que foram feitas nessas oficinas. Todos esses levantamentos, seja dos recursos agrícolas ou silvestres, como o levantamento da caça, ou ainda o de matérias primas utilizadas para confecção de artefatos e artesanato, se apoiaram nas categorias da língua e do pensamento wajãpi. Mas seus resultados foram organizados a partir de modos de representação e de sistematização de dados baseados em critérios das ciências biológicas. Esse aspecto é muito importante na perspectiva dos Wajãpi, interessados justamente em se apropriar de nossos modos de organização do conhecimento. Da aproximação entre os seus saberes e os conhecimentos dos não-índios, surgiram inclusive novas categorias, para designar tipos de animais ou de vegetais que no cotidiano dos Wajãpi não são identificados ou que não interessa diferenciar.

### **Construindo novas categorias para mapear “recursos”**

*Os Wajãpi não usam um termo geral para designar o que os ocidentais tratam como “animais”. Utilizam um termo específico para os animais caçados e consumidos, designados como mijarã. Os outros animais, que não são consumidos, não são objeto de uma categoria geral. Mas no âmbito do diagnóstico, os professores wajãpi foram criando alguns termos para designar esses animais não comestíveis, que incluem onças e outros predadores: foram reunidos sob o termo mijarã warã, que foi traduzido como “animais canibais”. Outros professores também criaram a categoria mijarã jaa’we’ã, “os animais que nós não comemos”, uma categoria nova, construída no contexto das oficinas de diagnóstico, mas até agora nunca usada no cotidiano.*

*E outras construções desse tipo ocorreram para a tradução de classificadores não indígenas, utilizados para discriminar vegetais. Surgiu uma tradução para “frutas que nós comemos”, colocada em contraposição à categoria “frutas comidas pelos animais caçados”, essa sim sempre utilizada pelos Wajãpi. A primeira nunca é mencionada enquanto a segunda é sempre utilizada, na medida em que a localização das fruteiras é fundamental para garantir sucesso na caça. Em todo caso, para os Wajãpi, não existem “vegetais” em geral. Existem plantas que as mulheres wajãpi criam em suas roças, e outras plantas que outros seres criam na floresta. Esses modos de criação definem*



*duas categorias fundamentais para distinguir o que nós juntamos na ideia de “vegetais”: de um lado as plantas – plantadas pelo homem - do outro, as espécies silvestres – que são cuidadas por outros seres...*

*É importante, então, considerar que a noção de “recursos” é totalmente ausente no pensamento e na prática dos Wajãpi, como de outro povos amazônicos. Não existem “recursos” que não sejam “criações” ou “plantações” de alguém: do dono da água, do dono das árvores, etc. Os elementos da floresta que são apropriados para diferentes usos não são configurados, então, como “recursos”, como se estivessem aleatoriamente disponíveis. A ideia de “recursos” remete à ideia de uma “natureza” que se opõe à ideia de “humanidade”. Para os ameríndios, essa oposição não faz sentido. Na concepção indígena, os humanos não são “donos” dos recursos que existem a sua volta. Na floresta e nas águas, vivem os jarã, mestres das diferentes espécies de árvores, animais, peixes, etc. Nada existe por existir sozinho, disponível para os homens, sem cuidado e mediação. Sem o vínculo entre espécies com seu dono, a existência e a reprodução não seriam possíveis.*

*Adaptado de texto de Dominique T. Gallois “Modos de conhecer”, Relatório para o FNMA, 2003.*

## O mapeamento de problemas socioambientais realizado em 2002

Este diagnóstico teve como objetivo investigar e analisar as condições socioambientais da TIW, com vistas à elaboração de um futuro plano de gestão ambiental. Além disso, como foi dito acima, o projeto do FNMA visou promover uma “tradução” entre conhecimentos e introduzir novas questões, como segue:

- | instrumentalizar os Wajãpi na compreensão de noções e conceitos de gestão ambiental, tais como: manejo, sustentabilidade, suporte, escassez, esgotamento, etc.;
- | discussão desses conceitos, face às categorias, conhecimentos e práticas características da relação dos Wajãpi com seus ambientes;
- | facilitar a compreensão do termo “gestão ambiental e territorial”, com especial atenção para os seus direitos constitucionais.

Para a realização deste diagnóstico, a TIW foi subdividida em regiões identificadas como unidades representativas pelos Wajãpi, de acordo seu sistema sociopolítico. As 6 regiões selecionadas (Aramirã, Mariry, Manilha/CTA, Ytuwasu, Taitetuwa e Pypyiny) correspondem grosso modo aos grupos locais (wanã kō) que historicamente ocupam essas áreas, onde cada um possui vários assentamentos; são identificadas pelo nome da “aldeia central” de cada um desses grupos. Portanto, a identificação dessas regiões

não corresponde a nenhum critério geográfico ou ambiental. Por este mesmo motivo, a observação das regiões, delimitadas nos mapas construídos durante o diagnóstico, indicam claramente que certos grupos ocupam e circulam em áreas bem mais extensas do que outros. Também foram debatidos diversos problemas passados, atuais e futuros, como, por exemplo, as ameaças de invasão, os modos de exploração e usos do entorno da TIW, as mudanças dos modos de vida dos Wajãpi devido à interferência de agentes externos, etc.

Os critérios selecionados pelos Wajãpi para diagnosticar a situação de cada região incluiu os seguintes elementos:

- | Escolha de um local adequado à abertura de roças
- | Recursos necessários para a implantação de uma aldeia
- | Categorias de recursos utilizados para a alimentação
- | Problemas socioambientais

Esse item levou a uma discussão intensa da situação nas aldeias “velhas” onde a qualidade de vida está seriamente prejudicada pela falta de recursos (falta terra boa para plantar, frutos silvestres, mel, fibras, palha para a cobertura das casas, madeirame para as casas, caça, peixes, etc.). Detalhando esses problemas, diagnosticaram:

Problemas ambientais específicos: falta de lugar para plantar, pragas nas plantas da roça, falta de comida, falta de recursos como palha, madeira, mel, cipós, perda da qualidade da água e/ou sua contaminação;

- | Problemas ambientais gerais: acúmulo de lixo nos pátios e nos igarapés, confinamento e/ou limitação de espaço para abertura de roças e aldeias, poluição (mercúrio, tantalita, pilhas e baterias, etc.) e a excessiva aglomeração da população em certas aldeias.

Todos esses critérios selecionados pelos Wajãpi evidenciam sua lógica cultural e valorizam as categorias e relações comentadas no seu cotidiano, quando descrevem e avaliam o sucesso de suas atividades produtivas, ou quando discutem a abertura ou a circulação das famílias pelo território. Após a realização das oficinas, o material compilado foi apresentado aos líderes de todas as aldeias, quando tomaram decisões importantes a respeito das propostas a serem encaminhadas a possíveis financiadores de projetos para a mitigação dos problemas diagnosticados. Quando construíram essas propostas, buscaram um consenso – que naturalmente não foi sempre alcançado – para a adoção de algumas soluções. É assim que o projeto do PDPI, e também o projeto apresentado à RFN, são “filhos” do trabalho realizado com apoio do FNMA nesse período.

## Detalhando o diagnóstico da disponibilidade de recursos na TIW

Em 2006 e 2007 foram realizados novos levantamentos e uma oficina, para complementar o mapeamento realizado em 2002, dessa vez com apoio do Projeto da CI-Brasil. Naquela ocasião, foram analisadas 13 sub-regiões: Okakai, Kupa'y, Karavõvõ/Pypyiny, Ari/Pairakai, Riozinho, Pinoty/Okora'yry, Aruwaity/Kumakary, Arasa/Marakae, Mariry, Tome/ Yjypijõ /Najaty, Ytawa, Inipuku, Mukuru. Como no levantamento anterior, as avaliações foram realizadas a partir de unidades de recursos importantes para os Wajãpi. Consideraram, em especial, as seguintes categorias:

- | **Koo'y** : local apropriado para se plantar, que fornece também **japea**, a lenha para o fogo;
- | **Okaropa** – palha para cobertura das casas;
- | **Tetarãã** – madeira para construção;
- | **Temimojarã** - material para fabricação de utensílios;
- | **Ysimo** – cipós para amarrar;
- | **Moma´e yva** – frutos e **Mijarã remiõ** – comida da caça;
- | **Mijarã** – animais caçados;
- | **Pira** – peixes;
- | **Yjy** – barro para confecção de recipientes.

As informações foram organizadas em várias tabelas, que serviram para ilustrar a presença ou ausência desses elementos nas sub-regiões da TIW e discutir coletivamente, fazendo comparações, como sintetizado a seguir.



**Disponibilidade de recursos nas aldeias da região de Aramirã**

	Pinoty	Aramirã	Pyrakenopã	Okora'yry	Ari
Lugar para roça	Muito pouco	Muito pouco	Tem bastante	Muito pouco	Tem muito
Caça	Tem pouca	Só tem longe	Tem bastante	Tem pouco	Tem muita
Peixes	Tem pouco	Muito pouco	Tem pouco	Muito pouco	Tem bastante
Material de construção	Tem pouco	Tem bastante	Tem bastante	Muito pouco	Tem bastante
Frutos	Tem pouco	Muito pouco	Tem bastante	Tem pouco	Tem muito

**Disponibilidade de recursos na Região da Aldeia Cinco Minuto**

	Jakare	Manilha	CTA	Cinco Minutos
Lugar para roça	Tem bastante	Tem bastante	Tem bastante	Muito pouco
Caça	Tem muito	Tem pouco	Tem pouco	Muito pouco
Peixes	Tem pouco	Muito pouco	Muito pouco	Muito pouco
Material de construção	Tem bastante	Tem pouco	Muito pouco	Tem pouco
Frutos	Tem bastante	Tem pouco	Tem pouco	Tem pouco

**Disponibilidade na região percorrida pelo grupo de Ytuwasu**

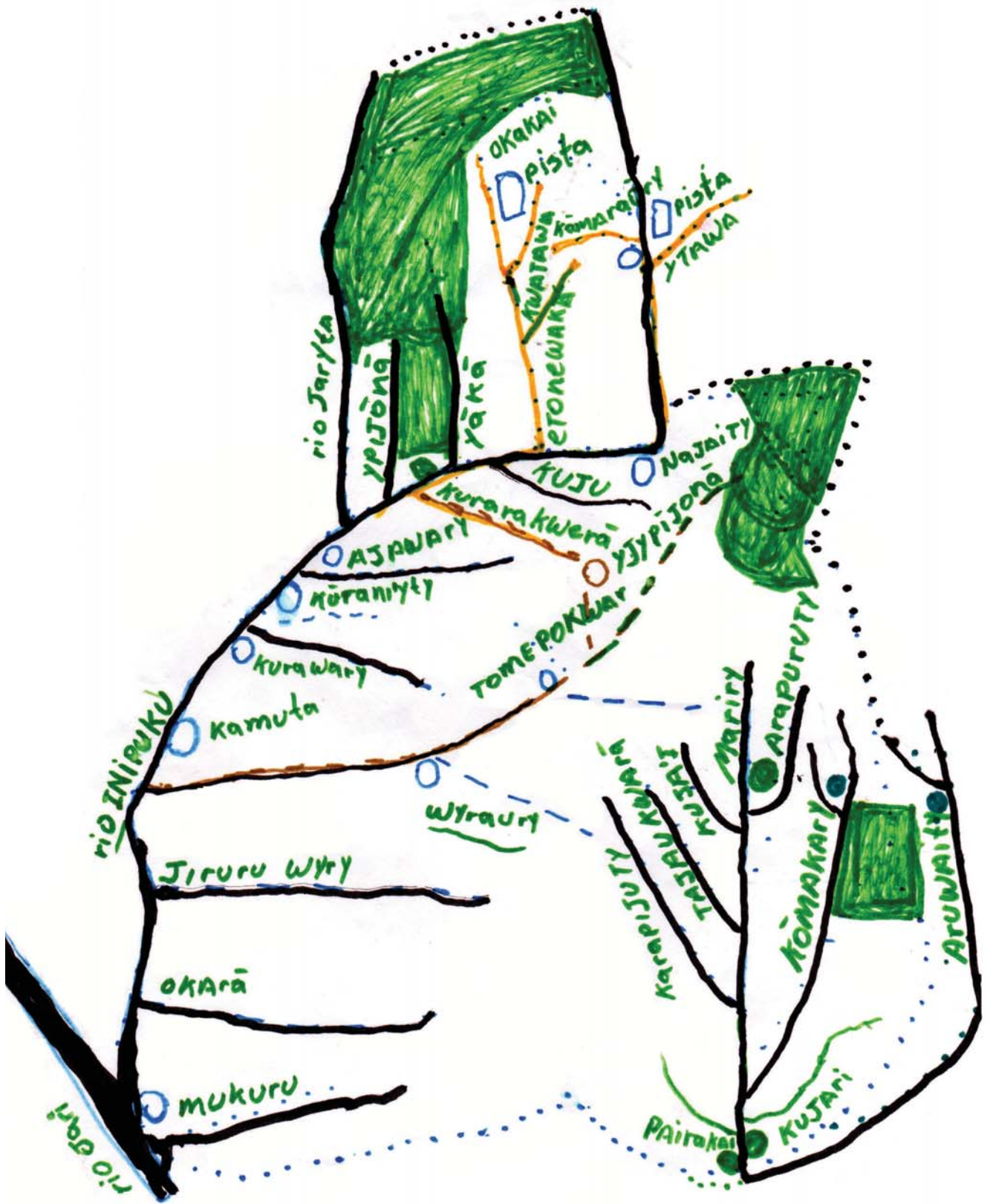
	Ytuwasu	Tajau'ywry	Suinarã
Lugar para roça	Acabou	Muito pouco	Tem muito
Caça	Acabou	Muito pouca	Tem muita
Peixes	Tem pouco	Tem pouco	Tem bastante
Material de construção	Acabou	Tem muito pouco	Tem bastante
Frutos	Muito pouco	Muito pouco	Tem bastante

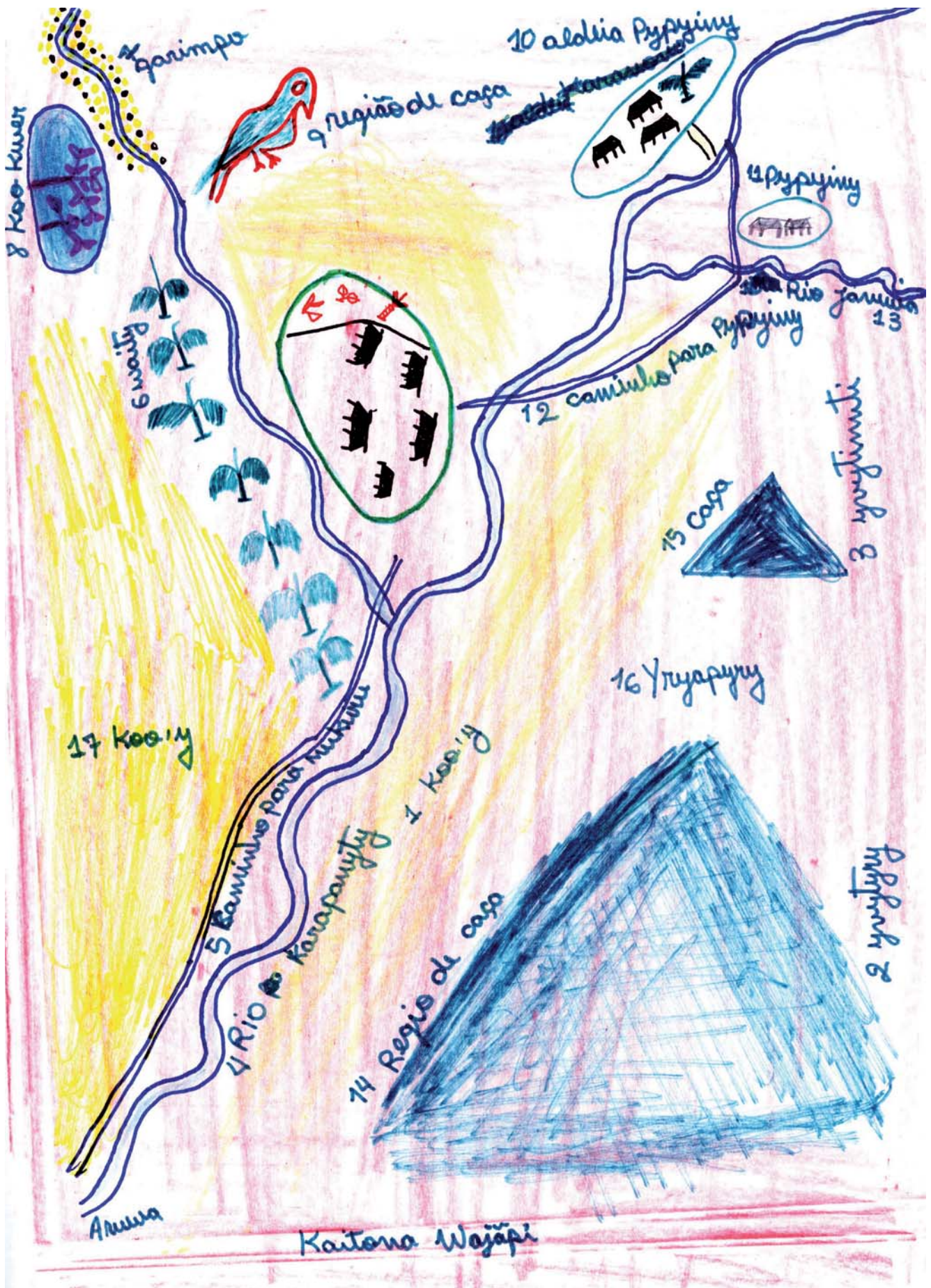
**Disponibilidade de recursos na região de Kapuwera**

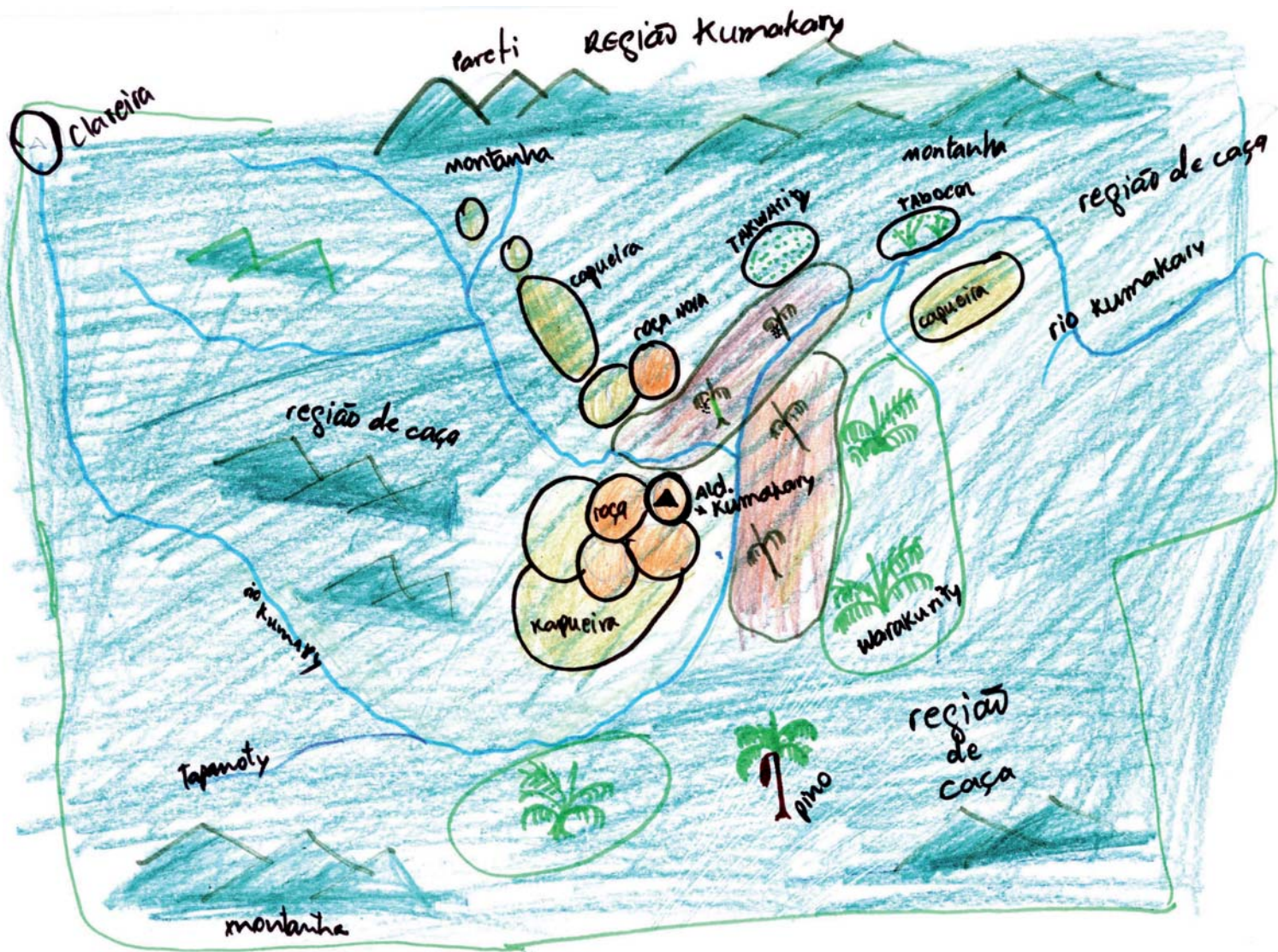
	Ytape	Akarary	Kwakywa	Kapuwera	Yvyrareta
Lugar para roça	Muito pouco	Tem bastante	Tem bastante	Tem bastante	Tem muito
Caça	Acabou	Tem pouca	Tem bastante	Tem muita	Tem muita
Peixes	Muito pouco	Tem pouco	Tem pouco	Tem pouco	Tem bastante
Material de construção	Acabou	Ainda tem	Tem bastante	Tem bastante	Tem muito
Frutos	Muito pouco	Tem pouco	Tem bastante	Tem muito	Tem muito

**Disponibilidade de recursos na região de Pypyiny ao Mukuru**

	Pypyiny	Karavôvô	Mukuru
Lugar para roça	Tem bastante	Tem muito	Tem muito
Caça	Tem bastante	Tem muito	Tem muito
Peixes	Tem pouco	Tem muito	Tem muito
Material de construção	Ainda tem	Tem muito	Tem muito
Frutos	Tem muito	Tem muito	Tem muito











Além disso, os coordenadores de cada região elaboraram oralmente algumas descrições, a partir de pesquisa feita com chefes de família de diferentes aldeias. Como não é possível reproduzir todos os relatos, reproduzimos abaixo algumas avaliações de regiões muito diferentes, que mostram a complexidade da situação ambiental na TIW. Esses relatos, que foram traduzidos pelos professores e pesquisadores, evidenciam também um modo próprio de elaborar descrições das áreas ocupadas.

## Okakai, descrito por Jawaruwa

*Lá a minha comunidade não derruba as árvores para abrir roça onde tem muitos recursos naturais, como por exemplo: palhas pretas, bacabeiras e varas para estruturas das casas. O meu irmão e o cunhado dele abriram muitos caminhos para encontrar ambientes e para ver se os garimpeiros não destruíram algum lugar. Os tipos de ambientes encontrados são: montanhas altas, pouca planície, mato cerrado, muita mata alta, açazal, roça, capoeira, pista de pouso, cachoeira pequena, tabocal, rio Etonewaka, muitos igarapés, garimpo, muitas árvores e cacau, igapós, entre outros. Antigamente tinha garimpo grande e os garimpeiros deixaram muitos equipamentos velhos. Parece que os igarapés e as cabeceiras estão poluídos por causa do mercúrio. A comunidade de Okakai esta muito preocupada porque as caças não estão como antes e caititus estão aparecendo mortos.*

## Akarary e Kupa'y, descritos por Muru

*Lá tem lugar plano para morar, só longe que tem as montanhas. Tem angelim, açazal, peke'a pouca bacaba. De Kuwakuwa para Yvyrareta tem pouca montanha porque cabeceira do Riozinho está ligado na cabeceira do Yvyrareta. No caminho do Kupa'y no começo é só plano e depois onde o rio está terminando tem duas montanhas grandes, como a montanha Yvytyru do Pypyiny. Nas montanhas têm caça, porque tem waturija, bastante jarkasiro e waurijasiri, tem pouco karaniovyra e tem muitas lagoas. A cabeceira do rio Yvyrareta é chamada de tawariuyry kurumuri e tem muita rocha nesse lugar, bacaba e açazal. Na região de Kupa'y tem muito tujukai, suruvira'ytyu, mutusityu, mutum, muito veado branco e caititu, no lado da demarcação. Tem pouco peixe. Tapi'ira*

*tem pouco. Myroko, tarayka, kwata, tajau, veado, jabatéguamba, cipó para matar peixe - eu achei duas vezes - mas nunca tirei para matar peixe. Tem pouca palha preta, pouco caranguejo e muito tipo de mangue yrarapoty. Eu vou sempre pela demarcação e desço pelo igarapé para pescar e fiscalizar o nosso limite. Lá tem muitas árvores altas, muito paxiuba, muito asemã louro para fazer canoa para kasiri, piquia, tem também tipo de ameixa que não é igual tapereba, comida de jabuti e copaíba e não tem muruti.*

## **Parijaka e Mukuru descritos por Patire**

*No caminho, que vai abeirando rio, até Parijaka tem muita caça, tarayka e muito jabuti, tem pouco açai. Muito mel de abelha, muita bacaba. Tem pouco murumuru, mas perto do Parijaka tem muito murumuru. De Karavõvõ até chegar no Parijaka é plano. Para ir para Mukuru tem muita anta no caminho. Muito angelim, yviro, pouca montanha, muita maçaranduba. Inajá só tem no ka'ape, no plano. Tem pouco cipó titica, tem mata alta, pouco peyryry, até chegar no Mukuru. No Mukuru tem muita castanha, não tem arapekoroé, moata'i, não tem paira, só no Pypyiny é que tem. Nós fomos caçar também no entorno da nossa terra, vimos takwarity imenso, que não sabemos onde que acaba. Onde kunawaru jawarã mora tem muito peixe paku, fruta para pacu comer. Também tem sipy, tem anta, jacaré, tem uma ilha que é um lugar onde tem muita anta, muito peixe surubim, pirajá, akusi, kusiwae gavião, capivara. Tem lugar para fazer roça também.*

## **Kapuwera, descrito por Turuku'ã**

*Na aldeia Kapuwera tem muita caça, árvores altas. Onde é a nascente do rio tem muita montanha e muita quamba, caititu, veado, montõ, anta, jacamim, jabuti, inamum. Nas montanhas têm vários tipos de alimentação para caça, cupu'i, cupuaçu no mato, wasei, waturija, yvaona, tarayka, turijy, kuremoyvyra, janytau, takwarityu, "kurunupuku", tabocal muito grande, açaisal que acaba muito longe do igapó, tem também pajawaru'y, siri, pajawaru, cacau, árvore cabeça de "kwata". Lá tem muitas frutas para animais*

se alimentarem, como: marimari, panaka, masiwa, peke'a, árvore mami'ó. Essas frutas que estou contando para vocês muitas ficam na descida da montanha. Paira só tem no caminho do Pypyiny, lugar que chamamos para caçar 'yuata'i "só lá que tem muito arco paira. Lá também tem muita caça, muito kunãã, os nossos antepassados colocaram o nome de tapiri do kunãã. Agora vou abrir de novo este caminho porque para lá tem muita caça.

## Pypyiny e Karavõvõ, descritos por Ripe

Perto do rio tem um lugar plano onde tem muito açcaizal, na cachoeira do rio Javijawarã tem muitas montanhas. Chamamos Javijawarã porque na época dos meus avós o jabuti estava chorando no meio do caminho. Nesse lugar tem muita caça, frutas como waturija, yvaona, kurenovyvra, tarayka, marimari, yvira mani'ó. Nesse lugar tem montanha e é muito bonito lá encima da montanha. Tem veado, árvores muito altas. O tipo de terra é só areia com mistura de coco de minhoca, por isso que tamõ kō colocou o nome de Ysigã. Tem muito mani, yviro e wakari'y. Tem pouco murumuru, kunana, cipó titica. Não tem ovi e nem temika'ape. No lugar que tamõ kō chamou de pilão de pedra, tem muita acariquara. Na raiz da árvore, tem muita pedra, tem buraco parecido com pilão. Bem perto da aldeia Pypyiny tem uma pedra alta, pareti. Desde antigamente e até hoje lá tem muita pupunha, por isso foi colocado o nome de pypyiny. Aquela pupunha que os tamõ kō plantaram acabou, só tem pupunha de hoje. Pé de laranja que os tamõ kō plantaram ainda tem. Tem muito mel de abelha, fica bem baixo no tronco da árvore, tirei muito mel e comi muito. Só no Pypyiny e Karavõvõ é que tem a árvore que chamamos maruka. Lá, a mata é baixa, tem muitas caças como caititu e coatá. As caças ficam por perto da aldeia, porque lá tem muita montanha, por isso. Lá não tem palha ubim, nem palha preta, só tem yvykarakuri, não tem cipó titica, tem somente cipozal. Tem muito yviro, não tem tabocal, só tem kwamã abaixo do rio Aruwa. Lá onde tamõ kō derrubou árvores para atravessar o rio tinha barro para fazer panela. Mas hoje em dia procurei e não achei.

## Yvyrareta, descrito por Kuripi

*Está no divisor das cabeceiras do Tawariry, lá tem ka'ape, muito cupiuba, takwarity, kokuwerusu. Não tem muitas frutas, pouca bacaba e castanha. Não tem mata alta, só mata baixa, por perto não tem muita caça. Tem madeira de arco paira. Na divisão da cabeceira com a região de Taweatoava tem muita traíra, muito mato fechado e mata baixa, tem pouca caça também e pouca fruta. Perto do Tawatoava não muita caça, tem pouca anta, guariba, caititu, mutum e onça.*

## Pinoty (descrição coletiva)

*Lá não tem ovi nem warakuri para fazer a cobertura das casas, tem de ir buscar ovi no Jakaré, ou warakuri no Aramirã; não tem terra boa para fazer roça, pois é uma região onde tem muita montanha, com pouco lugar plano. Além disso, tem muita pedra e muita terra vermelha, que não é boa para plantar; lá não tem terra preta, que é um dos tipos de solo preferencialmente procurados para as roças. As roças no Pinoty estão com pragas: larvas na batata doce; broca na cana de açúcar, algodão e tabaco; o jerimum não está crescendo bem porque a terra não é rica. A caça está escassa, não tem muito guariba, jaboti, veado, anta, tucano nem arara; tem pouco mutum, coatá, cutia, preguiça, jacamim, caititu, queixada, jacu e os porcos do mato estão desaparecendo. Os homens da aldeia têm que andar muito longe para caçar, pois a aldeia está próxima da estrada, onde existe competição pela caça com os não-índios. Na região só tem igarapés pequenos onde tem pouco peixe. Existem lagoas formadas pelo represamento dos aterros da estrada, mas nelas também tem pouco peixe. O pessoal está jogando muito timbó, para capturar os peixes. Hoje em dia, para pescar, as famílias têm de ir até o Ypijõnã, que é longe, mas tem mais peixes. Os moradores das aldeias Pinoty e Okora'yry fazem suas roças em locais cada vez mais distantes, mas não pretendem mudar, porque as aldeias estão próximas do posto e porque o lugar é estratégico para vigiar a entrada na TIW.*

## Pairakae, descrito por Kumare

*O nome Pairakae é porque eu trouxe paira da floresta para fazer arco e coloquei na frente da casa perto do jirau com moqueado de anta. De repente, à noite, caiu no fogo e queimou. Por isso coloquei esse nome: arco queimado. O nome que os tamõ kō usavam é Ari. Lá não tem ovi, só tem muito cipó títica, tem pouca aquariquara. Lá onde passa o rio Amapari, tem pouca caça. Dentro da terra demarcada, tem pouco coatá e pouco caititu. Tem poucas frutas (waturija), castanhas não tem, tarayka tem pouca, jatobá tem, com essa fruta é que coatá aparece de vez em quando para comer. Inaja não tem, murumuru tem pouco, kunãñã não tem, warakuri tem pouco, mas só ubim é que não tem nada mesmo. Foi com folha de murumuru que eu fiz casa, mas murumurutem pouco. Tem mata alta, só dentro do parque, lá tem pareti. Na região também tem montanhas altas. Quando fazemos barulho, ai vem um vento forte como se fosse chover e também escuta uma cantiga, como se fosse cantiga de quando. Por isso que karai kō chama de rio Visagem. Lá no limite da demarcação não tem caça nem anta, só macaco e akyky. Tem pouco açai e bacaba. Lá, a terra é misturada com areia, que é bom para batata crescer.*

## Aruwa'ity, descrito por Makaratu

*Na viagem para a aldeia Aruwa'ity tem muita cachoeira e em alguns lugares a floresta é muito fechada e tem muito tabocal. No rio Ari tem trairão e pouco jacaré-açu, tinha mais, mas nós matamos. Tem muita caça, como guariba e coatá. Na região tem o garimpo abandonado do Josias, que fica um pouco distante da beira do rio. Um pouco acima do garimpo do Josias, tem uma cachoeira, chamada de cachoeira de maracanã. No meio do caminho para Aruwa'ity tem muita palha preta e aves, mas perto da aldeia não tem palha preta, nem ubim. A floresta é alta, com uma parte de mata baixa, tem muita montanha, muito coatá, tem peyryry, pouco açai, não tem castanha, só na cabeceira do rio Ari. Perto da aldeia tem montanha alta; Dá para ver dessa montanha que tem muito coatá. Caça não tem muito porque não tem muitas frutas, só tem muito murumuru, buriti no igarapé e tabocal. Nossos antepassados já moraram no Aruwa'ity e agora nós estamos morando de novo.*

*No Aruwa'ity está acabando lugar plano para derrubar as roças. Não tem muito açai, tem pouco cipó titica, piquia, acariquara tem pouco também. Já teve materiais para construção de casas. Tem peixe, mais agente não pega trairão durante o dia, só de noite. Tinha muito trairão quando nós moramos pela primeira vez lá. Quando nós vamos caçar temos de ir pra baixo do rio Aruwa'ity ou pra cima. Na montanha pequena no Aruwa'ity nós sempre vamos caçar, tem buriti, taperebá, porco sempre aparece, tem anta e caititu.*

Essas descrições de regiões situadas nos limites da TIW evidenciam que mesmo distante dos postos, faltam determinados recursos, esgotados pela própria ocupação humana na região. Assim, pode-se dimensionar o esgotamento muito mais severo dos recursos na região da estrada, evidenciado nas tabelas-resumo apresentadas acima. Da mesma forma, os levantamentos de caça (realizados em 2005 e 2009-2010), bem como a avaliação da disponibilidade de matérias primas para construção e utensílios e artesanato mostrou que as aldeias "centrais" estão em péssimas condições. Há pouca caça e as espécies necessárias para a fabricação de artefatos também estão esgotadas.

No entanto, as condições de vida dos moradores das áreas situadas nos limites, ou das margens da estrada não dependem apenas da situação local, e sim da mobilidade – ou sedentarização – que as famílias adotam como modo de vida. Tudo depende, então, dos modos como essas famílias fazem a gestão de seu território. Esse é o assunto principal da 4ª parte do livro.

parte 4

# construindo um plano de gestão socioambiental

O pequeno resumo dos projetos e diagnósticos apresentados nas 2ª e 3ª partes do livro mostra que os Wajãpi construíram formas próprias de controle de seu território, dispersando suas aldeias para viver melhor e para fiscalizar os limites da terra demarcada. Este foi um caminho pensado pelos mais velhos, quando se organizaram para fazer a demarcação da TIW, na década de 90.

Mas, como explicam nos depoimentos reproduzidos a seguir, já naquele tempo, jovijã kô estavam preocupados com o futuro, temendo que seus netos escolham outro caminho, em que seu modo de vida estaria cada vez mais dependente dos *karai kô*.



# A preocupação dos mais velhos com o futuro

*É por isso que, agora, cuidamos de nossa terra. Cuidamos mesmo. Olhe, é por isso que ainda existem animais nela. Se tivéssemos permitido aos karai kō entrar, não existiria mais floresta, nem animais. Meus netos não estariam caçando. Estariam me perguntando: “Onde está a floresta, meu avô?”- “Não tem mais. Karai kō derrubaram tudo”- “Onde tem macaco coatá?”- “Não tem mais meu neto, só antigamente é que havia coatá”- “E bicho preguiça?” - “Não tem mais, karai kō destruíram seu habitat, os madeireiros acabaram com a floresta”- “E anta, onde estão as antas?” - “Não tem, só existia anta no passado”... Seria muito ruim acontecer isso. É por esta razão que cuidamos de nossa terra. Nós tomamos conta dela!*

(Waiwai, 1995)

- Não podemos morar no centro da terra demarcada. É onde fica a caça, com seus donos. Se fizermos aldeia no centro, vamos perder a caça.

- Por isso, só vamos caçar nos limites. E deixar o centro para a caça se reproduzir.

- É, ali é o lugar onde fica a caça de nossos netos.

- Não é, meu cunhado?

- É bom que os jovens tenham juízo e sejam como nós.

- Se fizerem como nós, certo. Se forem bons chefes, não aceitarão presentes

dos karai kō e vão ensinar isso aos seus filhos.

(Kumai, Paranawari, Waiwai e Kumai, 1994)

*Placa não controla, placa não fala. Somente os donos da terra, quando circulam e se fazem presentes, é que cuidam. Só eles cuidam. Placa não tem boca!*

(Sara, 1996)

*Estou muito preocupado com o futuro da minha terra. Quero levantar a cabeça dos meus parentes para cuidar da nossa terra porque eu estou preocupado com a floresta.*

*Eu quero que continue a ter tudo o que a gente precisa para viver como antigamente, com água limpa, que não faz mal quando a gente bebe. Porque, agora, a gente fica só parado numa aldeia velha. Antigamente não era assim. A gente morava pouco tempo num lugar e mudava logo, para deixar crescer a caça, os animais, para a floresta crescer rápido de novo... Se derrubarmos tudo o tempo todo, aí, a floresta não cresce bem. A terra vai ficar fraca, estará morta e não crescerá mais planta porque a floresta também quer viver, criar filhos, quer viver como a gente.*

*Quero cuidar da floresta, da caça, dos animais. Quero cuidar dos rios. Sei que existem muitos índios que perderam tudo o que eles tinham... Karai kō não vai cuidar da nossa terra. Quem tem que cuidar da nossa terra somos nós mesmos. Eu sempre falo isso para os caciques. Alguns me escutam, outros não escutam...*

(Kasiripinã, 2002)

## Problemas identificados pelos mais jovens

As preocupações apontadas pelos chefes são hoje compartilhadas por muitos jovens, em praticamente todas as aldeias. As dificuldades na obtenção da caça, os problemas com pragas nas roças, a poluição dos igarapés, etc. são comentadas no cotidiano das casas e também discutidos coletivamente em reuniões e assembleias. Assim, numa das oficinas realizadas com os professores e agentes de saúde para discutir os desafios para o futuro dos Wajãpi, os participantes prepararam uma longa lista com 34 problemas:

1. Invasores retiram recursos naturais (cipó titica, caça, peixe) na TIW.
2. As saúvas estão aumentando em quase todos os lugares de roça.
3. Manejo de frutíferas está diminuindo.
4. Os Wajãpi estão cada vez mais usando venenos de karaikō nas suas roças.
5. Os Wajãpi estão usando timbó na época de reprodução dos peixes.
6. As abelhas estão diminuindo em algumas regiões da TIW.
7. Os Wajãpi matam caça na época de reprodução.

8. Os Wajãpi estão tirando mel fora da época certa, matando a rainha.
9. Alguns Wajãpi estão usando malhadeira na época de reprodução dos peixes.
10. Diminuição de vários tipos de peixes.
11. Os Wajãpi derrubam as árvores para tirar as frutas.
12. A caça está ficando arisca.
13. Muitos pescadores no baixo rio Amapari.
14. Os moradores da perimetral não entendem que os recursos naturais precisam ser conservados.
15. Alguns Wajãpi estão perdendo variedades tradicionais.
16. A maioria dos Wajãpi não sabe usar os alimentos de Karaikõ.
17. Aumento das pragas e doenças nas plantas.
18. Tem aldeias que levam muitos dias para trazer palhas.
19. Aumento do lixo que vem das cidades para as aldeias.
20. Poluição da terra e do ambiente.
21. Em algumas aldeias os Wajãpi estão comendo pouca carne de caça e de peixe, frutas e mel.
22. Aumento do consumo de alimentos industrializados.
23. Os Wajãpi estão se fixando em aldeias onde tem postos.
24. Diminuição dos lugares bons para fazer roças.
25. Morar no mesmo lugar.
26. Não estão preocupados com o futuro.
27. Alguns tipos de plantas da roça estragam alguns tipos de produtos da roça.
28. Diminuição dos tipos de plantas tradicionais plantadas nas roças.
29. Os Wajãpi não estão fazendo manejo dos recursos.
30. Diminuição de alguns tipos de alimentos cultivados.
31. Em algumas regiões os Wajãpi não estão mais comendo mel.
32. Pouca quantidade de palha para os Wajãpi utilizar para cobrir suas casas.
33. Uso de mais telhas Brasilit para cobrir as casas.
34. Em algumas aldeias os caçadores demoram muito para achar caça.

Os problemas listados acima estão relacionados – em sua maior parte – com as transformações sociais e culturais que estão ocorrendo no modo de vida dos Wajãpi e também indicam desequilíbrios ambientais. Essa aparente “mistura” entre problemas sociais e problemas ambientais confirma que todas essas dificuldades são sempre percebidas juntas. Quando se toma consciência das mudanças sociais, é porque essas transformações no modo de vida já causaram desequilíbrios ambientais.

A possibilidade de discutir coletivamente esses problemas em reuniões e oficinas possibilitou aos Wajãpi verificar que os problemas sociais e ambientais atuais são muito mais complexos dos que eram percebidos no passado, quando um grupo familiar decidia deslocar sua roça e sua aldeia para encontrar maior fartura em novo local. E assim, a capacidade de entender o que está acontecendo e de buscar soluções também aumentou significativamente nos últimos anos.

Atualmente, todos os grupos indígenas que vivem na região enfrentam desafios semelhantes para manter sua qualidade de vida, apesar das grandes transformações no seu modo de vida. Os diagnósticos realizados pela equipe do Iepé em todas as terras indígenas que formam o Mosaico de Áreas Protegidas do Amapá e norte do Pará confirmaram que todos os representantes indígenas consultados têm a mesma percepção dos problemas, sintetizados em torno de quatro aspectos, como segue:

1. Sedentarização em aldeias situadas próximas dos postos de saúde, resultando na escassez de recursos florestais, surgimento de pragas nas áreas de cultivo, problemas na qualidade da água aliada à inexistência ou deficiências graves de saneamento.
2. Surgimento de focos de desigualdade interna com o acesso a rendimentos (aposentadorias e salários) por número restrito de indivíduos e famílias.
3. Diversificação do consumo de bens industrializados e aumento da expectativa de consumo; uso indiscriminado de produtos alimentares inadequados, com efeitos prejudiciais à saúde.
4. Desvalorização das práticas tradicionais nos mais diversos âmbitos (manejo agrícola e extrativista, cuidados corporais e cura de doenças, relações e etiquetas sociais, estética, etc.) que aumentam a dependência em relação a soluções e técnicas dos não-índios.

Esses quatro conjuntos de problemas são efeito das profundas e rápidas mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas em que todos os grupos indígenas estão inseridos hoje. E é muito importante perceber que todas as ações promovidas pelas agências de assistência têm consequências sobre os modos de organização social, política, territorial e sobre o ritmo das atividades produtivas, sobre os modos de distribuição e de colaboração entre famílias e aldeias. É nesse contexto que começam a aparecer os problemas ambientais, sempre causados pelos desequilíbrios socioeconômicos e pelo enfraquecimento das formas tradicionais de gestão dos recursos naturais.

## Em busca de soluções

As soluções que os Wajãpi escolhem para compensar os problemas identificados acima são muito diferentes entre si. Inclusive, algumas propostas são contraditórias entre si, o que significa que a diferença irá causar mais problemas no futuro. Isso acontece quando as famílias procuram resolver seus problemas sozinhas, cada uma do seu jeito. Também acontece quando se aceitam soluções apresentadas por pessoas ou organizações dos não-índios que não conhecem a realidade nem as dificuldades específicas existentes na TIW.

Há alguns anos, observa-se na TIW duas alternativas muito diferentes, que estão sendo experimentadas por diferentes grupos familiares:

- | Algumas optam por se sedentarizar em aldeias situadas perto da estrada e, para fazer frente ao esgotamento dos recursos ambientais, buscam adquirir um volume crescente de produtos dos karai kô, mas também estão interessadas em se apropriar de novas práticas de produção, para compensar a falta de recursos.
- | Outras famílias continuam circulando entre as aldeias centrais e pequenas aldeias situadas nos limites, onde constataam que a qualidade de vida é melhor.

Apesar das diferenças entre esses dois tipos de movimentos, a maior parte das famílias wajãpi concorda hoje que é necessário discutir coletivamente esses desafios, para buscar saídas que possam ser acordadas entre todos.

Mesmo para aquelas famílias que optaram por retomar o padrão tradicional de circulação entre roças e aldeias, está claro que não é possível – nem é de interesse dos Wajãpi – voltar a viver de forma totalmente isolada. Todos sabem que hoje não se pode “resgatar” o padrão de vida dos “antigos”. Todos reconhecem a enorme dependência das comunidades em relação aos serviços de saúde. Todos sabem que tanto os jovens como os mais velhos devem se deslocar frequentemente para Macapá. E assim entendem que a circulação, antes restrita às roças e aldeias do próprio grupo e de grupos locais aliados, se tornou muito mais ampla e mais complexa.

Alguns entendimentos resultaram das discussões coletivas, sobre os quais há um consenso:

- | É preciso preparar os Wajãpi a lidar com novos problemas relacionados à capacidade de suporte dos recursos por eles manejados.
- | As soluções precisarão articular os conhecimentos indígenas com práticas e tecnologias dos não-índios, que todos estão interessados em aprender. Um desses procedimentos “novos” é a formulação de um plano de gestão para a terra indígena.
- | Todos também concordam que seja imprescindível atuar coletivamente para a conservação dos ambientes da terra indígena, que é uma área única para todos.

Assim, os Wajãpi chegaram a um entendimento básico a respeito do que seja “sustentabilidade”: eles devem se responsabilizar por gerir os recursos da terra indígena de modo a garantir que esses recursos estejam disponíveis não só para a atual geração, mas também para os netos.

E foi nesse contexto de primeiros entendimentos entre todos, que surgiu a proposta de elaborar um plano de gestão para a terra indígena. O plano ainda não está construído e será necessário fazer acordos políticos a respeito de estratégias de conservação e uso dos recursos.

## Em busca de parcerias

Se os acordos entre todas as unidades familiares e aldeias wajãpi são indispensáveis para colocar em prática um plano de gestão territorial, esse plano também depende do apoio externo. Sem esse apoio, as ações desencontradas, implementadas por diferentes órgãos e pessoas que atuam na TIW continuarão promovendo desequilíbrios sociais e ambientais.

É com esse objetivo que, desde 2005, representantes de todas as aldeias se reúnem anualmente para discutir e preparar o documento “prioridades dos Wajãpi” que é apresentado às diversas instituições com as quais os Wajãpi se relacionam. Ao longo dos anos, os chefes e lideranças que mobilizam suas aldeias para participar desse movimento perceberam que os resultados positivos dessa nova forma de cobrança coletiva.

O documento formulado para 2007, por exemplo, retomava explicações apresentadas no primeiro documento, deixando claro a intenção dos Wajãpi em continuar a fortalecer as aldeias localizadas nos limites da TIW, enfatizando que para isso se faz necessário que os órgãos governamentais apoiem essa decisão, estabelecendo postos de saúde estratégicos que atendam as aldeias espalhadas pela toda TIW. Dentre as decisões tomadas durante as oficinas ambientais incorporadas nesse documento do Apina, estão:

1. Os Wajãpi devem ser consultados a respeito de toda e qualquer ação na T.I. Wajãpi. O Apina é quem representa todas as famílias Wajãpi e não aceitamos que seja consultado apenas uma pessoa ou um grupo familiar;
2. Queremos fazer reuniões com os órgãos do governo para acompanhar o atendimento das nossas prioridades;
3. Queremos apoio para buscar parceria para equipar as novas aldeias nos limites como por ex: equipamentos (radiofonia, voadeira e sistema de energia solar, etc.) e infra-estrutura (pequenas escolas e postos de saúde e pista de pouso);

4. Os órgãos governamentais de assistência precisam acompanhar os Wajãpi no movimento de dispersão pela T.I. Wajãpi e não nos forçar a sedentarização junto a postos de saúde e escolas.
5. É preciso esclarecer os Wajãpi e os não-índios que trabalham na TIW sobre alguns crimes ambientais, colocando em vários lugares (escolas, postos de saúde) cartazes explicativos sobre crimes ambientais em TIS e nas Ucs;
6. Os Wajãpi não querem mineradores e nem garimpeiros explorando minério na T.I. Wajãpi nem no seu torno. Também não pode entrar na nossa terra nem madeireiros, nem fazendeiros, pescadores, caçadores, cipozeiros ou turistas;
7. Queremos que seja criada uma zona de amortecimento (10 km) no entorno da T.I. Wajãpi para evitar atividades que tragam impactos negativos na nossa terra, como por exemplo: ações de madeireiros, mineradores e turismo;
8. É preciso que o Governo do Estado garanta a participação das comunidades (indígenas, colonos, extrativistas etc.) na regulamentação e no acompanhamento das decisões referentes às Florestas Estaduais.
9. Queremos fortalecer a parceria com Ibama para fiscalização e vigilância dos limites da Terra Indígena Wajãpi -TIW e do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT, através de apoio a comunicação (equipamentos de radiofonia) e transporte (combustíveis, pista de pouso, etc.) e continuidade das reuniões;
10. Queremos também que o Ibama retire os equipamentos deixados pelos garimpeiros e ajudar na recuperação da área degradada pelos garimpeiros;
11. A prática da agroecologia deve ser incentivada para que os colonos não adotem práticas não sustentáveis de agricultura;
12. Oferecemos apoio ao Ibama na fiscalização do PNMT através de reativação dos nossos caminhos tradicionais na área que hoje é PNMT.
13. Oferecemos nossas aldeias dos limites da Tribo Indígenas Wajãpi para o Ibama utilizar como base de apoio na fiscalização do PNMT.
14. Oferecemos todo nosso conhecimento da região e experiência de locomoção e sobrevivência na floresta para realização de vigilância e monitoramento das áreas do PNMT próximas a TIW.
15. Oferecemos apoio ao Ibama e a Funai para procurar os Wajãpi isolados na região do Amapari.
16. É importante fazer intercâmbios entre Wajãpi, colonos e extrativistas da RDS do Rio Iratapuru para trocar experiências, buscar soluções para problemas em comum e propor parcerias de trabalho;

17. A Funasa também precisa fazer assistência à saúde nos assentamentos da Perimetral Norte;
18. O governo precisa continuar a realizar trabalhos para apoiar os colonos para viver bem e não serem obrigados a destruir os recursos naturais;
19. Queremos também que seja produzido material para divulgação do nosso modo de vida e dos problemas atuais;
20. Queremos apoio para fazer palestras nas escolas da região sobre o nosso modo de vida Wajãpi e nossa relação com meio ambiente.

## Alguns procedimentos para um bom plano de gestão

Existem hoje muitas experiências concretas de construção e implementação de planos de gestão territorial em terras indígenas. Consultando os documentos produzidos por organizações indígenas e indigenistas – do Acre, Amazonas, Pará e outras regiões – é possível sintetizar alguns pressupostos básicos, fundamentais para o sucesso de um plano que deve, sempre, abranger a totalidade das famílias e considerar o conjunto de todos os problemas percebidos pelas comunidades.

1. Respeitar os padrões culturais de uso e ocupação dos ambientes;
2. Estabelecer mecanismos de discussão permanente entre todos os setores da comunidade indígena a respeito das decisões a serem tomadas;
3. Promover discussões comunitárias para a tomada de decisões relacionadas à organização e reorientação das atividades produtivas;
4. Envolver todas as agências que atuam junto à comunidade em questão;
5. Conscientizar os agentes externos quanto as especificidades socioambientais da terra e grupo em questão;
6. Partir destas especificidades para se eleger critérios de um zoneamento socioambiental;
7. Apoiar a comunidade na defesa e implantação de alternativas que visem a sustentabilidade social e ambiental;
8. Modificar as formas de assistência praticadas junto a estas comunidades, exigindo que as ações dos órgãos responsáveis e suas propostas tenham uma preocupação com a sustentabilidade socioambiental;



9. Limitar a atuação dos órgãos de controle ambiental (IBAMA, PF, SEMA, etc.) ao entorno das Terras indígenas, exigindo que elas realizem a proteção do entorno da terra, ao contrário de limitar ações internas.

Os procedimentos de consulta informada, de formação continuada e discussão ampla envolvendo todos os setores do povo Wajãpi, inclusive, fundamentam todas as ações que a equipe de assessores do Iepé (e antes do CTI) vem desenvolvendo, há muitos anos, junto aos Wajãpi. Quando essa equipe se reúne para verificar os resultados do trabalho realizado, sempre faz essa avaliação considerando os princípios básicos que orientam as metas e objetivos do Programa Wajãpi, como segue:

- | Basear a assessoria e os programas de formação no diálogo permanente com as comunidades e em pesquisas que garantam um sólido conhecimento da realidade social, cultural e histórica dos Wajãpi.
- | Promover a intensa participação dos índios na definição dos objetivos, metas e atividades do Programa, bem como em sua execução e constante avaliação.
- | Manter o foco na formação comunitária, estimulando a criação de instâncias diversificadas para o repasse interno de informações e conhecimentos, bem como para a democratização da tomada de decisões referentes a questões de interesse coletivo dos Wajãpi.

## Alguns documentos, utilizados para organizar este livro

Apina. Projeto “Apoio ao movimento de descentralização das aldeias Wajãpi”. Submetido ao Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI/MMA. Macapá, 2003.

\_\_\_\_\_ Documento de Prioridades dos Wajãpi. Edições de 2006 a 2011. Macapá.

\_\_\_\_\_ Projeto “Consolidação do fundo de artesanato do Apina”, Macapá, 2010.

Apina & APIWATA. Como é nosso jeito de viver e como planejamos nosso futuro. Macapá, 2005.

Azevedo, M. 1996. Análise Demográfica da população Wajãpi - anos 1980 a 1985, São Paulo, MS. 1996.

Cabral, M.P. Relatório de Viagem à Terra Indígena Wajãpi. Pesquisa de Arqueologia entre Mariry e Okakai – Nov 2009, Macapá, 2010.

Gallois, D.T. Controle territorial e diversificação do extrativismo na AI Waiãpi. Segundo

Relatório de Atividades (dez 93 / dez 94). Programa do CTI para o Manejo não predatório e preservação ambiental de áreas indígenas da Amazônia Brasileira & Comissão da Comunidade Européia, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_ "Brazil: the Case of the Waiãpi". In: Gray, A.; Paradella, A. & Newing, H. (Eds.). From principle to practice: indigenous peoples and biodiversity conservation in Latin America Copenhagen: IWGIA, Forest People Programme & AIDSEEP, 1998.

\_\_\_\_\_ "Não sabíamos que existiam limites". In: Brito, J.P (Coord.). Os índios,nós. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000.

\_\_\_\_\_ Situação atual dos Waiãpi no Amapá e viabilidade de execução do projeto "Recuperação ambiental e despoluição de áreas degradadas por garimpo na TI Waiãpi". CTI, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_ Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: Ricardo, F. Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.

Gallois, D.T. & Gonçalves, M.A. Relatório final do projeto "Demarcação Wajãpi". Parceria CTI/FUNAI/GTZ, São Paulo, 1997.

Gallois, D.T & Macário, D. Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Waiãpi – Amapá. Relatório apresentado ao FNMA. CTI, São Paulo, 2002.

Iepé. Diagnóstico socioambiental das TIs Wajãpi, Paru de Leste e Parque Indígena de Tumucumaque. Parceria Iepé/ CI-Brasil. São Paulo, 2007.

Iepé. Gestão territorial e ambiental. Síntese do Seminário interno. São Paulo, 2010.

Iepé. Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará. São Paulo, 2010.

Le Tourneau, F.M. Relatório da expedição realizada na região do rio Pirawiri / Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque nos dias 12-30 de janeiro de 2010.

Relatos da demarcação. Livro de leitura. D.T.Gallois (org.). 3a Etapa de formação básica. Magistério Wajãpi. 1999.

Schwegber, A.M. A recente saga Waiãpi. Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 1996/2000, Instituto Socioambiental, 2001.

Documentários em vídeo

A saga do chefe Waiwai (36'). Geoffrey O'Connor, Realis Pictures, 1989.

"Meu amigo garimpeiro..." (25'). Equipe do PW. Centro de Trabalho Indigenista, 1994.

Placa não fala (27'). D. T. Gallois e V. Carelli. Centro de Trabalho Indigenista, 1996.

# Netos





# Netos





construindo um plano de gestão socioambiental

# Netos











Este livro foi organizado para contribuir com a construção de um plano de gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Wajãpi, trazendo um breve histórico da demarcação e dos projetos e diagnósticos desenvolvidos nesta terra indígena ao longo dos últimos 18 anos. O livro é destinado aos dirigentes das organizações representativas dos Wajãpi, aos professores, agentes de saúde e pesquisadores wajãpi. A avaliação das experiências e futuros desafios do Programa Wajãpi, desenvolvido através de parceria entre o Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina e o Iepé, também se destina aos agentes das diversas instituições governamentais e não-governamentais que trabalham atualmente com os Wajãpi.



Ministério da Cultura

